

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 6 • Número 2 • Julho - Dezembro 2014

Latinidade - Julho-Dezembro - 2014



DÔSSIE

Historiografia Andina Século – contribuição aos estudos americanos

RESENHA

Lemos, Maria Teresa Toribio Brittes (org.) -América Plural – Caminhos da Latinidade. Rio de Janeiro, ABE GRAPH Editora, 2002, 240

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 6 • Número 2 • Julho-Dezembro 2014



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieira Alves de Castro

Vice-reitor

Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Léo da Rocha Ferreira

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

Faculdade de Direito

Diretor

Carlos Eduardo Guerra de Moraes

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Julho-Dezembro (2014) - . – Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2009 - .
v. : il.
172p.
Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Linha Editorial

A Revista *Latinidade* é uma publicação do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e indexada no Latindex. Reúne textos de pesquisadores, professores, alunos de pós-graduação e estudiosos latinoamericanistas, do país e do exterior. A Revista mantém circulação semestral e um número Especial anual.

A Linha Editorial atende aos Grupos de Trabalho – GT do NUCLEAS e segue às Linhas de Pesquisa cadastradas nos Grupos de pesquisa – GRpesq do CNPq, como Política e Cultura, Política e Sociedade, Sociedade e Economia e Relações Internacionais.

A Revista possui, além da Comissão Científica e Conselho Editorial, um corpo de professores pareceristas da universidade e externos, vinculados às demais instituições do país. A partir do primeiro semestre de 2012 sofreu alterações em sua estrutura com acréscimo de um dossiê e uma resenha o que, além de complementar a proposta acadêmica, garante rigor epistemológico da produção. A partir de 2014 a Revista também apresenta o Sistema de Editoração Eletrônica: Site <http://www.nucleasuerj.com.br/home/latinidade/index.php> e Portal da UERJ.

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ

Carlos Juárez Centeno-Universidad Nacional de Córdoba/AR

Dejan Mihailovic –TEC/Monterrey/México

Katarzyna Dembicz – CESLA/Universidad de Varsóvia/Polonia

Lená Medeiros de Menezes-UERJ

Maria Luzia Landim-UESB/Jequié

Mauricio Mota-UERJ

Nilson Alves de Moraes-UNIRIO

Tatyana de A. Maia-USS

Zdzislaw Malczewskis-Scr. – Paraná

Eduardo Antonio Parga – UGF

Fernando Rodrigues - USS

Alexandre Dumans – UCAM

Maria Medianeira Padoin – UFSM

Marianna Abramova – Universidad Estatal Lomonósov de Moscú (Facultad de Ciencias Políticas)

Sergey V. Ryazantsev, Institute Socio-Politic Research RAS, Moscou

Adalberto Santana – UNAM/ME

Irina Vershinina – Instituto Latinoamérica de ACR

Henrique Shaw – Universidad Nacional de Córdoba/AR

Programação Visual:

Ramon Moraes

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB/Jequié

Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAE/TEC

FAE/TEC



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES – Brasil. Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (PRODOC)



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Sumário

Apresentação	7
DOSSIÊ:	
Historiografia Andina – contribuição aos estudos americanos	9
<i>Maria Teresa Toribio Brittes Lemos/UERJ</i>	
RESENHA:	
Lemos, Maria Teresa Toribio Brittes (org.) - América Plural – Caminhos da Latinidade. Rio de Janeiro, ABE GRAPH Editora, 2002, 240 p.	19
<i>Maria Teresa Toribio Brittes Lemos, Alexis T. Dantas</i>	
OcupeEstelita: a construção do imaginário da resistência	23
<i>Carla Lyra</i>	
“La Argentina y la UNASUR en la política exterior brasileña: vectores para su consolidación como potencia global”	33
<i>Carlos Alfredo da Silva, Alejandro Orso, Andrea Paola Neiro</i>	
A formação histórica da Bolívia e o percurso da nação contemporânea: da revolução de 1952 adiante	57
<i>Daniel Chaves</i>	
A posição singular do PCB no meio da esquerda brasileira	77
<i>Dina Lida Kinoshita</i>	
Uma breve análise da educação no governo de Getúlio Vargas	91
<i>Eduardo Zenilto Xavier, Clóvis Sousa</i>	
A integração econômica da América Latina no pós guerra	103
<i>Esther Kuperman</i>	
A formação e trajetória política da “nova esquerda” brasileira	111
<i>Frederico José Falcão</i>	

Cuerpos pensantes somos	119
<i>Horacio Cerutti-Guldberg</i>	
El programa contrarrevolucionario. Las ideas políticas y económicas de la clase dominante colonial porteña (1780-1809) ...	131
<i>Mariano Schlez</i>	
De Phillipe Pinel à Pós-Modernidade	149
<i>Paulo Roberto Chaves Pavão</i>	
A visão do 'outro' na relação dos imigrantes poloneses no Brasil com Rui Barbosa	155
<i>Renata Siuda-Ambroziak, Zdziś³aw Malczewski SCr.</i>	
Normas Editorias	171

Apresentação

A Revista *Latinidade*, vol. 6 nº 2, referente ao segundo semestre de 2014 reúne artigos sobre a América Latina, o dossiê *Historiografia Andina – contribuição aos estudos americanos* e a resenha crítica da obra coletiva *América Plural- caminhos da Latinidade*, organizada pela professora Maria Teresa Toribio B. Lemos e Alexis.T.Dantas.

A Revista reúne estudos de autores, pesquisadores do Nucleas/ UERJ. Publicação semestral, impressa e também *on line* visa divulgar a produção dos estudiosos latinoamericanistas. Também se destaca pela atualização do conhecimento sobre questões relevantes das sociedades americanas e suas relações com o mundo contemporâneo.

Os autores são pesquisadores, professores, alunos da UERJ e de instituições de outros estados do país como também do exterior vinculados ao NUCLEAS. Os textos destacam a profundidade epistemológica e o caráter pluricultural dos fenômenos político-sociais e culturais americanos.

O dossiê *Historiografia Andina Século – contribuição aos estudos americanos* apresenta estudo profundo sobre os cronistas, religiosos e estudiosos que estiveram na região desde o século XVI aos dias atuais. Desenvolve análises relevantes sobre a temática e mostra o fenômeno da conquista e evangelização como elementos integrantes do processo de colonização. Extraímos daqueles estudos os elementos essenciais para o melhor conhecimento da sociedade andina, embora consciente de que esses relatos constituíram versões etnocêntricas sobre a dominação de uma sociedade considerada exótica. Também estamos cientes que em algumas crônicas indígenas encontramos elementos etnocêntricos devido ao envolvimento com os espanhóis e a cristianização.

A resenha do livro *América Plural - Caminhos da Latinidade* é o resultado dos estudos de latinoamericanistas preocupados em identificar, no espaço latinoamericano, como os grupos sociais, rompendo fronteiras culturais, construíram identidades locais e regionais como formas de resistência coletiva à dominação e possibilidades de estruturação de suas nacionalidades.

Os trabalhos refletem a preocupação dos autores em identificar na latinidade o caminho para a construção das identidades latino-americanas e apontam novos paradigmas para o desenvolvimento das práticas políticas, econômicas e sociais.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Dôssie

Historiografia Andina — contribuição aos estudos americanos

Prof^o Dr^a Maria Teresa Toribio Brittes Lemos/UERJ
Pesquisadora Visitante/UERJ
Coordenadora do NUCLEAS

O padre José de Acosta foi designado em 1571 por Francisco de Borja para evangelizar os nativos do Vice-Reino do Peru¹⁵, participando da expedição religiosa empreendida pelo vice-rei D. Francisco de Toledo contra os chiriguanos. Na realidade, essa expedição possuía um caráter punitivo, devido à rebeldia desses índios. Após a pacificação pela força das armas e da religião, Acosta foi convocado para assumir em Potosí outra missão com a finalidade de dar continuidade ao trabalho de evangelização para a concretização da conquista.

Acosta convocou a Primeira Congregação Provincial Peruana da Companhia de Jesus em 1576 e seus trabalhos como missionário tornaram-se eficazes, entre 1582/ 1583, com Terceiro Concílio Provincial Limense, especialmente após redigir as Actas e intervir na forma de catequizar, nas confissões e de impor uma Instrução para os confessores ordenados pelo Concílio. Esse trabalho contribuiu para revelar a dupla participação dos religiosos na região andina, como agentes da Corôa Espanhola.

A importância de Acosta, além da evangelização também se destacou pelas suas obras, como *De Procuranda Indorum Salute* (1576), *De Natura Novi Orbis* (1581), *Peregrinación del hermano Bartolomé de la Compañia de Jesús*, entre outros escritos. Mais tarde foi chamado pela Ordem para atuar no Vice-Reino de Nova Espanha estabelecendo-se no México¹⁶.

Frei Bartolomeu de Las Casas também conhecido como o Apóstolo das Índias e criador da “Leyenda Negra” contra a Espanha, foi considerado a “autêntica expressão da verdadeira consciência espanhola”. Porém não foi reconhecido em sua época como historiador, mas sim criticado pelas suas posições dialéticas. Agustín Yánes, escritor mexicano especialista em estudos sobre Las Casas o qualificava como “Padre y

Doctor da la Americanidad” e insistia em considerá-lo somente um apologista 17.

A primeira obra importante de Las Casas foi *Del unico modo de atraer a todos los pueblos a la verdadera religión* escrita em 1537, na qual descreveu de forma contundente a sua interpretação sobre o tratamento dado aos nativos pelos espanhóis.

A *Historia Apologética*, incluiu-se entre suas obras mais importantes, pois nela Las Casas descreveu os costumes e, a vida dos índios e como defendê-los da escravidão imposta pelos conquistadores. Seguiu a teoria aristotélica, segundo a qual certa classe de homens são escravos por natureza¹⁸.

A *Brevíssima Relación de la Destrucción de las Índias*, apresentada ao rei em 1542, tornou Las Casas bastante popular e serviu de propaganda política contra as ações dos espanhóis no Novo Mundo.

Praticamente em todas suas obras, criticou a forma como os espanhóis agiram no Novo Mundo. Las Casas esteve no Peru em 1532. Viajou para Nicarágua, Honduras, Panamá e as Antilhas e teve a oportunidade de testemunhar como os espanhóis pilharam as riquezas e dizimaram grande parte dos nativos.

Anteriormente, em 1530, quando esteve em Castela, conseguiu do rei ordens que impedissem que Pizarro e Almagro escravizassem os quêchuas, na região andina. Por esse motivo foi alvo de críticas e perseguições daqueles que ambicionavam saquear a sociedade incáica.

Após a promulgação das Leis Novas, em 1542, Las Casas recebeu uma proposta para administrar a mitra de Cuzco, uma das mais ricas da América. No entanto, ele optou pelo bispado da região de Chiapas uma das áreas mais pobres do México. Sempre combatendo a exploração espanhola escreveu, em 1556, um *Memorial Sumario* ao rei Felipe II condenando as encomiendas do Peru¹⁹.

Em *Doctrina* defendeu a tese providencialista, destacando o papel da Espanha, como a nação eleita por Deus, para descobrir e evangelizar do Novo Mundo. Porém acentuou que não era para impor leis de opressão, mas para cristianizar e propagar a caridade nessa nova sociedade.

Os espanhóis, no entanto, diante de tanta riqueza, converteram sua descoberta em crueldade, desumanidade e incompreensão com os indígenas. Por esses motivos, Las Casas tornou-se um obsecado defensor dos direitos dos índios. O cristianismo constituiu para Las Casas o título justo

da conquista espanhola e, portanto, esta devia ser “ pacífica, amorosa e doce, caritativa , ter mansidão, humildade e bons exemplos “²⁰.

Las Casas não construiu uma teoria sistemática sobre a conquista,mas repetiu razões e anátemas, associou teses, escreveu e defendeu desde exposições abstratas de ordem teológica, filosófica e jurídicas à relatos de crueldades e miséria .

A análise de suas obras é fundamental para a compreensão das estruturas mentais do homem espanhol do século XVI, carregado de etnocentrismo, pois em relação à alteridade , ele se diferenciou bastante dos homens de sua época. Esse aspecto é bem discutido por Teodorov que explica com clareza o seu pensamento em relação à conquista e defesa dos índios na América .

Em sua obra, *História de las Indias* , Las Casas acentuou os aspectos históricos da conquista e abordou bem as concepções mentais dos conquistadores , especialmente nos Livros II e III, quando descreveu as crueldades de Pizarro , matando as mulheres grávidas, cortando-lhes a barriga com as espadas, entre outras crueldades²¹ .

Outro grande cronista da conquista foi o mestiço Blas Valera . Ele foi considerado primeiro historiador do Peru . Sua principal obra , do século XVI, intitulada *Costumbres Antiguas del Peru*, recopilada e anotada por Max H. Miñano García em 1956.

Nessa obra o autor relatou a história incáica, especialmente no que se referia às questões sociais. Descreveu os aspectos específicos da sociedade nativa como religião, sacrifícios ²², superstições, leis, sistema de contagem através dos quipus²³ , que Valera chegou a conhecer esse processo estatístico, bem como a vários quipucamaiocs, línguas regionais , os grandes incas Viracocha e Pachacútec entre outros aspectos importantes da sociedade quêchua. Este documento constitui uma das fontes básicas para o conhecimento do incário, bem como para esclarecermos aspectos considerados obscuros da sociedade andina.

Outra fonte histórica fundamental para o estudo do Tawantinsuyo é a obra de Pedro de Cieza de León, intitulada *Del Señorío de los Incas* ²⁴ Nela , o autor abordou o período indígena antes da conquista incáica até a formação e queda do Tawantinsuyo . Descreveu os caminhos, os tambos e os remanescentes em Pacarec Tampu. Explicou como foi fundado o reino incáico por Manco Capac e descreveu a sucessão de reis, governos , leis e costumes .

Também constitui leitura fundamental para a análise do espaço sagrado quêchua, estudo da religiosidade e das festas como a de Hátun Raimi,

bem como os sacrifícios rituais. relatou as façanhas dos governos de Sinchi Roca. Lloque Yupanqui até as guerras entre Huáscar e Atahualpa.

A *Suma y Narración de los Incas*, de Juan de Betanzos²⁵ aborda a temática do incário e do processo de colonização, tornando-se fundamental para o nosso estudo.

No momento constitui uma das principais fontes de carácter indigenista, escrita em Cuzco, a capital sagrada dos Incas. Essa documentação servirá para discutirmos os conceitos de Espaço Sagrado, tanto indígena quanto espanhol, dessacralização e ressacralização, e permitirá desenvolver as hipóteses aventadas na pesquisa.

Essa obra está dividida em duas partes. A primeira trata das origens, da organização do Império e dos conflitos após a morte do Inca Tupac Yupanqui, em Usco Vilca. Betanzos informou sobre as virtudes de Yupanqui e sua luta para manter o espaço sagrado do Incário e também referiu-se às alianças indígenas que permitiram a expansão do Império, estendendo-se da Colômbia ao Chile e parte da Argentina.

A segunda parte da *Suma y Narración* trata da nomeação de Huáscar para o Império e como ele foi recebido personificado (no corpo) de Huayna Capac na cidade de Cuzco, tornando-se um deus. Betanzos escreveu sobre as lutas de Huáscar contra Atahualpa, em Quito. Nos capítulos finais, relatou a entrada dos espanhóis no Incário e o confronto de mentalidades.

Felipe Guaman Poma de Ayala é um dos principais cronistas da época que estamos analisando. Seus trabalhos de considerável relevância constituem uma das principais fontes para o conhecimento desses dois universos em confronto²⁶.

No século XVII, em 1615, escreveu ao rei Felipe III, comunicando-lhe que enviaria um manuscrito com cerca de 1.200 páginas intitulado *Nueva Cronica y buen goubierno*²⁷.

Poma de Ayala trabalhou, quando jovem, com o visitador Cristóbal de Albornoz nas campanhas contra o movimento Taki Unguey e serviu de intérprete para uma distribuição de terras em Huamanga²⁸.

A obra de Guaman Poma contrasta com a de Garcilaso de la Vega. Poma de Ayala representou um dos mais notáveis testemunhos da complexa situação multicultural de sua época. Foi um dos primeiros índios ladinos que debateu sobre a conquista e a colonização, deixando documentos escritos e iconográficos sobre esses acontecimentos.

O Inca Garcilaso de La Vega, mestiço de índio e espanhol constitui uma fonte documental de relevante importância para a compreensão das estru-

turas mentais dessa época. Por muito tempo Garcilazo relutou em assumir o seu lado nativo, até que percebeu a situação de submissão política econômica e social de seu povo e o verdadeiro sentido da colonização espanhola. Descreveu a história andina que constitui uma das maiores fontes documentais da época intitulada *Comentarios Reales de los Incas* 29.

Essa fonte histórica, em dois volumes, é de suma importância, pois constitui o resgate da cultura indígena. Abrange a história incáica desde as origens e o desenvolvimento de sua sociedade e encontra-se dividida em capítulos, dos quais desde o primeiro ao quarto do segundo livro, são essenciais para o desenvolvimento de nossas hipóteses. Assim poderemos aplicar os conceitos pretendidos como espaço sagrado e dessacralização.

A primeira parte, a que se refere aos Incas devido a escassez de fontes escritas, pois os Incas não escreviam seus Anais foi relatada através das versões de seus antepassados, bem como aos poucos quipus ainda encontrados. Também recorreu como aos trabalhos de arqueólogos, etnógrafos, linguistas especializados em quéchua e aimara e demais línguas autóctonas.

O *Libro Segundo* informa as origens incáicas, o cotidiano e a cultura. Descreve a conquista de Hatun Colla, a ciência nativa, a medicina e a educação, incluindo as artes e os ofícios. Sobre a sacralização do Incário, os *Libros Terceiro e Quarto* são essenciais, especialmente o capítulo I do *Libro Quarto* sobre os Acclawacci.

Os capítulos seguintes relatam as conquistas incáicas e a expansão do Império, bem como os prognósticos sobre a vinda dos conquistadores estrangeiros, que andavam pelas costas peruanas. E finalmente as lutas internas entre Huascar e Ataulpa.

Os *Comentarios Reales* apresenta também versões de outros cronistas de sua época. Segundo Ricardo Rojas, Garcilazo descreveu um Tawantinsuyo sem mendigos, ladrões ou falsários, e traçou um quadro idealista e utópico do Império, apresentando um Tawantinsuyo comunista e teocrático.

A historiografia colonial andina nos revela os esforços de grandes estudiosos como Francisco Mateos, editado em Madrid sobre as obras do padre Bernabé Cobo sobre a História del Nuevo Mundo, especialmente sobre os antigos habitantes do Vice-Reino do Peru, anteriores aos Incas e aos próprios Incas, sua religião, idolatria, costumes, enfim sua cultura. Os estudos de Mateos contribuíram para maior compreensão e conhecimento da missão de Cobo nos Andes.

Os estudos de Ballesteros Gaibrois sobre Pascual de Andagoya *Relación y Documentación*, editados por Adrián Blásquez são fundamentais para o maior conhecimento da área andina e circuncaribe. Através de Andagoya passamos a conhecer mais profundamente os povos andinos, sua cultura, administração colonial e as relações com o rei Carlos V.

A crônica de Pascual de Andagoya, data de 1545 e contem preciosos informes sobre o Império Inca, a partir do qual Pizarro e Almagro iniciam suas conquistas ao mítico reino de Birú (Pirú). Seus textos esclarecem sobre dados econômicos, etnográficos, religiosos da região andina.

A *Historia de las Recopilaciones de Indias* de Juan Manzano Manzano constitui um documento fundamental para o conhecimento da administração colonial. Através dessa obra podemos consultar os trabalhos de recopiladores anteriores a Ovando (1560-1569) que nos traçaram o perfil das estruturas hispânicas na América e que nos permitirão conhecer o imaginário do homem espanhol da época da conquista.

Analisando as *Recopilaciones de Indias* podemos afirmar que toda uma nova ordem se impõe para os colonizadores. Tanto no campo religioso, como evangelizar e combater a idolatria, como no político, no social. A conquista impõe uma realidade muito diferente até então conhecida, apresentando uma gama de questões e problemas vitais, cuja dificuldade residia não apenas nas diferenças da sociedade nativa frente aos europeus, como também em sua desconcertante variedade e extraordinária multiplicidade.

Manzano levanta alguns problemas sobre o assunto, questionando os meios com que contava Castela para fazer frente a esse novo estado de coisas, como também em que medida as novas formas de vida iam encontrar regulamentação nos velhos quadros institucionais da Metrópole³¹. Através de um olhar jurídico a situação não parecia ser difícil de ser contornada. Afinal eram territórios novos, povoados de infieis, incorporados ao reino castelhano. A solução para essa complexidade seria aplicar os preceitos jurídicos de Castela. Através dessa obra passamos a entender melhor as estruturas vigentes em Castela e as formas como foram aplicadas ao Tawantinsuyo incáico e as causas dos grandes confrontos mentais.

As *Actas del II Congreso Internacional sobre los Franciscanos en el Nuevo Mundo - siglo XVI*, dirigida por Gomes Canedo, tornaram-se uma das fontes documentais básicas para o estudo sobre os primeiros religiosos que chegaram ao vice-reino do Peru. Entre esses trabalhos

destacam-se os estudos de Bernard Lavallo sobre os antecedentes e início das rivalidades hispano-criolla nas províncias franciscanas do Peru, bem como os demais trabalhos que estão sendo analisados.

Sobre as questões jurídicas que envolvem o Orbis Christianus e a sociedade indígena, o estudo de Silvio Zavala sobre *Las Instituciones Jurídicas en la Conquista de America*, é de grande validade para nosso estudo³². Também os textos recopilados por Paulo Suescun sobre a Conquista Espiritual da América Espanhola são importantes para a compreensão dessa problemática.

Os Documentos Coleção Mariano Cuevas e Genaro Garcia constituíram fontes essenciais para recuperar as concepções mentais espanholas do século XVI. Essas coleções do Archivo General de Indias contêm valiosa correspondência dos bispos, vice-reis e demais autoridades espanholas residentes no Vice Reino do Peru e de Nova Espanha.

Eles escreviam com frequência ao rei e às autoridades eclesiásticas da Metrópole, relatando a situação social da colônia. Denunciavam os vícios dos colonos, a exploração dos índios, os maus tratos infringidos aos nativos, a preservação idolatria apesar do processo de evangelização, as punições, os processos inquisitoriais, entre outras denúncias.

Para melhor conhecimento do contexto andino pré-hispânico destacamos as obras de Maria Rostworowski de Diez Canseco *Historia del Thuantinsuyo* e de Henrique Urbano Wiracocha y Ayar, entre as demais encontradas na bibliografia de apoio.

Autores do século XIX como Mariano Picón Salas e Aquayo Bleye também contribuíram, para os estudos da documentação quinhentista. Tentaram estruturar uma história continental nova, sob a ótica tradicional da historiografia espanhola.

Outras documentações como os Diários, manuscritos que informam sobre os sucessos da conquista, anotados particularmente pelos espanhóis que participaram da conquista e do processo de colonização; os Anais ou Recopilações dos principais acontecimentos ocorridos durante essa fase, como por exemplo os Anales de Cuzco e de Potosí, as Hagiografias ou vida dos santos e as histórias escritas, tanto pelos mestiços quanto pelos espanhóis.

Horacio Urteaga e Carlos Romero, entre 1916 e 1939, contribuíram eficazmente para o avanço do conhecimento da cultura andina, especialmente com a *Collección de Libros y Documentos Referentes a Historia del Peru*.

As informações sobre Equador, Peru, Bolívia reunidas e publicadas sob o título *Relaciones Geograficas de Indias* por Marco Jimenes de La Espada, no final do século passado 33, em Madrid foram reeditadas em 1965 e nos oferecem um perfil dessas sociedades abordadas.

Um dos mais recentes trabalhos sobre os precedentes medievais do Direito Indiano, o *Patronato Régio* é a obra de Alberto Hera. A sua obra contribuiu para ampliar os trabalhos de Silvio Zavalla e Ots Capdequi.

Antolín Abad Pérez em *Los Franciscanos en America*, nos capítulos XVI, XVII e XVIII descreveu a sociedade andina, especialmente os Incas. Abordou temas sobre a Província dos Doze Apóstolos em Lima (1553), a Província Franciscana de San Francisco de Quito (1565) e a Província de San Antonio de Charcas, especialmente sobre as fundações franciscanas e a conversão dos quêchuas e aymarás.

La Cristianización de America por Rafael Gamba é fundamental para a análise da mentalidade do espanhol da Conquista. Gamba apresentou uma ampla antologia dos testemunhos e textos históricos sobre a cristianização da América Hispânica.

Assim como Gamba, Pedro Borges desenvolveu amplos estudos sobre os religiosos em Hispanoamerica. Nesse aspecto, a sua obra supera a de Gamba, no sentido de analisar praticamente todas as Ordens religiosas que estiveram na América no período da Conquista, como os Mercedários, Agostinianos e as Congregações Femininas bem como a vida religiosa não institucionalizada.

Ángel Santos escreveu sobre a Ordem Jesuita no Peru. Os capítulos III, IV, V e VI, que abrangem a área andina dominada pelos quêchuas, são essenciais para a análise das mentalidades.

A presença e atuação dos dominicanos na América Colonial nos séculos XVI-XX foi estudada por Miguel Ángel Medina. Os capítulos V e VI são elucidativos para o conhecimento dos trabalhos desses missionários na região andina.

Sobre o Espaço sagrado, as obras de Mircea Eliade, especialmente *O sagrado e o Profano - a essência das Religiões e o Mito do Eterno Retorno*, *O Homem e o Sagrado* de Roger Caillois, *Mexico Tenochtitlán - su Tiempo y Espacios Sagrados* de Leon Portilla e *El Espacio Sagrado* de Andrej Dembicz, oferecem conceitos essenciais para a compreensão do sagrado e do profano.

As publicações de Henrique Urbano como *Wiracocha y ayar* constituem uma bibliografia de apoio fundamental, especialmente os ciclos míticos

andinos, Wiracocha e a divisão tripartida, as representações simbólicas e o modelo triunfal precolombiano.

Os conceitos de Otto Ette sobre Funciones de mitos y leyendas en textos de los siglos XVI y XVII sobre el Nuevo Mundo e La Concepción de Tiempo y Espacio en el Mundo Andino de Hanns -Albert Steger consubstanciarão as análises sobre a cosmogonia e mentalidades³⁴.

Estamos utilizando textos históricos e etnohistóricos que se referem à história do Tawantinsuyo até a conquista espanhola. As crônicas selecionadas nos forneceram informações significativas sobre as concepções mentais dos primeiros espanhóis que chegaram, aos Andes bem como nos informaram sobre as sociedades nativas encontradas.

Essas crônicas tornaram-se imprescindíveis para o desenvolvimento das questões relacionadas ao etnocentrismo, à alteridade, aos procedimentos espanhol e indígena, ao conhecimento das cidades e dos costumes, que foram em grande parte destruídos logo após a entrada dos europeus no Tawantinsuyo.

Extraímos dessas obras os elementos essenciais para o melhor conhecimento da sociedade quêchua, embora consciente de que esses relatos constituíram versões etnocêntricas sobre a dominação de uma sociedade considerada exótica. Também estamos cientes que em algumas crônicas indígenas encontramos elementos etnocêntricos devido ao envolvimento com os espanhóis e a cristianização.

Sobre os franciscanos também Antolín Abad Pérez, em sua obra Los Franciscanos en América revelou grande parte da experiência dessa Ordem na América, especialmente nas Antilhas. A partir dos capítulos XVII ao XXVI, Abad Pérez tratou da atuação desses religiosos na área andina, como Quito, bem como a exploração dos missionários desde o Amazonas, Napo, Putumayo e entre os Jívaros e Maynas.

Em Charcas surgiram as primeiras fundações, a conversão dos quêchuas e aymaras, pelo norte e Oriente boliviano, no Chile a conversão dos Chiloés e a rebelião dos araucanos, em Bogotá a conversão dos Chibchas, como também a fundação de colégios e a expansão de suas missões.

Miguel Ángel Medina em Los Domenicos en América acrescentou maior conhecimento sobre a temática, permitindo dessa maneira melhor compreensão do assunto, especialmente o capítulo V, quando Ángel Medina analisou a presença dominicana no Império dos Incas, nas Províncias de San Juan Bautista del Peru e Santa Catalina, desde a chegada deles até o desenvolvimento de suas atividades evangelizadoras e educativas.

Pedro Borges , autor da obra Religiosos en Hispanoamerica escreveu sobre a presença de várias ordens religiosas na América como os Mercedários, os Agustinos, os Recoletos , os Capuchinhos, as Ordens Pastorais, as Congregações Femininas, as Ordens Monásticas Masculinas, entre outras, contribuindo eficazmente para ampliarmos nossos conhecimentos.

Resenha

Profa. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos, Prof. Alexis T. Dantas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Lemos, Maria Teresa Toribio Brittes (org.) - América Plural – Caminhos da Latinidade. Rio de Janeiro, ABE GRAPH Editora, 2002, 240 p.

América Plural - Caminhos da Latinidade é o resultado dos estudos de latinoamericanistas preocupados em identificar, no espaço latinoamericano, como os grupos sociais, rompendo fronteiras culturais, construíram identidades locais e regionais como formas de resistência coletiva à dominação e possibilidades de estruturação de suas nacionalidades.

Em *Economia Brasileira Recente: Dilema do Crescimento*, o economista Alexis Toribio Dantas analisa a conjuntura brasileira no contexto latinoamericano, estabelecendo as principais transformações econômicas ocorridas nas décadas de 1970 a 1990. Assinala os obstáculos mais relevantes à continuidade do modelo de industrialização adotado, em especial na segunda metade da década de 50, pautado pela dinâmica da substituição de importações, e traça os principais aspectos da política econômica da década de 80. A seguir, discute as transformações ocorridas na década de 90, destacando a abertura comercial, a execução do Plano Real e o modelo de estabilização de preços experimentado por parcela significativa dos países periféricos desde meados da década anterior. Essa análise econômica é relevante para maior compreensão do contexto econômico latinoamericano.

Em *João Goulart e o PNA: Impacto do Método Paulo Freire para o Golpe Militar* a historiadora Marilena Ramos Barbosa apresenta um trabalho de reconstrução histórica e análise da década de 1960, da conjuntura internacional da Guerra Fria e dos golpes militares que abalaram a estabilidade de várias nações latinoamericanas, mas que serviram para reforçar o sentimento de latinidade do continente.

A autora analisa a implantação de uma nova política educacional durante o governo do presidente João Goulart até o Golpe Militar em 1964. O surgimento das ligas camponesas, no nordeste, do Brasil, as pressões de grupos empresariais, os movimentos pelas reformas de base, além

da luta pela democratização do ensino, acirraram os ânimos contra o governo Goulart. Nesse contexto ideológico, o professor e educador Paulo Freire mobiliza a sociedade para erradicar o analfabetismo com a implementação do PNA (Plano Nacional de Alfabetização), como elemento de transformação social.

Em *Raízes e Fundamentos de uma teoria da troca política*, o cientista político Luiz Henrique Nunes Bahia, discute as concepções básicas da Teoria da Troca de acordo com Simmel, Homans e Blau. O autor procura mostrar como o fenômeno da troca se dá em uma dimensão política específica, diferente da troca social em geral e da troca econômica. A abordagem da troca, na visão do autor, consiste na melhor forma de interpretar o jogo da política no seu sentido mais global – o da ordem humana e a aspiração do poder – e no significado mais restrito, que discute o processo decisório da organização política. Assinala que o jogo associativo é praticado entre “iguais” e enfatiza que além dos interesses, o processo associativo se consolida, também, na troca de lealdade e de gratidão. Trata-se de um tema instigante para contextualizar o processo político latinoamericano.

Em *Memória Sociedade e Cultura na América Latina*, o cientista político Nilson Alves de Moraes desvela o cotidiano das lutas e diferenças sociais que se expressam nas tensões e complexidades produzidas na sociedade. O autor aborda a latinidade priorizando o fenômeno da identidade. Para o autor, a identidade não se reduz a um conjunto de traços fixos, como essência de uma etnia, de uma nação, onde cada grupo se apropria das relações transnacionais e regionais. A latinidade implica na existência de um cenário comum de diferentes processos de auto-afirmação, cuja única oportunidade de traçar um perfil próprio ou de conservá-lo estará dado por sua resistência a ser identificado no discurso uniformizador da região.

Em *A violência urbana no imaginário utópico do corpo individual e a ficção do corpo social*, o sociólogo André Luis Toribio Dantas aborda teorias de Lucien Sfez e Úrsula K. Le Gun, que discutem a utopia da saúde perfeita. No confronto teórico entre esses dois autores, percebe-se, no entanto, uma conjunção de idéias quando os autores, influenciados pela herança iluminista discutem o crescimento do indivíduo. Esses aportes teóricos enriquecem o pensamento científico latinoamericano.

Lembranças de Jó no tempo da AIDS, do psicólogo José Henrique Lobato Vianna aproxima-se de um dos textos mais instigantes da Bíblia: *O Livro de Jó*. Enfraquecido, Jó luta bravamente contra um discurso que valida a dor, o sofrimento e a morte e o soropositivo que aguarda a morte como

um castigo. Ambos remetem os leitores aos espaços da memória em que a própria vida coloca em confronto: as reminiscências da dor e as lembranças do sofrimento. São vozes que se entrecruzam na construção da subjetividade humana: em Jó, no soro positivo e na sociedade. Na AIDS algumas dessas vozes avassalam e atemorizam seus interlocutores. O texto é uma literatura significativa para o grande problema que ameaça grande parte da sociedade latinoamericana e mundial.

No texto *Cotidianidade, Memória e Representações Sociais*, a professora Helenice Pereira Sardenberg, aborda o dia-a-dia das comunidades como um processo histórico, produto social que precisa ser desvelado para superar a alienação. Para a autora, a memória constrói a identidade dos grupos humanos, através do exercício da rememoração, pois a memória reflete a expressão das experiências coletivas. O texto contribui de forma significativa para a compreensão do processo da construção da identidade latino americana.

O tema da imigração e da construção da identidade é tratado pela historiadora Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos, ao analisar o cotidiano dos imigrantes bolivianos atraídos para o Brasil à procura de melhores condições de vida, após a Guerra do Chaco e a Revolução de 1952. *Em Guerra, Terra e Exclusão: Imigrantes bolivianos e a construção de nova identidade*, a autora apresenta as dificuldades enfrentadas por aqueles imigrantes que chegaram ilegalmente, instalando-se em São Paulo, para trabalharem nas indústrias têxteis e os desafios enfrentados para reestruturarem suas vidas. A perda dos vínculos comunitários e culturais originais os obrigou a construir nova identidade destinada a resistir à “exclusão injusta” imposta pela sociedade brasileira.

O historiador e arqueólogo Paulo Seda desvenda, juntamente, com Lúcia Pangaio e Kátia Diniz os mistérios da arte pré-histórica brasileira. No texto *Os Artistas da Pedra: pinturas Pré-Históricas da Serra do Cabral*, os autores afirmam que as pinturas integrariam um sistema simbólico organizado, em que as representações de animais têm relevância e cujo encadamentamento implica em uma estrutura de pensamento bastante complexa. Também assinalam que as pinturas da Serra do Cabral não são simplesmente relações de caça, mas exprimem as relações das funções metafísicas dos símbolos que lhes serviam de base, correspondendo ao arcabouço de uma mitologia, onde os animais, ao que parece, teriam um lugar de destaque.

A latinidade está presente na literatura. Os textos de Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco e Edna Maria dos Santos sobre a Agostinho Neto

retratam o percurso poético da africanidade/latinidade. Em *As tramas da poética de Agostinho Neto na Poesia Angolana Contemporânea*, a historiadora Edna Maria dos Santos confronta o poeta angolano com Jorge Luís Borges, quando aborda o esquecimento como uma das formas de memória e assinala que no esquecimento, concretiza-se o tempo que escorre e a memória passa a ter relevância histórica, política e cultural. As autoras aproximam Neto de Borges. A latinidade surge através do canto, da voz e dos ritmos dos negros. *A Ressonância da Poética de Agostinho Neto na Poesia Angolana Contemporânea* aproxima Neto de Neruda, pois os momentos sofridos e insofridos da práxis são capazes de gerar poesia, pois cada poeta estabelece um pacto com o seu tempo e, somente contextualizadas histórica e socialmente, as obras literárias podem ser mais bem compreendidas e analisadas.

Os trabalhos refletem a preocupação dos autores em identificar na latinidade o caminho para a construção das identidades latinoamericanas e apontam novos paradigmas para o desenvolvimento das práticas políticas, econômicas e sociais.

#OcupeEstelita: a construção do imaginário da resistência

Carla Lyra
UNIRIO

RESUMO:

Este artigo analisa a luta pelo direito à cidade e à memória do movimento #Ocupe Estelita e a construção do imaginário da resistência através de imagens compartilhada nas redes sociais. Registra a inovação social que nasce da convivência entre pessoas em torno de sonho da construção de uma nova política urbana a partir do exame da cultura visual para alcançar as linguagens políticas.

Palavras-chave: Direitos Urbanos; Redes Sociais; Memória

INTRODUÇÃO

O MOVIMENTO #OCUPE ESTELITA

A ocupação do terreno do antigo Parque Ferroviário da extinta Rede Ferroviária Federal, situado na zona central da cidade do Recife à beira do Cais José Estelita, aconteceu a partir da noite do dia 21 de maio de 2014 quando um ativista que passava no local constatou o início da demolição dos galpões ali existentes e, a partir daí, mobilizou outros manifestantes para impedir o ato. No dia seguinte, em 22 de maio de 2014, o Juiz Federal Francisco Antônio de Barros e Silva Neto reconheceu a ilegalidade da demolição e, a pedido do MPF, suspendeu imediatamente qualquer demolição/construção no local, tendo o IPHAN, no mesmo dia, também embargado a obra.

O acampamento foi montado no terreno que pertence ao sistema ferroviário e que fazia parte do antigo complexo portuário ocupado também por armazéns do Instituto do Açúcar e do Alcool. Esta área do Cais José Estelita permaneceu como propriedade da Rede Ferroviária Federal mesmo tendo sido desativada em 1996. Em 2012, o terreno foi vendido por meio de uma licitação na modalidade leilão para o *Consórcio do Projeto Novo Recife*, formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão.

Diante da ameaça de construção de grandes e privados edifícios para poucos, muitas pessoas se mobilizaram para impedir esta perda de um importante espaço público e de memória da cidade. Num período de 27 dias, três manifestações foram realizadas no Cais José Estelita em 2012. No dia 1º de junho de 2014, foi realizado o evento do *Ocupe Estelita*, com a presença de mais de 10 mil pessoas durante todo o dia no terreno ocupado desde o dia 21 de maio de 2014.

Para Bernardes (2012), o movimento *Ocupe Estelita* realiza, em plenitude, uma política cultural¹ cujo significado ultrapassa os limites da cidade do Recife e se insere em um complexo internacional de luta pelo direito à cidade que hoje atravessa diversos países. No centro desta luta que envolve o Estado - sob suas diversas formas -, interesses do capital imobiliário e pessoas que se mobilizam por uma determinada visão da cidade está uma luta cultural, mais precisamente uma disputa de política cultural que tem como eixo o controle sobre o território, mas que o ultrapassa largamente.

A disputa é colocada em termos de quem deve determinar o uso deste território urbano: os interesses do capital urbano em associação com o Estado - para seu uso privado, modificando totalmente toda a paisagem do Recife, e não apenas das áreas mais próximas - ou aquela parte da população que se mobiliza para que a área seja mantida como um espaço de uso público, mas sob uma nova forma. Para Bernardes, os que defendem a intervenção privada sobre a área do Cais José Estelita falam do uso de um espaço sem qualquer utilização, de sua valorização e, especialmente da construção de um “*Novo Recife*”. Entretanto, contextualiza que o espaço tornou-se aparentemente sem uso pelas transformações ocorridas na economia e na ação do Estado, marcado pelas ideias do neoliberalismo com a decisão de alienação de um espaço público para transformá-lo em um espaço privado. O historiador ressalta que desta forma, não apenas se apaga toda a carga histórica que impregnou tal espaço, mas também ignora-se as possibilidades de sua utilização pública.

No Projeto Novo Recife, existe uma decisão de radical transformação da paisagem de toda a área e sua apropriação de maneira privada. O movimento Ocupe Estelita assumiu, em grande medida, o que deveria ser o papel do Estado no sentido de aplicar a legislação que regulamenta o uso dos espaços públicos carregados de memória e o ordenamento do espaço.

DIREITOS URBANOS NAS REDES SOCIAIS - "A CIDADE É NOSSA OCUPE-A"

O *Grupo Direitos Urbanos* – que organizou a chamada pelas redes sociais e a ocupação junto com outros grupos e movimentos - surgiu há mais de três anos e enfatiza o caráter horizontal e apartidário do movimento demonstrado no uso de Fanpages e na formação de grupos no Facebook para mobilização social. Vale salientar que a mídia oficial não transformou o evento e toda a sua repercussão em pauta devido à ligação dos donos dos jornais com o Consórcio Novo Recife. Os canais de televisão também não se interessaram em cobrir os eventos culturais do acampamento. A denúncia da falta de liberdade de expressão por parte dos jornalistas foi expressa em muitos *posts* nas redes sociais. O Movimento conta com o apoio de outras redes como a Mídia Ninja que está presente onde “a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa”. É a partir destes veículos de informação que podemos compreender as imagens do #OcupeEstelita e analisar suas formas de construção, fruição e reprodução dos elementos que compõem os artefatos visuais produzidos e disseminados por determinadas formações identitárias.

O conjunto de “Álbuns”²² que apresentaremos são uma forma de acessar as sensibilidades, práticas articulatórias, símbolos, valores, códigos, redes de sociabilidades, atitudes e linguagens de diferentes pertencas e reconstruir a memória política e cultural do Movimento e seus participantes que lutam pelo direito à memória, à paisagem e à cidade. De acordo com Silva (2011), a construção social da imagem e da imaginação são fenômenos próximos à construção social da memória. Os grupos sociais no processo histórico buscam tornar-se senhores da memória e do esquecimento, pois esse é um processo de construção e domínio da memória coletiva fundando uma estruturação de poder. Nesse sentido, a memória, é também um dispositivo que permite que o conteúdo histórico recuperado pelos grupos seja valorizado e apresentado para fora de seu círculo social.

A construção e reprodução, esteticamente elaboradas, das identidades nos espaços públicos midiáticos favorecem os grupos sociais alijados do poder político, a delimitação dos espaços sociais que esses ocupam e o reconhecimento social dos mesmos. A construção de imagens como uma forma de mobilização de interesses determinada por padrões de comportamentos que ora reproduzem valores hegemônicos da cultura de massa, ora criam formas estéticas alternativas de propagação de valores

culturais locais. Dessa forma, desenvolveremos o estudo das narrativas visuais do #Ocupe Estelita no sentido de se compreender a função crítica e o papel social que estas narrativas visuais estabelecem nas relações de poder da sociedade contemporânea.

A OCUPAÇÃO: NARRATIVAS VISUAIS DA VILA ESTELITA

O processo de registro fotográfico da luta de ocupação no cais José Estelita foi iniciado a partir do ato de um militante do movimento no dia 21 de maio de 2014 que, ao fotografar a derrubada dos galpões pelas máquinas das empreiteiras, foi agredido por um segurança. As imagens da demolição e do agredido circularam nas redes sociais e, logo em seguida, um Grupo de militantes seguiu para o Cais para ocupar o terreno e tentar impedir a ação de destruição dos galpões. Barracas foram montadas e pessoas ocuparam o terreno.

“Num lugar antes desconhecido da grande maioria, um sonho se realiza ao menos em experimento: um imenso espaço perdido há anos no discurso do abandono, uma vastidão impensada, ganha, na prática dos ocupantes de simplesmente ocupar, o sentido que ele sempre poderia ter tido: o de ser o **espaço de confluência de todos os cantos da cidade ao receber, acolher e misturar as pessoas**. Um lugar que antes era apenas o atrás do muro e dos galpões, o espaço abandonado, de ninguém, passa ser um **experimento simbólico** (...) Apropriação simbólica do que antes era o não *lugar de e para todos* vai, aos poucos, por conta da efetividade do ato de *ocupar aquele espaço*, criando de forma mais plena e concreta, a sensação de acerto político na luta pelo lugar: o Cais José Estelita não pode ser mais um projeto que apenas segregue a cidade dela mesma”.³

O imaginário e a luta do **#Ocupe Estelita** pelo direito à cidade reflete o movimento de resistência global da sociedade civil no qual o **Occupy Wall Street** (Ocupe Wall Street) é um dos símbolos principais. No site occupywallst.org, o OWS é descrito como um movimento de resistência, sem liderança, “com pessoas de muitas cores, gêneros e opiniões políticas”. O #OcupeEstelita é um espaço livre, lúdico e de criação pois os militantes acreditam que a rua é um espaço onde as pessoas devem estar. “A cidade é Nossa Ocupe-a”.

O Estelita foi criando seus símbolos e se apropriando do espaço do Cais numa luta travada através das mídias sociais. Imagens do terreno, trilhos dos trens, silos, armazéns e visão do Cais e do mar se multiplicam na internet. Fotos da paisagem, dos vagões traduzem os sentidos de pertencimento e descoberta. Todos querem subir nos silos, fotografar a cidade e guardar para a memória um registro do patrimônio abandonado e que iria ser destruído, afirmando através de “selfies” e fotografias do local o direito à paisagem como um direito de todos. Camilo Soares (2013) nos lembra que, para o urbanista Kevin Lynch, essa identidade afetiva com a imagem de cidade nos liga mais uma vez ao conceito de paisagem, pelo processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, que se dá através de mecanismos perceptivos e cognitivos.

O amor pela cidade e o apoio ao #Ocupe Estelita faz com que o acampamento cresça e se transforme em um local de convivência entre distintos grupos. A luta do #OcupeEstelita ganha apoio nas redes sociais e pessoas com uma placa #Ocupe Estelita são fotografadas pelo mundo: artistas, simpatizantes, pessoas públicas. Os curtas produzidos e divulgados na internet mostram o cotidiano no Estelita, a sua vida comunitária, a reivindicação pela moradia popular no contexto de segregação social e “gentrificação” da cidade do Recife e as atividades culturais desenvolvidas no espaço. Rodas de conversa sobre política, arte, ecologia acontecem no acampamento assim como meditação, Yoga, música e aulas de culinária vegetariana. Todos tem projetos para o espaço e reivindicações. A construção de uma cultura visual favorece assim o fortalecimento da afirmação dos grupos, uma vez que os elementos dos artefatos visuais representam a forma perceptiva de reprodução dos seus valores e da memória coletiva local.

OCUPE A LIBERDADE: OS CORPOS NUS DO ESTELITA

Os vídeos e ensaios fotográficos traduzem o direito à cidade e evidenciam também os anseios e visões de mundo específicos de classe, etnia, gênero e sexualidade. O Estelita passa a ser também um experimento simbólico para o Coletivo Além:

“A experiência de liberdade no Cais Estelita não se limita à atuação incisiva dos ativistas em um novo projeto possível para Cidade de Recife. Ocupado há algumas semanas por jovens e estudantes, o movimento questiona empreendimentos milionários e junta forças

para ressignificar o acesso do público para o público, em um forte envolvimento com as comunidades e favelas da região. A **transformação do comportamento**, entretanto, não se pode supor efetiva sem que haja **transformação dos seres políticos** e apaixonados que ali residem. Nesse ensaio, a intimidade dos corpos se encontra com a frieza do abandono, o macio e o enferrujado, improvável. **A liberdade surge de onde sempre deveria vir: de nossas mentes e corações em busca do novo**.⁴

Nas palavras do Coletivo, o corpo é a maneira possível de experimentar o mundo. “E se os nossos corpos também são construídos das toneladas de cimento, tijolos e barras de ferro que compõem nossas cidades? O corpo não apenas habita a cidade, mas também é a cidade, em um imbricamento sem fronteiras, em um jogo de extensões”. “A divulgação das imagens do ensaio foi bloqueada no Facebook. O nu também incomodou alguns seguidores do Grupo Direitos Urbanos que colocavam que aquelas pessoas “não tinham nada para fazer e iam acabar desviando o foco da luta”. Afinal o que podem pensar de nós? Estes fatos ilustram o viés analítico para o qual Silva (2011) nos chama a atenção: o exame da cultura visual permite que se alcancem as linguagens políticas criadas e que produzem pertencimentos diferenciados em relação às identidades. O visual como lugar de interação social e definição em termos de classe, gênero, identidade sexual e racial.

REGISTROS (ÁUDIO) VISUAIS : IMAGINAÇÃO, POLÍTICA E AFETO

Para concluir, é importante ressaltar que “em dia de matérias compradas com dados tendenciosamente manipulados, é importante lembrar o real papel do jornalismo, sistematicamente impedido pela iniciativa privada” como coloca a crítica de um dos ativistas à atuação da mídia, a participação cidadã torna-se fundamental para a consolidação da democracia. Esta política cultural construída na convivência de corpos e registrada em imagens faz com que a defesa da memória e o direito à cidade conquiste espaço e faça com que o Estado reconheça também o seu papel:

“Todavia, cumpre esclarecer que o redesenho do projeto deverá seguir as orientações e restrições do DNIT e da ANTT, a fim de assegurar o funcionamento com segurança da linha férrea contígua à área do empreendimento, sem riscos para os transeuntes e pessoas em geral; bem como do corpo técnico do IPHAN/PE e da FUNDARPE para garantia da preservação da memória

ferroviária e visibilidade dos monumentos tombados em nível federal na área de entorno do Cais José Estelita, o que implica necessariamente redução significativa da altura das torres do empreendimento, dentre outras adaptações”.⁵

O que primeiro era apenas uma passagem pela janela se transformou em um campo fértil de sementes e espaço para a imaginação e para a construção de novas formas de convivência e construção de uma cidade mais humana e solidária. As narrativas visuais demonstram a força da sociedade civil na luta por seus direitos como demonstra o trecho abaixo publicado no Facebook no dia 17 de junho de 2014 no ato da desocupação do terreno pela Polícia:

“O que vivemos hoje assim que o sol raiou no Cais José Estelita foram atos de terrorismo. A polícia, a partir das 5h da manhã acordou a ocupação com seu cavalos e batalhã o de choque. Em menos de uma hora tudo que havia no Cais já encontrava-se destruído. Para isso usaram de força extrema, desmedida e, diante da resposta pacífica dos manifestantes, foram covardes e desumanos. Utilizaram bombas de efeito moral jogadas em cima de manifestantes, balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Nós éramos 50, eles pelo menos o triplo. Tentamos negociar. Fazer com que eles esperassem a chegada de advogados, do Ministério Público, como manda a lei, mas a informação é que a ocupação teria apenas cinco minutos para ser desfeita, caso contrário eles usariam a força que usaram. Fica claro que não havia nenhuma intenção de acordo ou negociação tampouco de desejo de respeitar as pessoas como seres humanos. Fica também evidente que o Consórcio Novo Recife não está disposto a negociar, mentira que vem sendo divulgada em diversas notas pagas em jornais. Estamos em pleno processo de negociação em mesas mediadas pela Prefeitura do Recife e esta ação para além de ferir os direitos humanos, fere também qualquer pacto de diálogo. O Consórcio demonstra seu autoritarismo. Teme porque não tem argumentos para convencer a cidade de que seu projeto é o melhor. Por isso usa a força, machuca, violenta, assim como fará com a cidade. O desejo da Ocupação, por sua vez, permanece: o de discutir e negociar o melhor para o Recife”⁶.
Ocupe Estelita

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, C. M. Corpo, arte e memória: os desígnios do tempo. In: FARIAS, F. R. (org.). *Apontamentos em Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CAMPOS, C. Corpo/memória Guarani: ambiente de afetos e afecções. In: FARIAS, F. R. (org.). *Apontamentos em Memória Social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. *Un corps fait de regards*. In: BRETON, S. (org.) *Qu'est-ce qu'un corps?* Paris: Flammarion, 2006.
- CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DENIS, Antônio de Mendonça. Bernardes e NASCIMENTO, Ângela. As Pessoas Fazem Política Cultural? - Trabalho apresentado no III Seminário Internacional de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012. Disponível: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Denis-Ant%C3%B4nio-de-Mendon%C3%A7a-Bernardes-et-alii.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2014.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e Imagem da Cidade. In: C. Fortuna (org.). *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora, 1997. p. 231-257.
- GUATTARI, Félix. Espaço e Poder: A Criação de Territórios na Cidade. *Espaço e Debates*, nº 16, 1985. p. 45-59.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- LACARRIEU, M. *et alii*. Procesos de Transformación Urbana en Lugares Centrales y Periféricos del Área Metropolitana de Buenos Aires: Gano el Urbanismo Escenografico?. In: FRUGOLI, H. *et alii* (orgs.). *As Cidades e seus Agentes: Práticas e Representações*. Belo Horizonte/São Paulo: PUC-MINAS/EDUSP, 2006. p. 98-127.
- LEITE, Rogério Proença. *Contra-Usos da Cidade* (2ª ed.). Campinas: Ed. Unicamp/São Cristóvão, EdUFS, 2007.
- _____. “Espaço Públicos na Pós-Modernidade”, in C. Fortuna e R. P. Leite (orgs.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 187-204.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. Corpo, Imagem e Memória. In: Mammi, Lorenzo e Schwarcz, Lilia (Orgs.). *8 X Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Sergio Luiz Pereira. A fotografia e o processo social de construção da memória. In: *Ciências Sociais Unisinos* : 47(3): 228-231, setembro/dezembro 2011.

ZUKIN, Sharon. *The Cultures of Cities*. Cambridge: Mass., Blackwell, 1995.

SITES

Consórcio Novo Recife - <http://consorcionovorecife.com.br/>

Direitos Urbanos - www.direitosurbanos.wordpress.com

REDES SOCIAIS

<https://www.facebook.com/pages/MovimentoOcupeEstelita/320033178143669?fref=nf>

<https://www.facebook.com/groups/348480681859986/>

<https://www.facebook.com/groups/233491833415070>

<https://www.facebook.com/pages/Resiste-Estelita/656041921137604?fref=nf>

FOTOS

http://midiacapoeira.wordpress.com/pequeno-guia-para-entender-as-criticas-e-propostas-do-ocupeestelita/galeria-de-fotos-do-ocupeestelita-1o-de-junho-de-2014/Ocupe_Estelita+1 <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/sets/72157633378144980/> -

<https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/sets/>

<https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/sets/72157645043795733/>

Ocupe a Liberdade: Os Corpos Nus do Estelita

<https://ninja.oximity.com/article/Ocupe-a-Liberdade-Os-corpos-nus-do-Est-3#.U5iq5E38BZs.facebook>

VÍDEOS

Palestra Direitos Urbanos, A Cidade é Nossa! - <https://www.youtube.com/watch?v=QZtIT3-BN2w>

Recife sob o ataque da especulação imobiliária http://www.youtube.com/watch?v=QtZMk0_MAr4&feature=youtu.be

Por um projeto para o Cais José Estelita que contemple a habitação social, destinando pelo menos 30% da área para este fim: <http://vimeo.com/97536695>

Sociedade Estelita https://www.youtube.com/watch?v=1ByRN_xBkSg&feature=youtu.be

Registro do Ocupe Estelita <https://www.youtube.com/watch?v=TYbjVHe0vKU&feature=youtu.be>

NOTAS

- ¹ A política cultural seria vista também como expressão da ação de pessoas, aquela que se faz pela ação de pessoas fora do Estado e até mesmo contra o Estado .
- ² <https://www.flickr.com/photos/direitosurbanos/sets/72157645043795733/>
- ³ **#OcupeEstelita, #ResisteEstelita: a (re)significação constante do Direitos Urbanos (e do Cais)** - Publicado por jampapt. Disponível em: <http://jampapernambuco.wordpress.com/2014/05/25/ocupeestelita-resisteestelita-a-resignificacao-constante-do-direitos-urbanos-e-do-cais/#comments>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- ⁴ Disponível em: www.alem.art.br. Acesso em: 03 de jun. 2014.
- ⁵ Disponível em: <http://midiaapoeira.wordpress.com/2014/06/16/nota-do-ministerio-publico-federal-em-relacao-ao-cais-jose-estelita/>
- ⁶ Estelita Sem Direito - <https://www.youtube.com/watch?v=c0m8fA8mvLU>

“La Argentina y la UNASUR en la política exterior brasileña: vectores para su consolidación como potencia global”

Lic. Carlos Alfredo da Silva
Universidad Nacional de Rosario-Argentina
Universidad Católica Argentina-Paraná-Argentina

Lic. Javier Alejandro Orso
Universidad Nacional de Rosario-Argentina

Lic. Andrea Paola Neiro
Universidad de Chile

RESUMEN

El presente ensayo, se enmarca en las etapas iniciales de un proyecto de investigación sobre la integración regional y las políticas exteriores de los países emergentes en América del Sur. El mismo tiene por finalidad poner en evidencia los intereses nacionales brasileños como una potencia emergente y sus intenciones como actor global, especialmente en el contexto internacional actual marcado por la crisis económica mundial. Para ello, partimos de la gestación de la Unión de Naciones del Sur (UNASUR), instrumento de la integración regional sudamericana y de la propuesta de alianza estratégica con Argentina. Asimismo, se pondera el rol de Brasil, como miembro activo del grupo Brasil, Rusia, India y China (BRIC). Finalmente se evaluarán las posibilidades de inserción y relacionamiento externo de la Argentina, en función de los intereses brasileños y en el marco de los procesos de integración regional. Se utilizará un enfoque metodológico cualitativo, desde la perspectiva de las relaciones internacionales latinoamericanas.

Palabras claves: alianza estratégica - Brasil (BRIC) - integración regional - potencia global - UNASUR

INTRODUCCIÓN

Casi todos los países de América del Sur atraviesan desde el año 2003 una situación económica extremadamente favorable, que la crisis de 2008 sólo parece haber interrumpido brevemente. Fundamentos macroeconómicos fiscales y externos mucho más robustos que en el pasado, altas tasas de crecimiento, así como una significativa reducción de las tasas de desempleo y los niveles de pobreza caracterizan el desempeño del subcontinente. El escenario económico mundial, que combinó una fuerte mejora de los precios de exportación y los términos del intercambio; el significativo aumento de los volúmenes exportados y de los precios de las materias primas, junto con tasas de interés internacionales excepcionalmente reducidas, han estado, sin duda, entre los factores determinantes de ese desempeño.

De este modo, la región pasó de sufrir una escasez crónica de divisas que, desde la posguerra, había condicionado la dinámica *stop and go* de su ciclo económico, a una situación de holgura externa que redefinió la naturaleza de sus desafíos macroeconómicos.

La situación, claro está, no está exenta de riesgos e incertidumbres. La actual bonanza combina factores que lucen más persistentes (el crecimiento chino, indio y de otros países asiáticos) con otros que parecen temporarios (el exceso de liquidez en los mercados financieros internacionales). Por otra parte, la elevada inestabilidad se convirtió en un dato duro de la economía globalizada.

Como plantea el especialista norteamericano Noam Chomsky, cuando expresa “no creo que América Latina sea la utopía. Lo que digo es que ha comenzado a emerger de una historia muy dura hacia un estadio en el que tiene algunas posibilidades. Eso no la vuelve la utopía. En los últimos 200 años, América Latina ha tratado muchas veces de salir adelante pero no ha podido debido particularmente a dos problemas. Primero por la falta de integración que separa a los países, porque incluso el sistema vial es diferente entre unos y otros. También porque los países han estado orientados hacia poderes imperiales casi en todo sentido, desde los bancos en los que la gente invierte su dinero hasta las universidades adonde envía a sus hijos. Ese complejo se está superando y se han adoptado pasos ciertos hacia la integración. El último ejemplo es la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), creada en febrero de 2010, con todos los países de América, excepto Estados Unidos y Canadá, un proyecto

simbólicamente significativo y potencialmente importante. Si esa organización adquiere algunas funciones reales en la integración, será comparable a otras iniciativas como Unión de Naciones del Sur (en adelante UNASUR), el Banco del Sur o Mercosur”. Asimilando, “la integración como un prerequisite para la independencia”.

Al respecto Noam Chomsky manifestó que “el riesgo es que las estructuras que han impedido el desarrollo de las sociedades latinoamericanas aún existen. Los caudillos y el caudillismo, por ejemplo. O el hecho de que el desarrollo que está teniendo lugar siga basado en la extracción de materias primas. Incluso en Chile, que es considerada la joya de la corona, la economía sigue dependiendo del cobre y en general sigue sujeta a una determinante geográfica que la lleva a producir frutas y vinos para el mercado norteamericano. Aparte de eso, no parece haber un esfuerzo claro y consistente para superar el sistema tradicional”.

En el presente artículo, analizaremos el rol de UNASUR en la región, la relevancia que presenta su sostenimiento y éxito para Brasil, así como el rol que ejerce Brasil como miembro BRICS. Ambas instituciones se presentan, de este modo, como plataformas para su consolidación como potencia regional y delimitan su camino para ser reconocida como potencia mundial.

LA CRECIENTE RELEVANCIA DE LA UNIÓN SUDAMERICANA DE NACIONES (UNASUR) PARA BRASIL (SOCIO LATINOAMERICANO DEL BRICS)

La Comunidad Sudamericana, antecedente directo de la UNASUR, es una comunidad política, económica y cultural conformada por doce países sudamericanos y constituida el 8 de diciembre de 2004 en la ciudad de Cuzco (Perú). En el año 2008 se producen dos actos fundacionales para la integración de la región: en la Cumbre de Brasilia de mayo de 2008, se aprobó el Tratado Constitutivo de la UNASUR que da origen formal al proceso de integración, sobre la base de los principios de libertad, igualdad y fraternidad de los países de la región; principios ya esgrimidos por el Libertador Simón Bolívar, en sus discursos y cartas de inicios del siglo XIX. Por otra parte, en el mes de diciembre, en la reunión de Jefes y Jefas de Estado y de Gobierno, realizada en Salvador de Bahía (Brasil), se acordó la creación del Consejo de Defensa Sudamericano, a instancias de Brasil, y cuyo Estatuto fue aprobado ese mismo mes, en la reunión de Santiago de Chile.

Para una mejor comprensión de los procesos de regionalización en América Latina, es importante distinguir algunas cuestiones teóricas. De

acuerdo a numerosos estudios realizados, consideramos a la integración regional como un proceso multidimensional, es decir, como un proceso histórico que trasciende las formas y herramientas económico – comerciales. Para ello es menester que los gobiernos involucrados, mediante los mecanismos integracionistas que se adoptan, se aboquen a la tarea de buscar instrumentos que construyan un *ethos* social regional y supranacional, germen y origen de toda integración genuina¹.

La cultura, la educación, la solidaridad social, las instituciones y la política, junto con la economía y los sistemas de cooperación son, en este sentido, las herramientas necesarias para la construcción de un espacio multinacional ampliado que vaya más allá de las formas de zonas de preferencias arancelarias, zonas de libre comercio, uniones aduaneras o mercados comunes.

La complejidad del mundo actual nos ofrece dificultades para poder adaptar el lenguaje a los profundos cambios que se vienen sucediendo. Ocurre cuando hablamos, por ejemplo, de mundialización, definida ésta como un proceso económico que asumen las nuevas formas de la acumulación capitalista frente a la globalización, la cual involucra, además de los fenómenos económicos, a los elementos ideológicos-culturales. A su vez, el proceso de regionalización puede ser entendido como una estrategia dentro de la economía mundial, el cual puede llegar a constituirse en una alternativa válida para los desarrollos nacionales.

Para nuestra región, en cambio, la mundialización como estrategia para detener las tasas decrecientes de ganancia de capital constituye el instrumento que les permite a las empresas transnacionales enfrentar los costos dentro del cambio en los paradigmas tecnológicos surgidos luego de las crisis de los años '70 y '80, que requieren cada vez mayores inversiones en informática, robótica y comunicaciones, a fin de mantener la competitividad necesaria. Dicha capacidad se articula en torno al eje político internacional (el grupo de los países más industrializados del planeta).

La regionalización en la economía mundial podría ser un corolario de la mundialización económica, cuestión, esta última, difícil de dimensionar, porque es dentro de este contexto que debemos entender las tendencias contemporáneas a la formación de grandes bloques comerciales como reacción frente a las crisis, y como un mecanismo de defensa y competencia frente a otros rivales que tienen un mayor peso económico y geoestratégico. Aunque a nivel de los países industrializados, la regionalización se puede entender, también, como un mecanismo de defensa de las grandes burguesías nacionales para mantener su condición de clase hegemónica y

asegurar su expansión capitalista por la vía de la ampliación en los mercados cautivos.

De este modo, la integración se presenta como una dimensión necesaria para la formulación de objetivos políticos en el nuevo orden internacional, tanto en el plano económico como en el de la seguridad y la defensa regional. A partir del surgimiento y despliegue de estos procesos de integración, las percepciones de amenazas y vulnerabilidades se trasladan del plano nacional al nivel regional, generando, así, una internacionalización de las políticas de seguridad y defensa que permite reforzar las iniciativas y las relaciones interestatales, interregionales y/o subregionales.

Asimismo, UNASUR, entendida como un mercado, es cada vez más amplio e involucra un concepto político, una organización que se está potenciando. Entre los diez países que lo conforman cada vez mayor intercambio y cooperación, mejores relaciones, y por lo tanto, en términos estratégicos, Argentina podría abastecer a ese mercado. Teniendo en cuenta que el mundo se está agrupando en bloques, el país con la UNASUR, para ser más eficientes, tenemos que considerarnos una región que intercambia productos y servicios. La consolidación del Banco del Sur, organismo de financiamiento de grandes proyectos industriales y de infraestructura, va a demandar de la tecnología que surja de nuestra región y tenemos que asumir el desafío del desarrollo tecnológico enfocando en la UNASUR como el gran mercado del futuro.

ACTORES Y CARACTERÍSTICAS DE LOS BRICS

Fue Jim O'Neill, el entonces jefe de Investigaciones Económicas Globales de Goldman Sachs, quien lanzó la denominación BRIC en el año 2001 para referirse al grupo de economías de mercado emergentes: Brasil, Rusia, India y China. Si bien la idea generó rápidas adhesiones, los mercados la compraron y el acrónimo se transformó en una marca con impacto mediático², fue recién en el año 2008 cuando los cuatro países la asumieron oficialmente. En este año, los Ministros de Relaciones Exteriores de las cuatro naciones se reunieron en varias oportunidades con el objeto de formular enfoques comunes frente a los principales temas de la agenda internacional.

Los países BRICS tienen un enorme potencial pero, al mismo tiempo, un gran desafío, ya que deben promover políticas sociales de inclusión y políticas de desarrollo económico para consolidar su crecimiento a largo plazo. El hecho de que los cinco países hayan contribuido con el Fondo

Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM) para reducir los efectos de la crisis es una muestra del cambio político y económico que están sufriendo.

El BRICS, luego de la incorporación de Sudáfrica, representa el 40% de la población mundial y suma cinco países cuyo producto bruto combinado alcanza un 18% del producto global. En este bloque, siendo la octava potencia económica mundial, Brasil es la segunda economía en importancia, detrás de China y delante de la India, tomando un rol protagónico en el escenario internacional.

Los más de 2.700 millones de habitantes de los países BRICS, representan el 20% del Producto Interno Bruto Mundial (alrededor de 15 billones de dólares, según cifras del año 2013 proporcionadas por el Banco Mundial) y sus fuentes de ingresos son muy diversas. China es el principal exportador mundial de productos manufacturados y pronto lo será de tecnología. India consigue sus recursos principalmente por servicios, básicamente relacionados con software. Brasil basa su economía en la exportación de materias primas agrícolas y próximamente ocupará una posición de liderazgo en materia de biodiversidad. Rusia basa su desarrollo en la exportación de minerales, fundamentalmente petróleo y gas natural, la tecnología relacionada con la explotación de estas materias primas, y en la exportación de tecnología para la construcción de infraestructura de transporte (Trenes, Camiones, Autobuses y Aviones), área en la cual tiene una amplia trayectoria y reconocimiento mundial, sin olvidar las telecomunicaciones y lo relativo a satélites.

Por lo tanto, los BRICS componen el 42% de la población mundial, el 20% del PIB global y el 12,8% del volumen comercial. Vienen generando el 65% del crecimiento global y disponen de cuantiosas reservas monetarias.

Todo ello nos lleva a observar que el centro de gravedad económico del planeta se está desplazado paulatinamente hacia el Oriente y el Sur, pues aunque el grupo BRICS nació como un concepto económico, se mantiene unido por intereses generales comunes, la defensa de cuestiones claves como el multilateralismo y el impulso de una mayor participación y reorganización de las instituciones internacionales. Desde su formación, el grupo ha tenido una efectiva presencia en Latinoamérica, con una bien definida política económica hacia la zona, y ha ido consolidando sus relaciones con la región.

Afortunadamente, a raíz de los cambios radicales operados en las relaciones internacionales en la primera década del siglo XXI y la consolidación de las

posiciones de los países del BRICS, tanto China como Rusia han enfocado desde una nueva óptica la situación mundial y revisado sus prioridades en la política exterior.

A medida que aumenta el protagonismo de los países del BRICS en la gestión de los asuntos internacionales, se presentan nuevas posibilidades para su participación más activa en la solución de los problemas claves de la época contemporánea.

Los objetivos fundamentales de ésta nueva política exterior son: la consolidación del multilateralismo en la política mundial, el reforzamiento de la seguridad estratégica y regional, la profundización multidimensional de las relaciones en la esfera de la cooperación estratégica y la articulación de un sistema moderno de seguridad colectiva. La consecución de dichos objetivos estará íntimamente ligada a un desarrollo socioeconómico de todos los países, incluyendo América Latina.

Entre los temas que están en la agenda del Grupo BRICS se destacan: la crisis económica mundial, la reforma de la Organización de Naciones Unidas (ONU), un nuevo enfoque del comercio global, reglas más transparentes y cambios en las instituciones financieras internacionales con el fin de dar mayor participación a los países emergentes, las estrategias contra el calentamiento global, la eliminación de los subsidios agrícolas de los países desarrollados y la posición de cada país en el tema nuclear - incluido el asunto iraní -.

Después de sobrellevar la crisis sin los inconvenientes que tuvieron que afrontar las grandes potencias del mundo, los BRICS se convirtieron en el motor de la recuperación económica mundial.

La actual desaceleración económica internacional ha repercutido en los 5 países y se estima que China, por ejemplo, llega a tener un índice de crecimiento del 3,5% en los próximos años. Deberíamos eliminar esto o bien cambiar la visión optimista del BRICS. En esta perspectiva cabe analizar el papel que puede desempeñar el BRICS tras la invitación a Sudáfrica a incorporarse al grupo original compuesto por Brasil, Rusia, India y China. Tiene fuertes desafíos por delante. Entre otros, el de poder sostener que sus miembros hablan en nombre de sus respectivas regiones.

Las cinco naciones tienen unas características de desarrollo económico muy diferentes, por lo que pueden complementarse en terrenos tales como las finanzas, la energía, los servicios, la tecnología, la cooperación militar, la agricultura, la protección medio ambiental y la soberanía alimentaria, así como en las negociaciones multilaterales de comercio en el marco de la Organización

Mundial del Comercio (OMC). Algunos rasgos iniciales del posible bloque económico que puede formar el BRICS se sustenta en que China e India serán los grandes proveedores mundiales de tecnología y servicios. En el otro lado, Brasil ocuparía una posición de liderazgo en biodiversidad, mineral de hierro, etanol y alimentos mientras que Rusia lo haría en industria de armamento y como proveedor de petróleo y gas natural.

Por otro lado, los cinco Estados se han propuesto avanzar en el ranking de transparencia, ya que es un común denominador la percepción de una corrupción extendida. No es en vano que Transparency International, sobre un total de 180 países analizados, sitúa a Rusia en el puesto 149, India en el 84, China en el 79 y Brasil en el 75.

A partir de todas estas cuestiones, los cinco países han comenzado a estrechar sus lazos y, como iniciativa de Brasil y Rusia, han celebrado cinco reuniones cumbres desde el año 2009 hasta la fecha. La primera de ellas, se realizó los días 15 y 16 de junio en la ciudad rusa de Ekaterimburgo, en la antesala de la Cumbre del G-8. Las principales temáticas trabajadas giraron en torno a la estabilidad de los mercados energético, alimentario y financiero, la reforma de las instituciones financieras internacionales y la búsqueda de una coordinación para enfrentar en forma conjunta las consecuencias de la crisis económica y financiera mundial.

La segunda reunión cumbre tuvo lugar en la ciudad de Brasilia, el día 15 de abril del 2010. En la misma, los jefes de Estado dejaron planteada la posibilidad de lograr una reforma de las instituciones financieras internacionales como el Banco Mundial y el FMI, con el fin de otorgar a los países en desarrollo un mayor poder de opinión. El grupo ha seguido dialogando respecto a cuestiones fundamentales, como la posición del dólar como moneda internacional, la reforma del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, para tornarlo más democrático y representativo, y sobre nuevas maneras de enfocar el comercio mundial.

Como es sabido, un punto importante para la política internacional de Brasil es el asiento en el Consejo Permanente de Seguridad en la ONU, lugar que reclama. Esta aspiración no tuvo eco durante la visita de Barack Obama al Brasil en el mes de marzo de 2011, más allá de que Estados Unidos estaría de acuerdo en una reforma del organismo. Esta vez, Dilma Rousseff obtuvo una declaración que si bien no es un apoyo explícito, ya que China tiene dificultades con algunos de los candidatos a ocupar ese lugar (como Japón), afirma “comprender y apoyar” la aspiración brasileña de desempeñar ese papel en las Naciones Unidas.

El 14 de abril de 2011 se llevó a cabo la tercera reunión cumbre, en la ciudad de Sanya en la provincia de Hainan, sur de China, con la participación de Sudáfrica —a partir de su incorporación en el año 2010, la sigla BRIC(S) se transformó en BRICS—, en la cual los respectivos Jefes de Estado han manifestado la necesidad de continuar fortaleciendo el diálogo, la coordinación y la cooperación en cuestiones económicas, financieras y de desarrollo mundiales, profundizando al mismo tiempo los intercambios y la cooperación en áreas como las finanzas, los *‘think tanks’*, industria y comercio, ciencias y tecnología, y en materia de agricultura. Al mismo tiempo, se ha dejado planteada la propuesta para que los países BRICS fomenten la comunicación y la coordinación en el G-20, las negociaciones sobre el cambio climático, la cooperación en el desarrollo, así como otros terrenos multilaterales de modo que los intereses de los países en vías de desarrollo se vean protegidos en mayor medida.

Como explica el ex presidente chileno Ricardo Lagos, lo que allí pasó tiene mucha más importancia de la que le hemos dado en la opinión pública latinoamericana. En el fondo, estamos frente a un alineamiento en torno a ciertos temas comunes por parte de países disímiles y alejados, pero con la habilidad de asumir los desafíos globales del siglo XXI. La presidenta Dilma Rousseff marcó el punto central al decir “estamos encargados de crear un mundo institucional multipolar, sin hegemonías”.

En Nueva Delhi (India), el 29 de marzo de 2012 se llevó a cabo la cuarta cumbre BRICS. El tema principal de este evento fue “Alianza de los BRICS para la Estabilidad Global, la Seguridad, y la Prosperidad”. La reunión giró en torno a cuestiones políticas entre los Jefes de Estado presentes, incluyendo economía global, terrorismo y seguridad energética. Respecto a este último aspecto, se comenzó a debatir acerca de la creación de una Asociación Energética de los BRICS, en el marco de la cual se podría crear un banco de reserva de combustible y un instituto de política energética para los BRICS.

En el año 2013, en la ciudad de Durban, Sudáfrica, se realizó la quinta versión de este evento y la principal temática fue “BRICS y África: Alianza para el desarrollo, la integración, y la industrialización”. Durante la reunión, tuvieron lugar diversas discusiones e intercambio de ideas sobre cuestiones vinculadas al desarrollo inclusivo y sustentable, la reforma de las instituciones de gobernanza global y en asuntos ligados a la paz, la seguridad, y la estabilidad global. Adicionalmente también se llevó a cabo un debate relativo a la cooperación en el ámbito de infraestructura.

Finalmente, la sexta reunión cumbre se llevó a cabo en la ciudad de Fortaleza, Brasil, en julio del presente año. El tema central que reunió a los líderes de estos países fue “El crecimiento integrador: soluciones sostenibles”. La diferencia en esta ocasión fue la presencia de Argentina, como país invitado por Rusia, el evento principal de la cumbre fue la fundación del banco de los BRICS, llamado Nuevo Banco de Desarrollo. El mismo ha surgido con la intención de constituirse en una alternativa al FMI y el Banco Mundial, instituciones estas últimas que ya no son capaces de satisfacer las necesidades del nuevo sistema financiero global y regional.

Los BRICS han comenzado a actuar con un nuevo poder, que jugaron con fuerza en Copenhague en la cumbre sobre cambio climático, en una reunión a puerta cerrada -Rusia ausente- con el presidente Obama y de la cual salió la resolución política de dicha cumbre.

Como corolario del viaje, Dilma Rousseff participó de la III Reunión de Líderes del Grupo BRICS y la reunión anual del Foro Boao para Asia (Considerado el Davos asiático), que se celebró en la provincia insular de Sanya, en el sur del país. Junto al chino Hu Jintao, el ruso Dimitri Medvedev, el indio Manmohan Singh y el incorporado sudafricano Jacob Zuma, fijaron un “Plan de acción”, para consolidar el funcionamiento organizativo del BRICS, especialmente en términos de cooperación. Además, firmaron la “Declaración de Sanya”, un documento de 32 puntos, en el que impulsarán, entre otras cosas, una regulación más firme de los derivados de materias prima, para controlar la excesiva volatilidad de los precios de los alimentos y la energía que, según dijeron, representan una amenaza para la recuperación mundial.

Otro eje central es que el BRICS reclama la reforma del sistema financiero internacional. Representando el 40% de las reservas de divisas del mundo, les preocupa la insuficiencia del actual orden monetario, especialmente por el descuido de Estados Unidos como emisor de la principal divisa.

A su vez, en el plano de la política internacional, los países BRICS apoyan la reforma del Consejo de Seguridad de la ONU, desde perspectivas diferentes pero con el fuerte compromiso de propiciar la multilateralidad. En ese marco, la recientemente reelecta Presidenta Dilma Rousseff afirmó: “El uso de la fuerza no puede ser precipitado y la diplomacia y la negociación deben ser priorizados” por la ONU. Así, condenaron los ataques aéreos a Libia realizados por la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) y urgieron a una inmediata solución diplomática, colocando al BRICS en un rol importante por nuevo orden mundial.

BRASIL (MIEMBRO BRICS) ¿POTENCIA REGIONAL O POTENCIA GLOBAL?

Brasil hoy está dentro del ranking de los “top-ten” entre los mejores países del mundo; es la sexta economía del planeta. A su vez, tiene un potencial para sembrar más 100 millones de hectáreas en la zona del “cerrado” que cada vez es más abierta a las producciones. Su sector agroindustrial genera exportaciones por encima del 43% de lo que su economía produce: 26% son exportaciones de soja, 19% de carne (Brasil es el primer exportador de carne de mundo), 16% de Etanol (es el cuarto, productor mundial de biocombustibles).

Uno de los ejes del anterior período de gobierno de la Presidente Dilma Rousseff ha sido el énfasis en los derechos humanos (DDHH), algo que genera profundos cambios en política interior y exterior. Esta mujer, guerrillera marxista que padeció la represión y tortura de la dictadura (1964-1985), no podía soslayar su pasado. Brasil pasa de la política del autoindulto y olvido al de la memoria, verdad y justicia. A partir de incorporar tratados internacionales, como la aprobación por parte del Senado de la Convención Interamericana sobre Desaparecidos, los delitos de la dictadura se encuadran en la figura de lesa humanidad, por lo que la Justicia avanzará sobre sus acciones.

Por otra parte, para la Fundación Getúlio Vargas, Brasil alcanzó su nivel más bajo de desigualdad social en los últimos veinte años y, a la par, se consolida una emergente clase media. La noción de Bel-India, acuñada por Edmar Bacha, para referirse a la estructura desigual que dejaba el milagro económico, donde socioeconómicamente en los años setenta una pequeña minoría vivía como en Bélgica y una gran mayoría con niveles de pobreza de la India, cuarenta años después deja de representar a Brasil. La tendencia da como resultado la formación de una incipiente clase media como en Argentina.

Y esta situación se da por cambios estructurales que presenta Brasil. Al considerar que la primera meta del milenio para la ONU era reducir la pobreza a la mitad, entre 1990-2015, y al observar que pasó de 28,12 en 2002 al 13,88 en 2010, se ve que durante la era Lula se hizo en ocho años lo que se buscaba en veinticinco. No se detiene ahí, la renta de la mitad más pobre de la población creció 59%, mientras que el decil más rico sólo el 12,8%, o sea que la tasa de crecimiento fue un 577% más alta. A su vez, la región más pobre del Brasil, el Nordeste, creció un 42%, mientras que el sudeste, la más rica, un 16%. En tanto, que el campo subió un 49% frente

al 16% de las metrópolis. Son todos indicadores que favorecieron para revertir el índice de desigualdad. Este milagro social tuvo un eje motorizador, “El énfasis que dimos a la educación, como causa principal de la caída de la desigualdad, ya suscitó contactos con la asesora del ministro de Educación” comentó a “Miradas al Sur” el politólogo Marcelo Neri, responsable de la investigación.

En esta nueva etapa su gestión de gobierno se enfocará en reformar el sistema político y electoral de Brasil para resolver las distorsiones del modelo representativo y ahondar la participación popular. Mayor inversión en el área educativa y de salud con recursos provenientes de la redistribución de la renta petrolera con Petrobras como palanca de desarrollo social. Lucha contra la corrupción y el lavado de activos. A partir de 2011 el gobierno de Dilma Rousseff espera concentrarse en la generación de políticas hacia la franja de indigencia que aún persiste en Brasil y alcanza un 8%, unos 16 millones de personas.

La economía de Brasil también depende de materias primas que se extraen para Rusia y China, si bien el país cuenta con un aparato industrial importante. El otro problema es introducir y consolidar una democracia funcional en estos países que permita superar la tremenda pobreza y ayude a que la población participe política y socialmente”.

Por otra parte, la defensa de la Amazonia Azul debería transformarse en una de las prioridades de la nación, dijo el almirante de escuadra Augusto Dias Monteiro. Samuel Pinheiro Guimaraes, titular de la Secretaría de Asuntos Estratégicos de la Presidencia, acaba de publicar un importante artículo, “América del Sur en 2020” (*Carta Maior*, 26 de julio). El futuro de Brasil depende de América del Sur y el futuro de América del Sur depende de Brasil, asegura. Sostiene que el principal desafío será la superación de las asimetrías entre los Estados de la región, promoviendo el desarrollo de los más atrasados para convertir la región en una gran área económica, dinámica e innovadora”.

Desde Brasil, el ex ministro de Hacienda Guido Mantega sostuvo que su país se opondrá a toda tentativa de imponer un control de precios a las materias primas. “Brasil es contrario a todo mecanismo de control o regulación del precio de las commodities”, afirmó Mantega, al advertir que esas medidas pueden “hacer salir el tiro por la culata” porque cohibirían la oferta.

“Una propuesta que podría ayudar a solucionar ese problema es que los países avanzados y los emergentes más dinámicos se uniesen en un programa

de estímulo para la producción agrícola en países pobres”, dijo el ministro brasileño. Aprovechó para insistir que “los países avanzados podrían colaborar eliminando los subsidios que conceden a sus productos agrícolas”. La presidenta brasileña aclaró que los dos países, Argentina y Brasil, pueden construir esa asociación estratégica, pero que lo importante es la concientización de esa posibilidad y de que Brasil asumió una condición diferente a nivel mundial. Nosotros no somos más un país de la época de la ‘Alianza para el Progreso’, un país que necesita de ese tipo de ayuda. No quiero decir que la ‘Alianza para el Progreso’ no haya tenido sus méritos, sino que Brasil ya no es más eso”, dijo. “Brasil es un país que Estados Unidos tiene que mirar en relación con las nuevas circunstancias”, agregó.

Es decir, que Estados Unidos tiene que mirar ahora a Brasil como un país con una importante reserva petrolera, que no tiene guerras, que no tiene conflictos étnicos, que respeta los contratos y que tiene principios democráticos muy claros y una forma de ver el mundo muy generosa y pacífica.

La presidenta aclaró que Brasil es un país que tiene actualmente una “oportunidad única” por poder abastecer al mundo de petróleo, biocombustibles, energía, minerales y alimentos, pero que no quiere apenas exportar materias primas sino productos de valor agregado y que por eso necesita de asociaciones estratégicas con otros países.

LA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEÑA

A lo largo de los últimos gobiernos, la diplomacia de Itamaraty se ha establecido dos ejes de acción fundamentales para el despliegue de su política exterior. Por un lado, se vio resuelta a atenuar la presencia de los Estados Unidos en la región, tal como se ha enunciado anteriormente, asumiendo la tarea de liderar el subcontinente como potencia regional; por otro lado, y como meta final, el interés permanente de adquirir la categoría de actor global. Para lograr ambas metas, Brasil ha concebido fundamental emprender la misión de impulsar y fortalecer los procesos de integración de América del Sur.

Ahora bien, ¿qué se entiende por ambos conceptos? Una primera aproximación nos permitiría establecer que, una potencia global se diferencia de una potencia regional porque la primera cuenta con la capacidad de proyectar su poder militar y de ejercer su influencia política en diferentes regiones del mundo; mientras que la segunda, lo hace, en un principio, solamente en el ámbito regional, aunque se les atribuye la intención de proyectar su poder más allá de la región, en el ámbito global.

En el año 2004, se llevó a cabo un estudio por parte del *National Council of Intelligence* (NIC) sobre el desarrollo global y las potencias emergentes hasta el año 2020. El mismo estableció que China, India, Brasil, Indonesia, Rusia y Sudáfrica forman parte de ese grupo. Los criterios considerados como determinantes para clasificar a un Estado como potencia emergente (*rising power*) han sido el crecimiento económico, el número de habitantes, el acceso a tecnologías avanzadas y los recursos militares.

Por otro lado, Buzan y Waever dan a conocer su enfoque teórico relativo a los complejos regionales de seguridad (*RSCT = Regional Security Complex Theory*), en el cual proponen una diferenciación clara entre superpotencias y potencias grandes, que interactúan a un nivel sistémico global, y potencias regionales, dentro de las cuales ubican a Brasil, Egipto, Irán, Nigeria y Sudáfrica. Según estos autores, para lograr el estatus de potencia grande son necesarios los recursos materiales correspondientes, pero también la aceptación y el reconocimiento formal de ese estatus por parte de las restantes potencias grandes, así como también, un impacto identificable sobre el funcionamiento del sistema internacional, lo cual implica una constante influencia de las grandes potencias en las actuaciones de sus contrapartes.

A su vez, el estatus de potencia grande debe verse reflejado en la autopercepción de los gobiernos correspondientes, lo cual supone una proyección más allá de la propia región, disponiendo de los recursos necesarios para actuar globalmente. En el actual sistema internacional, Rusia, Japón, China y la Unión Europea (distinguiendo a Gran Bretaña, Francia y Alemania) son considerados como potencias grandes. Por su parte, las potencias regionales definen la estructura polar de los complejos de seguridad regionales. En el contexto regional, las potencias regionales disponen de recursos de poder amplios, pero con impacto a nivel global muy limitado. Las potencias grandes solamente les conceden importancia para el sostenimiento de los niveles mínimos de seguridad en la región en que actúan, sin que esto implique que las mismas sean concebidas como factor de importancia para sus cálculos de poder a nivel global.

Es importante destacar la función que desempeñan las potencias regionales respecto a crear y garantizar la paz y el orden en el ámbito regional. Las características económicas, políticas y diplomáticas de estos Estados les permiten ser considerados como países claves (*key nations*) para los procesos pacificadores y de resolución de conflictos en la región que lideran.

No obstante, existe un requisito fundamental para que estos Estados puedan emerger como tales: es indispensable que los otros Estados que

forman parte del ámbito regional correspondiente acepten el rol preponderante de la potencia regional en todos los temas que afectan la seguridad regional, sea tanto desde la soberanía e independencia política y económica, como la defensa colectiva ante un posible caso de crisis o de tensión regional. Su status debe ser admitido por parte de los países de la región, de otras potencias regionales y de las potencias globales.

En este punto, cabe mencionar que Argentina se ha mostrado, a lo largo de los años, reticente a otorgarle a Brasil el status de potencia regional y mundial que éste pretende. Si bien es cierto que Brasil siempre ocupó un lugar relevante en los distintos esquemas que orientaron la política exterior de Argentina, la visión que predominó en la elite argentina respecto a este vecino ha sido fluctuante y osciló entre percibirlo como el principal rival geopolítico hasta considerarlo indispensable para ampliar la autonomía nacional y fortalecer la inserción internacional de la Argentina.

Históricamente, la relación de rivalidad entre estos dos países giró en torno a lo político y geopolítico, básicamente por el control de la Cuenca del Plata y el liderazgo de la región sudamericana. Esta rivalidad se acentuó durante los regímenes militares y se aminoró durante los gobiernos democráticos.

No obstante, en la década de los '90, al momento de plantearse una reforma en el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas para incluir como miembro permanente a un país latinoamericano, se plantea nuevamente esta rivalidad, oponiéndose el gobierno argentino, presidido por Carlos S. Menem, a la postulación de Brasil ante dicho organismo. La propuesta argentina se basaba en la rotación, es decir que los países de América Latina pudieran ocupar de manera rotativa el asiento permanente del Consejo de Seguridad.

La posición de Buenos Aires en torno de la reforma del Consejo de Seguridad es consecuente con su propia tradición y con su actual condición; Argentina siempre ha buscado un cierto grado de influencia en el sistema internacional y ha ido perdiendo atributos de poder en las últimas décadas. Esta postura es lógica desde el plano de las aspiraciones, y consonante con la situación actual. Lo equívoco es creer que se trata de una tesis circunstancial y unilateral de carácter antibrasileño. Para una mejor comprensión de estos fenómenos cabría realizar un exhaustivo estudio crítico acerca de las mutuas percepciones en los cuerpos diplomáticos y cancillerías de ambos países; por razones de espacio y tiempo, y porque no constituye parte de esta investigación no nos abocamos a dicho estudio.

Desde la presidencia de Lula da Silva, Brasil ha pasado de ser concebido como un rival, para ser percibido como nuestra mejor contraparte en el

sendero de construir una cultura de la cooperación en el Cono Sur. Ambos gobiernos estiman conveniente fortalecer una sociedad estratégica madura y vigorosa con acuerdos prioritarios y divergencias francas.

Ahora bien, tal como hemos afirmado anteriormente, Brasil ha logrado en veinte años lo que otros países latinoamericanos no han podido, lo cual lo condujo a formular una política dirigida a obtener no sólo el rol de potencia regional en América del Sur, sino también que aspira a convertirse en un actor global relevante del sistema internacional.

En este marco, tanto Cardoso como Lula da Silva han mantenido una continuidad en los cuatro ejes centrales de la política exterior brasileña:

- El reconocimiento como par, en un orden multipolar, por parte de las otras potencias establecidas: China, EEUU, India, Rusia, Sudáfrica y la Unión Europea.
- La aceptación de su liderazgo regional en América del Sur, liderazgo en constante construcción sustentado en la UNASUR y los esquemas de integración y cooperación regional.
- Su participación en la toma de decisiones en los organismos internacionales de mayor relevancia, tal como se ha manifestado en la Organización Mundial de Comercio, en Naciones Unidas, el Foro de Davos, y otros similares.
- Alcanzar la condición de miembro permanente en el Consejo de seguridad de la Organización de las Naciones Unidas.

En este sentido, Brasil tiene un sistema socio-político abierto a la negociación y al compromiso, posee una economía pujante y su nivel de institucionalización es razonable; ha multiplicado su inserción económica y diplomática y ha desplegado una política más ofensiva y constructiva; todo lo cual le ha elevado su poder negociador. A su vez, ha desempeñado un papel fundamental en la formación y consolidación de la UNASUR, así como también del Consejo de Defensa Sudamericano, logrando el apoyo de los países de la región y el creciente liderazgo entre sus vecinos. Asimismo, ha actuado como mediador en los diversos conflictos que se fueron suscitando, fomentando la estabilidad y la promoción de la paz y la democracia de sus vecinos. Esto ha ocurrido frente a situaciones internas delicadas, como en Paraguay, Bolivia, Honduras –frente al golpe de Estado contra Manuel Zelaya- y Venezuela, como así también, en la crisis bilateral con Colombia en el año 2009.

Para fortalecer su papel global, ha establecido una política constante anti-statu quista en el orden jerárquico internacional, con el fin de acceder

a un asiento permanente en el Consejo de Seguridad en ONU; sumado a su iniciativa de gestar el Foro de diálogo IBSA (India, Brasil y Sudáfrica). Este último ha surgido como propuesta de Brasil en el año 2003, con la Declaración de Brasilia, y su objeto fundamental es aumentar el impacto global de estas tres potencias emergentes y fomentar la cooperación trilateral ante la acción unilateral norteamericana.

También es destacable la asunción por parte de Brasil, y a pedido de los EEUU, del liderazgo de la Misión de Estabilización de las Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH) en el año 2004, lo cual le ha permitido demostrar su capacidad para dirigir las fuerzas estabilizadoras internacionales, así como para crear un núcleo de posible cooperación militar y logística con fuerzas de intervención humanitaria de la región.

De este modo, con la ampliación de estas redes de contactos internacionales, Brasil ha ampliado notablemente su actuación en los diversos escenarios mundiales, y la misma es valorada por su capacidad de tender puentes entre países con diferentes intereses de índole política y económica. Este estilo brasileño denota claramente un elevado grado de poder blando (*soft power*) en beneficio de su creciente capacidad de acción internacional. En este sentido, y siguiendo a Joseph Nye Jr., entendemos por poder blando aquella capacidad de atracción que posee un Estado a partir de sus características culturales, sus valores, su política interna y la forma en que actúa en el contexto internacional. Es un poder menos tangible y menos coercitivo que el poder militar, pero que permite establecer una serie de normas e instituciones favorables que gobiernen diversas áreas de la actividad internacional.

La proyección externa de Brasil está basada en el éxito de su economía, sus grandes perspectivas y en la estabilidad de su democracia; por tanto, su influencia futura en la arena global residiría, en gran medida, en que pueda sostener en el tiempo el peso de sus recursos blandos: el liderazgo sur-sur, ser un líder creíble en políticas medioambientales y un agente que impulsa un mundo multipolar equilibrado, entre otros aspectos.

El propio Joseph Nye considera que el poder blando es más importante para Brasil que para Rusia o India, ya que en áreas militares tiene una posición más débil que los otros miembros del BRICS.

Por su lado, Juan Gabriel Toklatián, sostiene que el poder blando es una reformulación de aquello que en los años '70 y '80 se conocía como poder medio o poder regional; lo que ha cambiado no es el concepto, sino quienes lo ejercen. La diferencia, es que ahora estos poderes generan nuevas

instituciones informales, como el G20 y los BRICS, y trabajan con una agenda más ambiciosa que trata de reformar las reglas del sistema internacional.

La ausencia de conflictos bélicos, su tradicional pragmatismo diplomático y respaldo al multilateralismo conforman un historial que Brasil hoy logra capitalizar.

CONCLUSIONES PRELIMINARES

La relevancia que reviste para Brasil presentarse como un país BRICS se encuentra en su asociación estratégica con Argentina, en determinados aspectos tal como se ha hecho mención en los párrafos anteriores, por ejemplo, la tecnología, el desarrollo nuclear a partir de un sinceramiento de carácter mutuo, y el apoyo demostrado por los países en el tema UNASUR respecto de temas desarrollados con anterioridad tales como los desarrollados más arriba, medioambiente, derechos humanos, seguridad, defensa, esquemas de integración, le permitiría catapultarse como una potencia tanto a nivel global como regional.

En este sentido, sostenemos que la política exterior brasileña está fuertemente abocada al desarrollo del interés nacional del país y a tal fin utiliza los instrumentos integracionistas regionales para el logro de los mismos. La profundización de la UNASUR y su aspecto de defensa, el Consejo Sudamericano de Defensa, permitirían al país carioca propender a jugar un rol internacional cada vez más relevante, particularmente en lo que refiere a sus relaciones con otros países de similar nivel de desarrollo y poder internacional, tales como los que constituyen el grupo BRICS.

La tendencia actual de la época es que hoy un boom económico pero también un alza estructural de la inflación en el largo plazo. Eso se debería al ingreso de decenas de millones de personas a los sectores medios de las economías emergentes, que consumen por primera vez proteínas, lácteos, lo cual implica un cambio estructural irreversible.

Esto se debería sobre todo a los países emergentes y donde el principal responsable sería el socio BRICS China con el 56% del auge global.

Esto se refleja también en el consumo doméstico chino, que es también otra revolución. Más del 80% del crecimiento de la economía mundial ha sido obra de los países emergentes, liderados por China.

En materia de política exterior su prioridad continuará siendo América Latina, África, Asia y el mundo árabe.

Su programa recalca el impulso a la integración regional, a organismos como UNASUR, CELAC, MERCOSUR y los BRICS como eje fundamental en la construcción de un mundo multipolar a tono con las transformaciones económicas, políticas y sociales en el continente. A partir de la visita oficial de Dilma a Argentina en el año 2010 y la afirmación de una búsqueda de una asociación estratégica con Argentina, la interpretamos como una búsqueda del consenso necesario para Brasil para el desarrollo de su interés nacional explicitado anteriormente. Esta intención no parece sufrir modificación alguna en el nuevo mandato de Dilma, dado que la necesidad que tiene Brasil de contar con el mercado argentino como destino de los productos manufacturados hará que se mantenga un statu quo en esta relación.

Para la política exterior argentina Brasil es una prioridad, donde se presentaron frecuentes roces, y es éste país el que puede tener un liderazgo relevante en el MERCOSUR, concibiendo a este esquema de integración como el principal instrumento para la integración regional. Entre los objetivos de la política exterior argentina, se valora la participación argentina junto con Brasil en las operaciones de mantenimiento de la paz de Naciones Unidas en Haití (MINUSTAH). Esto es algo en común de Argentina y Brasil.

Se puede marcar como debilidad de la política brasileña el tema de la extrema pobreza imperante en el país, que por otra parte es algo en común que tiene con China e India.

Partiendo de la idea que la pobreza es un constructo histórico social, sus niveles estarán ligados a la calidad de las políticas gubernamentales y las actitudes y acciones de la sociedad. Una de las dificultades mayores es que los pobres están viviendo en trampas de pobreza, pues las sociedades latinoamericanas son tan desiguales existiendo en América Latina actualmente 189 millones de pobres. En el año 2009 según los cálculos estimados de Comisión Económica para América Latina (CEPAL) se agregaron 8 millones más de pobres como consecuencia de los efectos de la crisis mundial (caídas de las exportaciones, inversiones, turismo y descenso de las remesas migratorias). La pobreza tiene características irreversibles, en los niños.

Por ello es importante que la región emprenda políticas y programas que ponderen, capaciten y creen oportunidades productivas y laborales. Hoy el gran mito que resalta el expresidente chileno Patricio Aylwin es culpabilizar a las víctimas de la pobreza dejaría libres a los otros actores de la sociedad.

La América del Sur con que sueña Brasil excluye a Estados Unidos. Washington no tiene ya fuelle económico para mantener su hegemonía en Sudamérica, que es imprescindible para sostener su hegemonía global. Ni siquiera pudo garantizar que Colombia y Venezuela resolvieran su conflicto en la Organización de Estados Americanos (OEA) y debió aceptar la intervención de UNASUR. Sólo atina a emplear la fuerza de las armas para retrasar el proceso, política que se convirtió en el núcleo de su estrategia para la región.

Los presidentes de Chile, Colombia, México y Perú crearon un nuevo bloque regional que, con una prominente orientación económica y comercial, busca como fin último posicionarse en los mercados asiáticos.

La Alianza del Pacífico se ha constituido en un instrumento de integración que busca crear políticas conjuntas para mejorar los sectores productivos, de servicios y de personas, con miras a conquistar diversos mercados, especialmente los asiáticos.

La gestación de la Alianza del Pacífico generó polémica con opiniones a favor y en contra, ya que mientras algunas apreciaciones apuntan a los beneficios que traerá a los nuevos socios, otras consideran que la nueva sociedad busca minar iniciativas integracionistas como el Mercosur, la UNASUR y el ALBA y acercarse a las ideas del fallido proyecto estadounidense del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA).

El BRICS debe buscar acuerdos sobre problemas planetarios claves, tales como la necesidad de garantizar la supremacía del derecho internacional, reforzar los mecanismos multilaterales diseñados para dar solución a problemas internacionales y regionales, aumentar el protagonismo de la ONU en la gestión de los asuntos globales, buscar respuestas colectivas a los retos de la época contemporánea, concretamente, en lo relativo a superar las consecuencias de la crisis económico-financiera mundial y la desaceleración económica internacional, y buscar formas eficaces para eliminar los desequilibrios en el desarrollo de los países con menor índice de crecimiento socioeconómico.

Lo que haga el BRICS será factor determinante en la formación del nuevo ordenamiento mundial multipolar, en el cual América Latina se irá consolidando poco a poco en uno de los nuevos centros de poder.

Los países BRICS aparecen ahí tomando su papel. Buscan tener una mirada común y abrir paso a la urgencia de organizar una institucionalidad multipolar sin hegemonías. En este camino avanzan a partir de la creación del Banco de Desarrollo como una alternativa al FMI y al BM, que pueda

responder de manera eficiente a las necesidades del mercado financiero regional y mundial actual. Al incorporar a los países en vía de desarrollo, estos expresan intereses y realidades distintas de los países “desarrollados” del antiguo Grupo de los 7, motivados esencialmente por impulsar un mayor crecimiento. Así, el FMI creó de hecho un nuevo G7, al señalar que tendrá un equipo especial para seguir la evolución económica de Estados Unidos, Japón, Reino Unido, Francia, Alemania y China e India, excluyéndose a Canadá e Italia. Esto, como parte de los cambios necesarios para cumplir con la tarea encomendada de monitorear de cerca la evolución de la economía mundial, para evitar sorpresas como las de la última crisis internacional. Ahora se trata de empezar a hacerse cargo de una agenda a nivel mundial. Es decir, una agenda en la cual su voz va a ser tan importante como la de los países más avanzados, léase Europa, Estados Unidos y Oceanía. Es un mundo donde la tarea es ser complementarios y no hegemónicos. Es cierto que Estados Unidos por sí solo puede generar hechos de una gran magnitud, como es el logro político militar alcanzado con la muerte de Bin Laden. Revela una gran capacidad de manejo, pero en los verdaderos temas del siglo XXI, los BRICS son una entidad que está aquí para quedarse.

En ese marco, párrafo aparte merece el rol de Brasil. Es obvio que está jugando en un escenario mundial. La pregunta que surge es cómo será su papel y su relación a nivel regional. En el Grupo de los 20 Brasil puede actuar también, no sólo como articulador de los BRICS, sino además en una *troika* con Argentina y México donde hacer visible la mirada latinoamericana en el mundo que viene. Sin duda alguna que vamos a estar en presencia de un mundo con una geometría variable, donde países como Brasil podrán jugar un papel a nivel regional y otro a nivel mundial en los BRICS.

Es en ese contexto que la reunión en China, que pasó tan inadvertida en nuestros países, tiene una importancia mayor. Hay un nuevo mapa en el mundo y debemos entenderlo.

A lo mejor, la designación en la Secretaría Ejecutiva de UNASUR del ex-presidente colombiano, Ernesto Samper, puede ayudar a coordinar mejor estas tareas y a ampliar la mirada. La reunión de los BRICS demuestra cómo se configura ese nuevo mapa donde no hay fronteras físicas de unos con otros, pero sí una visión común donde se articulan posiciones. Es el siglo XXI tomando su propia forma.

Finalmente, el reto mundial es cambiar el paradigma que lo había venido direccionando: Al analizar temas socioeconómicos, tecnológicos, de seguridad, ecológicos, de relaciones comerciales y biodiversidad, el mundo

debe considerar seriamente las nuevas opciones que expresan los países de desarrollo más rápido como el BRICS.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fuentes:

Declaración de Cuzco sobre Comunidad Sudamericana de Naciones, Cuzco, Perú, 7 y 8 de diciembre de 2004.

Estatuto del Consejo de Defensa Sudamericano.

Libros:

Buzan, Barry; Waever, Ole. *Regions and Powers. The Structure of International Security*. Cambridge, 2003.

Calle, Fabián. Los debates acerca de la geoestrategia y la geoeconomía internacional en la post Guerra Fría: el factor regional. *Revista Colección* año III, n° 6. Buenos Aires.

Grabendorff, Wolf. Brasil: de coloso regional a potencia global. *Revista Nueva Sociedad*, N° 226, marzo-abril de 2010, pp.158-171.

Nolte, Detlef. Potencias regionales en la política internacional: conceptos y enfoques de análisis. *German Institute of Global and Area Studies (GIGA), Research Programme, Dynamics of Violence and Security Cooperation*, N° 30, Octubre de 2006.

Nye, Joseph. *La paradoja del poder norteamericano*. Santiago de Chile, 2003.

Rocha Valencia, Alberto; Morales Ruvalcaba, Daniel. Potencias Regionales en el Sistema Político Internacional de Posguerra Fría: revisión conceptual, debate teórico y propuesta de un modelo de potencias regionales-globales, Contextualizaciones Latinoamericanas. *Revista semestral del Departamento de Estudios Ibéricos y Latinoamericanos de la Universidad de Guadalajara*, Año 3, N° 4, Enero-Junio de 2011.

Stahinger de Caramuti, Ofelia. *El Mercosur en el Nuevo Orden Mundial*. Buenos Aires, 1999.

Tokatlian, Juan Gabriel. Colombia, el Plan Colombia y la Región Andina ¿Implosión o concertación? *Revista Nueva Sociedad* N° 173, Mayo / Junio de 2001, pp.126-143.

Periódicos y Diarios

Diario La Nación, Buenos Aires, Argentina, 23 de abril de 2011.

Diario La Nación, Buenos Aires, Argentina, 30 de abril de 2011, Sección Economía.

NOTAS

- ¹ Stahring de Caramuti, Ofelia, “El Mercosur en el Nuevo Orden Mundial”, Ciudad Argentina, 1999.
- ² Goldman Sachs habla de BRIC sin incluir a Sudáfrica, este país se incorporó recién en diciembre de 2010, ahí se pasó a la denominación BRICS del grupo.



A formação histórica da Bolívia e o percurso da nação contemporânea: da revolução de 1952 adiante

Daniel Chaves ¹

RESUMO:

O objetivo deste texto é discutir a formação do Estado boliviano em viés crítico, considerando o iminente surgimento do paradigma autóctone, subsidiário para o reconhecimento nacional desde a Revolução Nacionalista de 1952. Consideramos as diversas crises políticas desta metade de século, que culminaram nas nacionalidades contemporâneas que buscaram o protagonismo diante da crise política do novo milênio. Esta crise colocara em xeque os padrões identitários nacionais, e além, qualquer caráter unívoco do arquétipo da *nação* boliviana de então.

Palavras-chave: Bolívia, Estado, Identidade

Considera-se, como suposição que percorrerá todo o trabalho, que as rebeliões populares (sejam ou não revolucionárias) do início do século XXI se notabilizaram, seja na Cordilheira ou na Planície, pela ascensão e queda de um determinado padrão etnicizante de nação no qual os seus pleitos e demandas objetivas ainda encontravam-se reunidas em torno da cooperação interclasse e interétnica, para o fortalecimento de um Estado governado por cadeias institucionais e racionalidades visivelmente ocidentalizadas. Esse contexto, com todas as suas tessituras e conflituosidades, pode ter a sua gênese como discussão ‘nacional’ apontada para a Revolução de 1952.

Neste sentido, poderíamos dizer que os ápices das suas notórias crises contemporâneas, em paralelismo comparativo entrecruzado, se relacionados encontram-se nos mesmos momentos dos picos ascensão de identidades que conformariam plataformas políticas de crítica e conflito a este construto nacional unívoco. A própria evolução da invenção de uma Bolívia nacional, orientada por um determinado projeto identitário específico, e politicamente transformado em revolucionário, poderia ser problematizada. Ao mesmo tempo e compasso, poderíamos problematizar as apropriações deste Estado inventado pelas diversas narrativas e retóricas revolucionárias, por sua vez interessantes sob a problemática da refundação do Estado, cá atinente. A ideia central desta refundação contemporânea seria a de superação dos resquícios de uma específica condição colonial tardia, que se fixaria na

ausência do reconhecimento das diversidades da cidadania multicultural e das autonomias plurinacionais, por um lado, e da manutenção de sistemas de gestão e governança atávicos ocidentalizados, por outro. Estas autonomias, bem como a própria multiculturalidade que embebe a plurinacionalidade, atuam como institutos de orientação das ‘continuidades significativas’, significantes para qualquer retórica pós-colonial². Uma concepção alargada do papel da multiculturalidade na esfera global do tempo presente, assim, deve ter papel antecedente a compreensão particular da Bolívia, ajudando-nos a entender a expressão de tal tendência neste contexto. Compreendemos, doravante, como a definição de Stavenhagen aponta, que multiculturalidade “*significa varias cosas a la vez; se refiere al reconocimiento de una realidad social y cultural... un proyecto de nación... y un marco para el reordenamiento de las relaciones sociales y políticas con el objeto de reafirmar lo que tiende a llamarse ciudadanía multicultural*”³.

O ponto de transição para tal questão histórica, na órbita então crescente dos direitos culturais como demanda social, era o ato político de fazer ver o invisível dos atavismos estruturais do Estado então constitucionalmente assegurados e supera-los através da correção de curso da condição identitária subalternizada. Ou seja, a força-motriz por trás de tal politização é a superação da subalternidade, da exclusão, instrumentalizando o social para a articulação do cultural como feixe identitário. Significava, assim, que este agir político mirava produzir visibilidade a tais demandas, assim aceitando a premissa democrática contida na estratégica linguagem jurídica das constituições nacionais, para então promover a mudança pelo seio e essência do próprio sistema, aceitando a sua validade como princípio. É preciso frisar, no entanto, que tal aceitação das suas regras não seria a submissão a uma *tabula rasa* liberal, antecedente e, como apontamos, atávica. Deste modo, o que estaria posto ao confronto seria a superação ou a manutenção dos padrões hierarquizados sob uma lógica centralista e unívoca de nacionalidade sobre a etnicidade (e a subsequente autonomia pela identidade) face ao arcaísmo da permanente ideia de cidadania liberal assentada na vinculação ao estado-nação graças à representação instrumental das elites históricas no poder. Conforme assinalado por Kimlycka, “*Un país que contiene más de una nación no es, por tanto, una nación-Estado, sino un Estado multinacional*”⁴. A questão central, portanto, era a de fazer compreender que mais de uma nação poderia conviver no mesmo espaço territorial estatal, desmontando a equação Estado-Nação clássica. Não obstante, tal oportunidade realçaria uma imensa plêiade de iniciativas, considerando especialmente a impossibilidade de se

falar em uma vanguarda hegemônica entre as retóricas subalternizadas em questão. As considerações de Irurozqui e Peralta apontam o seguinte sobre o trato historiográfico costumeiro, que nos ajuda a compreender como a situação em questão é diversa:

El contexto historiográfico tradicional sobre el tema sostiene que no todas las regiones bolivianas tuvieron una participación activa en la construcción de los enlaces regionales internos o en la formación del mercado interior, por lo que tampoco puede afirmarse que sus élites formaran un grupo homogéneo. Ello da fuerza suficiente a quienes comparten la idea de que no se puede comprender el pasado boliviano si no se tiene en cuenta el conflicto regional. ⁵

Na iminência dos conflitos políticos surgidos no período em questão, subsistiu um agudo debate, localizado no fundamento destas ordens estatutárias, com uma discussão profundamente voltada para marcos jurídico-legais e perspectivas constitucionais sobre as referências desta Bolívia refundada, sob então renovado argumento após a manifesta proximidade do esgotamento da representatividade expressa em governança: “*La propuesta de las instituciones representativas de la región de refundar la nación o enfilar hacia la autonomía caló hondo. Tanto los partidos políticos como el Gobierno y los mismos empresarios del país ahora hablan del tema*” ⁶. Neste sentido, não seriam os partidos ou as estruturas clássicas que tomariam a vanguarda da discussão, mas pelo contrário: viriam a seu reboque. Segundo matéria do mesmo dia, na seção ‘Opinión’, haveria de se compreender a convergência crítica entre a refundação e a autonomização, em especial desde um ponto de vista regional. Como analisa Jorge Asbún, empresário entrevistado nesta matéria,

El hablar de una refundación es un procedimiento, es un mecanismo de algo pero no es el objeto, no es el fin. ¿Por qué vamos a refundar el país?, ¿para qué?, entonces aquí hay la intención de refundar pero las instituciones no nos dicen para qué lo vamos a hacer, y lo más grave es que afirman principios políticos que están vigentes en esta democracia. De alguna manera la refundación resulta un discurso muy parecido a la constituyente ⁷

Na espiral ascendente dos conflitos pela refundação nacional, acionados de forma irreversível pela disputa pelos rumos da utilização dos recursos naturais na Guerra do Gás de 2003, a refundação como plataforma já

alçada a uma condição política não necessariamente como tema étnico, considerando o já fracionado instante político pós-Gonzalo Sanchez de Lozada ⁸, como citamos na introdução. Nas palavras devotadas da direção política polarizada do imperativo Comitê Cívico Pro-Santa Cruz (CCPSC) em 2003, “*No queremos un gobierno centralista, queremos gobiernos autónomos’ (...)* al indicar que junto a los demás departamentos se barán los planteamientos necesarios para que se lleve a cabo la refundación” ⁹.

Tais referências ao debate sobre como se refundaria o país, expostas no contexto boliviano do início dos anos 2000, se debruçavam irremediavelmente sobre território, fronteiras e soberanias, populares ou não, estando assim refletida na questão das autonomias como pivôs formalmente estabelecidos para discutir tal tema, seja no seio da Constituição em confecção e ou nos Estatutos Autônômicos. Estes dois grandes polos de reconhecimento expressados nestas iniciativas, ora étnico, ora político, se opunham como apropriação do tempo histórico antecedente – a década de 1970 a 1980 - a uma estrutura sócio-política derivada da Revolução de 1952, que tinha caracterizado a estrutura do Estado, como forma de até mesmo negá-lo ou impor a sua obsolência ¹⁰. Embora ambas as propostas surgissem como contrárias ao nacionalismo tradicional e unipolar baseado na mestiçagem a partir de 1952, tanto em sua abordagem e os grupos sociais que os apoiam são diferentes, como dissemos. Indagações profundas que estão invariavelmente ligadas à fundação do tempo presente precedente – a ‘última catástrofe’, segundo Lagrou ¹¹ - destas transformações nos re-meteriam diretamente à Revolução de 1952, quando se afirmou definitivamente a questão indígena e o nacionalismo de esquerda nas suas relações com o Estado. O Estado boliviano, neste contexto, será mencionado recorrentemente como “o Estado republicano”, ou “o Estado de 1952”, o “Superestado mineiro”, em função de esta emanção surgir como uma estrutura burocrática bem constituída em torno de um projeto de poder específico. Do ponto de vista prático, teríamos uma periodização interessada em conceber as relações políticas que estruturaram o modelo de Estado e os seus padrões de governança – e nesta direção, a ascensão dos poderes populares de cunho étnico, como escopo deste trabalho, pode ser a ideia-força a modelar para tal sistematização. Este período pode ser caracterizado pela ausência de eleições, com concomitantes golpes de estado e governos de curtíssima duração, que por sua vez alternavam orientações ideológicas liberais e esquerdistas. Ainda que a Revolução de 1952 tenha alterado sensivelmente a dinâmica política objetiva e as matrizes subjetivas da

identidade nacional, ainda subsistia uma constante tendência à interrupção dos mandatos democráticos.

As mudanças narradas pela historiografia e pelos sujeitos sociais apontam para três grandes períodos na Bolívia contemporânea, desde 1952: uma primeira época, em que predominariam três décadas de estatismo centralizador (1952-1982), corporativista e baseado em um complexo e inovador pacto social, com nítida atuação militar na mediação dos interesses da sociedade; tal momento, no alvorecer das redemocratizações latino-americanas, teria sucumbido parcialmente – grifamos neste sucumbir à dimensão estatizante dos padrões de governança – em função de um novo interculturalismo, liberalizante e reformista, globalizante, que perduraria por mais duas décadas (1985-2003) até a sua falência sistêmica; e um período no tempo presente (2003- 2009) ¹², modelado pela resistência aos padrões de governança globalizada impostos ao antigo terceiro mundo no pós-Guerra Fria, orientado para a desmontagem da estrutura ora liberal, ora estatizante da República da Bolívia, que resultaria em um total esfacelamento do tecido social.

Neste último período, sob o qual o nosso trabalho se debruça, a superação do déficit participativo no sistema de representação até então historicamente vigente é referente a uma construção política histórica, na qual podemos considerar Revolução de 52 como uma pioneira iniciativa de reestruturação, e que mesmo com todas as idiosincrasias do que poderíamos compreender como uma ‘época neoliberal’ da República da Bolívia, nos anos 80 e 90, permanecia como precária, residual e contraditória estrutura. Sob o argumento da autonomia, a descentralização do poder em curso no sistema de delegação para comunidades e cantões deveria ser resultado de uma cessão parcial do controle e capacidade organizativa do Estado. Assim, a alternativa para tal rompimento definitivo do tecido social não seria um retorno ao Estado paternal dos anos 1950, ou a um reagrupamento liberalizante dos 1980, mas para um desagrupamento estimulado pelas bases sociais para que o Estado as autonomizasse, construindo assim um inédito regime de autonomia social, cultural, política e econômica. Segundo Garcia Linera, um dos arquitetos políticos dessas autonomias,

Toda descentralización es una forma de reconfiguración del espacio estatal en subespacios orgánicos en los que se redistribuye determinados volúmenes del capital estatal y burocrático (volúmenes y tasas de conversión de capitales económicos, capitales

políticos, capitales simbólicos, capitales sociales y jurídicos), estableciéndose las reglas, los mecanismos y acciones legítimas por medio de los cuales los distintos sujetos sociales, individuales y colectivos, pueden disputar la estructura del campo de fuerzas en ese subespacio, esto es, la adquisición, control, monopolio y redistribución de esos capitales.¹³

As autonomias representariam, nesta nova equação política, o reordenamento das dimensões e estruturas jurídico-legais da política nacional e regional após o reconhecimento geral, e formalmente assegurado diante do Estado, sobre a pluralidade das instâncias, atores e historicidades dos diversos cantões, regiões e etnias nacionais. Destarte, ao compreendermos a importância da voga conceitual das autonomias como um *leitmotiv* multiuso, que representava a tentativa de superar os problemas do passado, muitas vezes reinterpretando-o. Com diferentes articulações retórico-discursivas que variaram diante da circunstância, do uso político e do lugar de fala em questão, estamos também compreendendo que incidentalmente ao novo contexto global de ‘novo milênio’ colocado à mesa, não se trata mais propriamente de uma tentativa histórica de superar os problemas nacionais de forma unidirecionalizada e universalizante, que tem aspectos totais; senão as autonomias como várias narrativas e soluções entrecruzadas que formam na sua heterogeneidade uma nova interpretação sobre presente, passado e futuro – uma nova concepção da História da Bolívia, que por sua vez seria resultante de fragmentos e direções diversas.

A revolução de 1952, matriz política de um então refundado Estado que seria passível de tais interpretações no futuro, foi um contragolpe de Estado liderado pelo Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) e pela Central Obrera de Bolívia (COB), colocando no poder o presidente Víctor Paz Estenssoro, posteriormente no poder por mais três períodos de governo: 1956-60, 1960-64 e 1985-1989. Foi o resultado da associação política entre os sindicatos mineradores de orientação política majoritariamente trotskista com as classes médias urbanas insatisfeitas com a preeminência do modelo liberal exportador-primário e com o sistema político-partidário vigente desde o final do século XIX. Seu programa, que basicamente discutia a abolição das estruturas oligárquicas, o apoio à liberação econômica antiimperialista e a iniciativa de uma reforma agrária, entre outras questões consideravelmente progressistas para o cenário boliviano em questão – não obstante, o MNR obteve forte adesão no momento seguinte a sua fundação

ao apoiar boa parte dos sindicatos mineiros, no processo de estreitamento de relações com a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB). Segundo Camargo, “o MNR, imbuído de visão integradora da sociedade boliviana, traduziu-se em ampliação radical do espaço de participação política, mediante a introdução do voto universal, caracterizando-se, ao mesmo tempo, pela adoção de modelo centralizador dos instrumentos decisórios”¹⁴.

Dentre os seus estratagemas e ações conclusas ou inconclusas, a Revolução de 52 promoveu reforma agrária, nacionalização de recursos naturais, sufrágio universal e reforma do sistema educativo. É bastante plausível conceber que a Revolução de 52 transformou radicalmente a dinâmica estrutural da sociedade boliviana, conseqüentemente. O marco de ruptura central da Bolívia no século XX trouxe a inversão das possibilidades de mobilidade social, o fim da cidadania censitária para adotar o voto universal, o início da progressiva conversão da concentração demográfica no campo para as cidades, e acima de tudo, um plano audacioso de Reforma Agrária que expropriou grandes fazendas no altiplano boliviano. Para tanto, confrontou e dissolveu o Exército nacional, que havia participado de todos os círculos do poder político boliviano, e instalou em seu lugar milícias operárias e indígenas por um breve período. Ayerbe ressalta que tal mudança pode ser entendida como nas palavras a seguir:

(...) insurreição popular que coloca no poder em 1952 o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) marca o momento culminante de um processo de crise econômica, política e social que se iniciou com a queda dos preços internacionais do estanho a partir de 1929 e a derrota da Bolívia para o Paraguai na Guerra do Chaco (1932-1935).¹⁵

O cerne das principais reflexões sobre a Revolução de 52, assim como os movimentos sociais camponeses organizados, não se desvincularam da reforma agrária, cuja discussão perdura até o Século XXI como agenda predominante entre os movimentos sociais, sendo retomada em sua cabalidade pelas Confederações, trabalhistas ou étnicas, ou até mesmo antes, durante os regimes de exceção das décadas de 60, 70 e 80. É preciso ressaltar que o debate acerca da reforma agrária na Bolívia não deixou de ser fomentado durante os turbulentos anos da ditadura militar¹⁶. Em meio a distintas divergências, converge-se entre os historiadores o fato da reforma agrária boliviana de 1953 ter posto um ponto final no chamado resquício de concentração fundiária atávica – ainda que não exista, de forma clara,

a superação da condição de atraso social e político. Segundo apontam Kay e Urioste, sobre o quadro da concentração fundiária na Bolívia pré-revolucionária,

Al momento de la independencia, en 1825, Bolivia tenía aproximadamente 11 mil comunidades registradas. Un siglo más tarde quedaron solamente 3.783, como resultado de los efectos devastadores del régimen latifundista feudal impuesto por los criollos. La propiedad de tierras estaba altamente concentrada: en 1950, 0,72 por ciento de las propiedades ó 615 haciendas de un tamaño promedio de 26.400 ha controlaban casi la mitad de la propiedad de las tierras, mientras 60 por ciento de las propiedades inferiores a 5 ha solamente representaban 0,23 por ciento de la tierra con dueño. Las grandes propiedades de tierra (haciendas o latifundios) tenían en promedio 1.500 ha de tierra, de las cuales solamente alrededor de 35 estaban cultivadas. Por el contrario, una comunidad campesina poseía 1.900 ha, de las que 45 estaban cultivadas. La principal diferencia es que en la hacienda la tierra era de propiedad de una sola familia, mientras que en la comunidad pertenecía a cientos de familias.¹⁷

Entretanto, foi nos anos posteriores à tomada do poder pelo MNR que são sinalizados os debates mais árduos, com autores ligados ao governo e outros comprometidos com a luta dos mineiros e/ou camponeses desejosos por uma política contrária ao estímulo de grande concentração de terras, as *haciendas*. Aqueles que defendiam este último eram representantes diretos do governo do MNR ou então, consciente ou não, se prenderam às análises da realidade vindas de cima para baixo; ao contrário daqueles possuidores de posições vindas de baixo para cima. Em grande medida – com exceção de Vivian Urquidi¹⁸ – estes são os casos dos historiadores contemporâneos da revolução boliviana.

É preciso situar, nesta direção, as duas tradições interpretativas a respeito do protagonismo do camponês em meio a um processo revolucionário nacional. A primeira tradição subsiste na visão tradicional, na qual o camponês não tem um papel pré-estabelecido como ativo numa Revolução, papel que corresponderia ao proletariado urbano como a vanguarda fundamental, organizada em torno das cidades e nucleada nos centros produtivos de concentração de capital, tecnologia e demografia, assim sendo a única classe capaz de realizá-la – em geral, esta tradição é relacionada a realidades

industrializadas ou desenvolvidas. Outra tradição, no entanto, surgida após as revoluções de esquerda nacionalista no século XX – em especial as Revoluções Chinesa e Cubana – assenta o campesinato como fator essencial na luta revolucionária, considerando especialmente o seu papel em realidades ainda subdesenvolvidas ou não-industrializadas, onde as alianças políticas dependem invariavelmente de uma composição social plural¹⁹. Uma terceira tradição, possivelmente derivada da segunda descrita por Shanin, seria a da condição étnica como decisiva para a composição das lutas revolucionárias, na medida em que o esgotamento do Socialismo Real pós-Guerra Fria estruturalmente imporia uma renovação ao arcabouço teórico das esquerdas, em uma definição ontológica²⁰.

Do ponto de vista das etnicidades diante da identidade nacional, a Revolução de 52 desempenhou um importante papel na construção da identidade nacional boliviana, ressignificada a novos tempos onde o popular como referencia para a relação entre Estado e massas – elemento determinante e distintivo da política sul-americana dos anos 1950 –, deveria ser assim o cume da variedade de etnicidades e proveniências de todos os povos do território nacional. Tal discussão, da natureza dos populismos e da sua expressão na América Latina, tem importância central para a compreensão dos fenômenos contemporâneos de nacionalismos carismáticos na mesma América Latina, agora no século XXI como populismos ressurgentes – ou como se refere parte do debate aos tais, seriam neopopulismos²¹. Sobre tal debate devemos discutir, ainda que de forma subsidiária ao debate sobre etnicidade e instituições, o papel de Evo Morales como líder carismático e a sua condução na direção de constituir-se como uma liderança arquetípica e heroica para a recuperação da etnicidade como valor intrínseco a bolivianidade. Neste contexto contemporâneo, é preciso recuperar a discussão heurística sobre este ‘neopopulismo’, e sobre o quanto seria, nas ofertas políticas da ordem do dia, uma alternativa conceitual para explicar a crise de representação política que moldaria as condições de solidariedade das comunidades étnicas e das afinidades identitárias a tal ponto em que não apenas um ou outro pavimento do edifício institucional do Estado estaria ameaçado, senão toda a estrutura. Da mesma maneira, a ideia policlassista dos populismos clássicos (i.e. Perón, Vargas e Velasco Alvarado) encontraria visíveis limitações no caso boliviano.

Retornando a discussão sobre as origens da mudança popular, enquanto Gildner argumenta que tal revolução, na década de 1950, constituiu-se “*como agente de liberación nacional para la clase criolla-mestiza, que sigue gobernando un país*

cuya población es en su mayoría indígena”²², esclarece-se uma oportuna discussão sobre a Revolução de 52 como ponto inicial de mutações estruturais sobre o sujeito político indígena da sociedade boliviana, com a reversão das antes impossíveis condições de mobilidade social, ainda que Kay e Urioste apontem que do ponto de vista das comunidades indígenas, entidade nucleadora social, não ocorreram mudanças na composição e reconhecimento legal: “*En esencia, la reforma agraria no fue vista por el partido que la impulsó como la restauración de los derechos legítimos de la población indígena, ya que las comunidades indígenas no fueron todavía legalmente reconocidas*”²³. Era um momento onde as questões camponesas ainda superariam o protagonismo histórico dos sindicatos mineiros, prevaletentes desde o surgimento da Tese de Pulacayo de '46, da COB e da própria Revolução de 52. A Tese de Pulacayo é um documento importante no movimento operário boliviano. Adotou-se, a pedido da delegação de Llallaguaga no Congreso de la Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia (FSTMB), que se reuniu em novembro de 1946 na cidade de Pulacayo. A tese é baseada na concepção trotskista da revolução permanente e do Programa de Transição da IV Internacional. Segundo Maria Teresa Zegada,

La COB agrupa entonces al conjunto de sindicatos obreros y urbanos del país, y es vanguardizada por la clase obrera minera con un discurso radical basado en un documento que se constituyó en su razón teórica: la Tesis de Pulacayo publicada y difundida en el Congreso Minero de 1946, basada en principios socialistas y revolucionarios de raigambre marxista.²⁴

Neste sentido, é possível apontar nas Teses a gênese da matriz marxista do pensamento político boliviano, que culminaria em uma convivência ora harmoniosa, ora fragmentária com o indigenismo histórico. O mito da existência deste passado comum, primordial e *indo-mestiço*, também é contributivo para esta Revolução como paradigma apontado para o futuro da nação; mestiçagem colocada em xeque pelo reconhecimento, na Constituição de 2009, de trinta e seis nacionalidades originárias em todo o território boliviano²⁵. Mais de meia década depois, a repercussão da Revolução ainda é discutida sob a ótica da construção da ideia de nação tal qual se afirmara dali em diante – e possivelmente fora apenas demolida no seu monolitismo no caminhar do contemporâneo século XXI:

Estas medidas cambiaron la vida del país, ya que todos estos procesos sociales tienen una profunda vinculación con la cultura

en el sentido antropológico. Temas esenciales de la discusión en el periodo fueron la “cultura nacional”, y la “identidad y conciencia nacional”, nervio del pensamiento de la Revolución de 1952 que pretendía sustituir la construcción colonial oligárquica.²⁶

Neste plano relacional, a crítica contemporânea aqui mencionada é voraz quanto ao sucesso integral e multilateral da Revolução: “*No hubo la soñada integración. Se impusieron nuevas formas de discriminación a la población de origen indígena aunque algunos sectores migrantes lograron el ascenso social por el camino de la castellanización hasta llegar a las capas medias, manteniéndose una doble cultura en la nueva burguesía aymara citadina.*”²⁷. Orientando nosso olhar comparativo a formação histórica do território e desta natureza cultural da identidade boliviana, é preciso compreender também, nas Planícies, o papel de Santa Cruz como departamento e territorialidade, mesmo estando tal região erma naquele momento, com baixa densidade demográfica e atividade econômica de menor intensidade – o que influiria diretamente na capacidade de articulação política da governança regional sobre a nacional, e assim, sobre a sua contribuição ao arquétipo do “boliviano”.

Santa Cruz, uma região distante no Leste do país, passara pela década de 1940, incidentalmente ou não, de forma relativamente incólume e até mesmo aparentemente distante das mudanças na base da sociedade e da política nacional. No entanto, é nesta década que podemos caracterizar uma intensa capacitação financeira e industrial dos proprietários de terra da região, como infraestrutura para um longo crescente de prosperidade material e concentração de capital, orientando o então tímido desenvolvimento da economia regional agro-pecuarista. Se havia uma questão nacional a se discutir, na década de 1950, na ontogênese da construção identitária na Planície, esta construção estava diretamente relacionada ao desenvolvimento agrícola que seria, neste momento, desafiado pela necessidade de integrar o Oriente, ou a Planície - e mais especial, os departamentos de Santa Cruz e do Beni - ao restante do país, para que a sua produção pudesse alcançar os mercados andinos através de Cochabamba. É interessante notar que boa parte das bibliografias aqui mencionadas, de forma crítica ou heroizante, ressaltam o papel de tal empreendedorismo e iniciativa para a identidade em edificação.

Ainda que aparentemente isoladas do poder local, as elites regionais de Santa Cruz e a própria economia local estavam integradas a lógica dos processos políticos da Bolívia durante a 1ª metade do século XX, ainda que

de forma precária – e a saída para tal precariedade, no Plan Bohan²⁸ de integração do território nacional, passaria inevitavelmente por uma profícua discussão se este fora responsabilidade do governo nacional ou se, de forma quase accidental, fora impactado por interesses estrangeiros orientados para a exploração daquele território e da sua produtividade²⁹. Segundo Sandoval, até a metade do século XX, Santa Cruz de la Sierra permanecia como uma das cidades mais isoladas da Bolívia³⁰, a despeito de iniciativas consistentes de exploração dos seus recursos naturais, já demonstrando divergências interpretativas entre o empresariado local e o governo da República. Como aponta Pruden,

Es interesante también relacionar el restablecimiento del Comité Pro Santa Cruz con el proceso democratizador abierto por el MNR. No hay que olvidar que entre todas las reformas que hizo el MNR estuvo el sufragio universal.(...) El hecho de que el Comité tuviese una estructura de tipo corporativo, donde cada institución envía su delegado, muestra una representación que no va en la línea de un ciudadano un voto, que era lo que acababa de inaugurarse en Bolivia. Era un espacio en el que, personas que habían quedado fuera del juego político, por no pertenecer al MNR, pudieron volver reclamando legitimidad y representatividad popular³¹.

Neste mesmo contexto, a Revolução articulava-se por transformações estruturais em uma conjuntura fértil para a mudança de um regime extrativista primitivo para uma realidade de empoderamento do Estado sobre os recursos naturais; mudança esta que também começava a atingir e transformar a economia de Santa Cruz, com presença já consolidada e atuação especial dos imigrantes alemães, suíços e austríacos (instalados desde o último quartel do século XIX)³² que reorientavam a economia local para o comércio de importação associado à agropecuária e ao transporte fluvial, com iniciativas que incluíam a fundação do Banco Santa Cruz, por exemplo, como parte de um imprescindível corpo técnico instrumentalizado para tal reestruturação³³. Naquele instante da história regional de Santa Cruz, as feições duais do desenvolvimento regional apontariam para uma franca orientação e afinidade por certo feitio clânico das articulações produtivas – tão imprescindíveis para a identidade provincial e formadora da orientação política autonomista³⁴. A própria historicidade deste desenvolvimento identitário baseado no sucesso corporativo, na natureza modernizante, na intensa vocação ao trabalho e a prosperidade do cruceño³⁵ como traços

surgem rapidamente, contribuiu visceralmente para a definição das fronteiras do que é parte da identidade cruceña e o que não é³⁶, segundo a direção das instituições e entidades associativas do nosso contexto recortado.

A construção destes padrões identitários, baseados em comportamento, gênero, e no raio do horizonte, etnicidade, quando eventualmente instrumentalizada busca afiançar a capacidade de sobrevivência do argumento das primordialidades históricas identitárias, especialmente no que está relacionado a propriedade – não apenas a pequena, mas a terra e aos recursos naturais, e por conseguinte, ao território e a sua governança e gestão, questão política que persistira largamente antes mesmo dos debates políticos aqui interessantes. Segundo Dunia Sandoval,

(...) en Santa Cruz, antes de la reforma agraria de 1953, existía una gran acumulación de tierras sin aprovechar. En su mayoría, los propietarios trabajaban en forma individual y en mucha menor escala contrataban jornaleros. La presencia de cooperativas y sociedades agrícolas era casi insignificante (...) El proceso de reforma agraria en el Oriente fué distinto ya que el MNR contaba con un proyecto distinto para la región. Mientras en el Occidente se intentaba privatizar la tierra dotando a los campesinos de pequeños terrenos, en el Oriente, el proposito era construir empresas agrícolas³⁷.

Em dimensão correlata, é preciso também estar atento, em especial na instrumentalização das construções retóricas sobre nação e etnicidade, sobre diferença e alteridade sob uma ótica essencialista, quanto às questões eclipsadas envolvendo trabalho, organização, identidade e particularidades afetivas. A forma a qual se podem relacionar tais polos aparentemente estanques em assuntos multidimensionais, incorporando os grandes temas que permeavam os dilemas políticos daquela ordem do dia, enfocando tanto as transformações no altiplano, quanto as formações cooperativas responsáveis pelo desenvolvimento cruceño, entrecruzando as narrativas e despolarizando a história política dos últimos 50 anos e, senão ajudando a diminuir o fosso entre a história política em dimensão antagônica quanto as primordialidades nacionais. Como explica Argirakis Jordán,

(...) con la revolución de 1952, Santa Cruz ingresa en un proceso de modernización socio histórica y dicha base clásica se ve obligada a dar paso a una conformación más amplia de las élites locales entre aquellos que ocupan posiciones de prestigio, reconocimiento y autoridad, al poseer cualidades y aptitudes valoradas socialmente.³⁸

Diante da erosão deste contexto de tessituras sociais tão bem estabelecidas a partir da tradição, é possível apontar – mesmo que ressaltemos a ausência do exercício etnográfico em função da explicação historicizante das estruturas em questão -, em diversos momentos, um uso ora violento, ora espetacular, da noção de que a crucenidade como aporte societário, de gênero, de raça e de fronteiras conjuraria uma relação de alteridade quanto ao Andino, em reação imediata a crise societária visibilizada pelos conflitos sociais por recursos naturais ³⁹. Tal reação, construindo identidades negativas para regionalizar um sentimento étnico, e posteriormente político, construía narrativas de alterização, distanciamento e prosperidade próprias contra a precarização das estruturas sociais e culturais do outro ⁴⁰.

Neste caso em questão, poderíamos observar atentamente a genealogia desta diferença, tomando como referencia a Revolução de 52, conforme ressaltado a respeito do tema da etnicidade por algumas das referencias aqui elencadas. A própria formação social pós-Guerra do Chaco teria contagiado Santa Cruz na medida em que as insatisfações coletivas dos indígenas, operários ou camponeses, além de jovens e cidadãos que tinham pequenas propriedades teriam se confluído e intercomunicado na experiência do campo de batalha e da repartição das perdas após o conflito; é importante ainda situar os impactos da Revolução de 52 na política em Santa Cruz, especialmente no que está relacionado a terra e aos recursos naturais, questão política que até hoje persiste. Ainda, o abraço dado pela Revolução de 52 a ‘Marcha hacia el Oriente’ que levava migrantes andinos para trabalho nas zonas rurais cruceña envolveu a ocupação do Oriente pelos produtores campo-neses pobres e indígenas do altiplano, que se prevalescesse o argumento regional, não seriam bem aceitos pelas elites locais. Não obstante, é possível dizer que a formação das institucionalidades políticas da sociedade civil cruceña atende prontamente a essa dinâmica, estabelecendo mais oportunidades comparativas destacáveis.

Um momento de profundas transformações, em um arco de construção histórica que ia desde as lutas populares dos anos 1950 e 1960, cooptadas ou não pela governança policlassista dos neopopulismos, até o colapso deste pacto social e ascensão do neoliberalismo, com todos os dissensos e recrudescimentos sociais decorrentes da pulverização do já precaríssimo amálgama que definira até então a contemporânea sociedade boliviana. Na Bolívia mineiradora em bancarrota que viria nos anos 1970 e 1980, com o protagonismo emergente da soja e dos hidrocarbonetos, apontava-se

para duas direções importantes do futuro do país: por um lado, as contradições da chegada do agronegócio ao bucólico meio rural e camponês, e por outro, para o gás natural, que parecia ser uma derradeira oportunidade de desenvolvimento e, conseqüentemente, de reversão da condição de atraso daquele país. Mas, estas interpretações e matizações tem um ponto de partida em comum: a reversão de uma Bolívia na qual a discussão do que é o ‘nacional’ encontrava-se eclipsada. Esta Bolívia, que incorpora tais questões e peijas na sua ordem do dia, nasce com a Revolução de 1952 como sua parceira inequívoca.

NOTAS

- ¹ Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de História Contemporânea da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pesquisador do Observatório de Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON) e do Círculo de Pesquisas do Tempo Presente (CPTP), ambos ligados à UNIFAP. Contato eletrônico: daniel.chaves@unifap.br
- ² BELTRÃO, Jane & OLIVEIRA, Assis. **Constitucionalismo multicultural e povos indígenas: outra cidadania é possível?** Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009. P. 10976.
- ³ STAVENHAGEN, Rodolfo. **La cuestión étnica**. México: El Colegio de México, 2006. P. 233.
- ⁴ KYMLICKA, Will. **Ciudadania multicultural - una teoria liberal de los derechos de las minorias**. Espanha: Paidós, 1996. p. 26.
- ⁵ IRUROZQUI, Marta & PERALTA, Victor. **Historiografía sobre la Republica Boliviana**. Revista de Indias, 1992, vol LII, núm. 194. P. 27.
- ⁶ EL NUEVO DIA. **La refundación halla eco en los políticos y el Gobierno**. 03 out 2003.
- ⁷ EL NUEVO DIA. **Opinión. Sección: Otro Opiniones de la gente**. 04 out 2003.
- ⁸ Presidente da Bolívia entre 1993-1997 e 2002-2003, e quadro histórico do Movimento Nacionalista Revolucionario (MNR).
- ⁹ EL MUNDO. **El Comité no retrocederá en su lucha por la refundación**. Seção Política. 30 out 2003.
- ¹⁰ SOUX, María Luisa & BARRAGÁN, Rossana. **Reescrituras de la independencia. Las visiones indianista y regionalista**. Suplemento Tendências, La Razón, 30 set 2012.
- ¹¹ LAGROU, Pieter. **Sobre a atualidade da história do tempo presente**. In: PORTO JR., Gilson (org). História do tempo presente. São Paulo, EDUSC, 2007, p. 37.
- ¹² GUSTAFSON, Bret. **Spectacles of Autonomy and Crisis: Or, What Bulls and Beauty Queens have to do with Regionalism in Eastern Bolivia**. Journal of Latin American Anthropology, Vol. 11, No.2. p. 352
- ¹³ GARCIA LINERA, Alvaro. **Autonomías indígenas y Estado multicultural - Una lectura de la descentralización regional a partir de las identidades culturales**. Disponível em: <http://www.forodac.org.bo/upload/166_propuesta_garcialinera.pdf>. Acesso em 24 out 2009. p. 3, 2009
- ¹⁴ CAMARGO, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. P. 150.

- ¹⁵ AYERBE, Luis Fernando. **Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o Governo de Evo Morales**. Lua Nova, São Paulo, 83. P. 179.
- ¹⁶ MOTA, Adir. **Reforma Agrária e a Revolução Boliviana de 1952: Historia e Historiografia**. Anais Eletrônicos do X Encontro Internacional da ANPHLAC, São Paulo, 2012.
- ¹⁷ KAY, Cristóbal & URIOSTE, Miguel. **La reforma agrária inconclusa en el Oriente de Bolívia**. Disponível em: <www.ruralfinance.org/fileadmin/templates/rflc/documents/La_reforma_agraria_inconclusa_en_el_oriente_de_Bolivia_1_pdf.pdf>. Acesso em 23 jun 2014. P. 34.
- ¹⁸ URQUIDI, Vivian. **Movimento cocaleiro na Bolívia**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- ¹⁹ SHANIN, Teodor. **Peasants and Peasant Societies**. Londres: Penguin, 1971.
- ²⁰ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **A 'esquerda', o mapa e a montanha**. Agência Carta Maior, São Paulo, 12 dez. 2013
- ²¹ CERVI, Emerson. **As sete vidas do populismo**. Revista de Sociologia e Política, Nº 17: 151-156 nov. 2001. P. 152
- ²² GILDNER, Matt. **Indomestizo Modernism: National Development and Indigenous. Integration in Postrevolutionary Bolivia, 1952-1964**. EUA: Tese de doutorado, University of Texas at Austin. 2012, p. 98.
- ²³ KAY & URIOSTE, op. cit., p. 34.
- ²⁴ ZEGADA, Maria Teresa. **Los nuevos contornos de la izquierda boliviana**. T'inkazos, número 31, 2012, p. 122.
- ²⁵ SOLIS RADA, Andrés. **Las raíces indomestizas de Bolivia**. Rebelión, Maio de 2013. Disponível em: <www.rebellion.org/noticia.php?id=167931>. Acesso em 29 dez 2013.
- ²⁶ LA RAZON. **Las transformaciones culturales de la Revolución de 1952**. 24 jun 2012.
- ²⁷ LA RAZON, Ibid., 24 jun 2012.
- ²⁸ O Plano Bohan refere-se ao relatório apresentado pela Comissão Bohan, um grupo de funcionários do governo dos EUA, liderada por Merwin L. Bohan, que passou vários meses na Bolívia em 1941-1942 para analisar as necessidades do país. O relatório oficial é chamado de "Relatório da Missão Econômica das Nações Unidas para a Bolívia." Ver: HARRY S. Truman Library & Museum. **Merwin L. Bohan Papers: 1926-1975**. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/hstpaper/bohan.htm>>. Acesso em 13 jan 2014.
- ²⁹ ORTIZ SAUCEDO, Jimmy. **El Plan Bohan y la Marcha hacia el Oriente**. Disponível em: <http://www.nacioncamba.net/articulos/plan_bohan.htm>. Acesso em 12 dez 2009.
- ³⁰ SANDÓVAL RODRIGUEZ, Isaac. **La cuestión regional en Santa Cruz**. In: CALDERÓN, Fernando & LASERNA, Roberto. **El poder de las regiones**. Bolivia: CERES/CLACSO, 1983. P. 152
- ³¹ PRUDEN, Herman. **Las luchas "cívicas" y las no tan cívicas: Santa Cruz de la Sierra (1957-59)**. Ciencia y Cultura Nº 29, Dezembro de 2012, p. 127-160
- ³² Ver importante discussão neste sentido aqui, sobre as migrações, e sobre as tessituras entre o Camba e o Colla, conforme enunciado na introdução, em STEARMAN, Allyn. **Camba and Kolla: Migration and Development in Santa Cruz, Bolivia**. Gainesville: University of Florida Press, 1985.
- ³³ ROCA, Jose Luis. **Economia y sociedad en el Oriente Boliviano (siglos XVI-XX)**. Santa Cruz: Cotas, 2001. p. 411.
- ³⁴ SORUCO SOLOGUREN, Ximena et al. **Los barones del Oriente - el poder en Santa Cruz ayer y hoy**. Santa Cruz: Fundación Tierra, 2008. P.17-18;32
- ³⁵ Gentílico referente ao departamento de Santa Cruz.
- ³⁶ LOWREY, Kathleen. **Bolivia Multiétnico y Pluricultural, Ten Years Later: White Separatism in the Bolivian Lowlands**. Latin American and Caribbean Ethnic Studies 1(1):63-84, 2006.

- ³⁷ DUNIA SANDOVAL, Carmen. **Santa Cruz: Economía y Poder (1952-1993)**. La Paz: Fundación PIEB, 2003. P. 42-46.
- ³⁸ ARGIRAKIS JORDÁN, Helena. **Prólogo**. In: SORUCO SOLOGUREN, Ximena, et al., Idem, p. viii
- ³⁹ GUSTAFSON, op. cit., p. 353.
- ⁴⁰ EL DEBER. **Cambas vs collas, un áspero debate en las provincias**. 20 out 2003. Sobre dinâmicas de alterização a partir de padrões sociais estéticos e cosméticos em sociedades pós-coloniais, ver: STOLER, Ann. **Making Empire Respectable: The Politics of Race and Sexual Morality in 20th Century Colonial Cultures**. *American Ethnologist* 16(4): 634–660.

BIBLIOGRAFIA

- ALBO, Xavier. And from kataristas to MNRistas? The Surprising and Bold alliance between Aymaras and Neoliberals in Bolivia. In: VAN COTT, Donna Lee (org). *Indigenous Peoples and Democracy in Latin America*. Nova York: Saint Martin Press/Interamerican Dialogue, 1994. P. 76
- ARAUJO, Maria Paula, FERREIRA, Marieta de Moraes, FICO, Carlos & QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- ARGIRAKIS JORDÁN, Helena. **Prólogo**. In: SORUCO SOLOGUREN, Ximena, et al., Idem,
- ASSIES, William. *La Media Luna sobre Bolivia. Nación, región, etnia y clase social*. Apresentação no I Encuentro Internacional de la Asociación de Estudios Latinoamericanos (LASA), San Juan, Porto Rico, 2006.
- AYERBE, Luis Fernando. *Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o Governo de Evo Morales*. Lua Nova, São Paulo, 83.
- BELTRÃO, Jane & OLIVEIRA, Assis. *Constitucionalismo multicultural e povos indígenas: outra cidadania é possível?* Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009.
- BURBANO DE LARA, Felipe. *Las luchas autonómicas de Guayaquil y Santa Cruz: una perspectiva comparada*. In: ARCEO, Enrique & BASUALDO, Eduardo (orgs.). *Los Condicionantes de la Crisis en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2009.
- CAMARGO, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de. *Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Populismo latino-americano em discussão*. In: FERREIRA, Jorge. (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001;
- CERVI, Emerson. *As sete vidas do populismo*. *Revista de Sociologia e Política*, Nº 17: 151-156 nov. 2001.

- DANIERE, Amrita & MARCONDES, Claudia. The Implementation of Participación Popular in Bolivia: Decentralization of Public Services in Cochabamba. Submitted on July 15, 1998 to Public Administration and Development. Disponível em: <www.utoronto.ca/urban/pdf/pop_partic.pdf>. Acesso em 30 jan 2014.
- DUNIA SANDOVAL, Carmen. Santa Cruz: Economía y Poder (1952-1993). La Paz: Fundación PIEB, 2003.
- GALLARDO LOZADA, Jorge. De Torres a Banzer: diez meses de emergencia en Bolivia. Argentina: Ediciones Periferia, 1972.
- GARCIA LINERA, Alvaro. Autonomías indígenas y Estado multicultural - Una lectura de la descentralización regional a partir de las identidades culturales. Disponível em: <http://www.forodac.org.bo/upload/166_propuesta_garcialinera.pdf>. Acesso em 24 out 2009.
- GIGLER, Björn-Sören. Poverty, inequality and human development of indigenous peoples in Bolivia. Georgetown University, Center For Latin American Studies. Working Paper Series, 17, 2009, Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/CLAS%20RESEARCH/Working%20Papers/WP17.pdf>>. Acesso em 07 jan 2014.
- GILDNER, Matt. Indomestic Modernism: National Development and Indigenous. Integration in Postrevolutionary Bolivia, 1952-1964. EUA: Tese de doutorado, University of Texas at Austin. 2012,
- GISSELQUIST, Rachel. Ethnicity, class and change in the Bolivian political party system. *Tinkazos*, 13, supplement 1, 2010.
- GUSTAFSON, Bret. Spectacles of Autonomy and Crisis: Or, What Bulls and Beauty Queens have to do with Regionalism in Eastern Bolivia. *Journal of Latin American Anthropology*, Vol. 11, No.2.
- HARRY S. Truman Library & Museum. Merwin L. Bohan Papers: 1926-1975. Disponível em: <<http://www.trumanlibrary.org/hstpape/bohan.htm>>. Acesso em 13 jan 2014.
- IRUROZQUI, Marta & PERALTA, Victor. Historiografía sobre la República Boliviana. *Revista de Indias*, 1992, vol LII, núm. 194.
- KAY, Cristóbal & URIOSTE, Miguel. La reforma agrária inconclusa en el Oriente de Bolívia. Disponível em: <www.ruralfinance.org/fileadmin/templates/rflc/documents/La_reforma_agraria_inconclusa_en_el_oriente_de_Bolivia_1.pdf>. Acesso em 23 jun 2014.
- KYMLICKA, Will. Ciudadanía multicultural - una teoría liberal de los derechos de las minorías. Espanha: Paidós, 1996.

- LACLAU, Ernesto. *La Razón Populista*. México: FCE, 2008
- LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PORTO JR., Gilson (org). *História do tempo presente*. São Paulo, EDUSC, 2007
- LOWREY, Kathleen. *Bolívia Multiétnico y Pluricultural, Ten Years Later: White Separatism in the Bolivian Lowlands*. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies* 1(1):63–84, 2006.
- MOTA, Adir. *Reforma Agrária e a Revolução Boliviana de 1952: Historia e Historiografia*. *Anais Eletrônicos do X Encontro Internacional da ANPHLAC*, São Paulo, 2012.
- OCAMPO, Milenka. Estimación del índice de nivel socioeconómico 1976-2001. Informe nacional sobre desarrollo humano 2009 “La nueva pirámide social boliviana”. Documento de trabajo 3/2007. La Paz: PNUD, 2007. Disponível também em: <http://idh.pnud.bo/usr_files/informes/nacional/INDH2010/documentos/IndiceNivelSocioeconomico_MOcampo.pdf>. Acesso em 11 jan 2014
- PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Rev. Bras. Polít. Int.* 52 (2): 43-62, 2009
- ORTIZ SAUCEDO, Jimmy. *El Plan Bohan y la Marcha hacia el Oriente*. Disponível em: <http://www.nacioncamba.net/articulos/plan_bohan.htm>. Acesso em 12 dez 2009.
- PRUDEN, Herman. *Las luchas “cívicas” y las no tan cívicas: Santa Cruz de la Sierra (1957-59)*. *Ciencia y Cultura* N° 29, Dezembro de 2012,
- RIVERA FLORES, Francisco. *Procesos de articulaciones socioidentitarias y reformulaciones étnicas en Atacama*. *Estudios Atacameños*, 13: 61-74. 1997.
- ROCA, Jose Luis. *Economía y sociedad en el Oriente Boliviano (siglos XVI-XX)*. Santa Cruz: Cotas, 2001. p. 411.
- SANDÓVAL RODRIGUEZ, Isaac. *La cuestión regional en Santa Cruz*. In: CALDERÓN, Fernando & LASERNA, Roberto. *El poder de las regiones*. Bolívia: CERES/CLACSO, 1983.
- SHANIN, Teodor. *Peasants and Peasant Societies*. Londres: Penguin, 1971.
- SOLIS RADA, Andrés. *Las raíces indomestizas de Bolívia*. *Rebelión*, Maio de 2013. Disponível em: <www.rebellion.org/noticia.php?id=167931>. Acesso em 29 dez 2013.
- SORUCO SOLOGUREN, Ximena et al. *Los barones del Oriente - el poder en Santa Cruz ayer y hoy*. Santa Cruz: Fundación Tierra, 2008. P.17-18;32
- SOUX, Maria Luisa & BARRAGÁN, Rossana. *Reescrituras de la independencia. Las visiones indianista y regionalista*. *Suplemento Tendências, La Razón*, 30 set 2012.

STAVENHAGEN, Rodolfo. La cuestión étnica. México: El Colegio de México, 2006.

STEARMAN, Allyn. Camba and Kolla: Migration and Development in Santa Cruz, Bolivia. Gainesville: University of Florida Press, 1985.

STOLER, Ann. Making Empire Respectable: The Politics of Race and Sexual Morality in 20th Century Colonial Cultures. *American Ethnologist* 16(4): 634–660.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. A 'esquerda', o mapa e a montanha. Agência Carta Maior, São Paulo, 12 dez. 2013

URENDA DIAZ, Juan Carlos. Autonomías departamentales. Bolivia: La Hoguera, 2007.

URIOSSTE, Miguel. Bolivia: descentralización municipal y participación popular. Fundación Tierra, Abril de 2001. Disponível em: <http://www.ftierra.org/index.php?option=com_content&view=article&id=877:rair&catid=130:ft&Itemid=188>. Acesso em 29 jan 2014.

URQUIDI, Vivian. Movimento cocaleiro na Bolívia. São Paulo: Hucitec, 2007.

YAMPARA Huani, Simón. Descentralización y autonomía desde la visión de los pueblos originarios. In: BONIFAZ, Gustavo; RUIZ, Carmen Beatriz & ZUAZO, Moira. Seminario Taller Visiones Indígenas de Descentralización en La Paz, Febrero 2005. Friedrich Ebert Stiftung, ILDIS : Plural Editores, c2005.

ZEGADA, María Teresa. Los nuevos contornos de la izquierda boliviana. *T'inkazos*, número 31, 2012.

ABSTRACT:

The purpose of this paper is to discuss the formation of the Bolivian state in critical bias, given the imminent appearance of the indigenous paradigm, alternative to national recognition from the Nationalist Revolution of 1952. We consider the various political crises of this half century, culminating in the contemporary nationalities that sought the protagonism on the new millennium agenda before the political crisis. This crisis put into question the national identity standards, and in addition, any univocal character archetype of the Bolivian nation then.

Keywords: Bolivia, State, Identity

A posição singular do PCB no meio da esquerda brasileira

Dina Lida Kinoshita*

RESUMO:

O PCB se caracterizou pelo dogmatismo que o transformou num instrumento de políticas e concepções transpostas de maneira mecanicista e acrítica. Procurou através de políticas interagir de maneira complexa e interdependente. Pode-se afirmar uma vinculação histórica do PCB com o chamado “socialismo real”, identificado com a URSS até a sua derrocada, em 1991. Com a dissolução da IC o partido passa a se chamar Partido Comunista do Brasil, um dos motivos alegados para cassar seu registro eleitoral em 1947, por não ser considerado um partido nacional.

O PCB, realizou seu I Congresso de fundação em março de 1922 e, ao acatar as 21 condições políticas e orgânicas da IC, surge com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista. Até meados da década de 1960, o PCB foi hegemônico na esquerda brasileira embora houvesse pequena dissidência trotskista entre a intelectualidade, a partir dos anos 1930. Durante as primeiras décadas de sua existência, o PCB sofre as vicissitudes da IC. De um modo mais geral pode-se afirmar uma vinculação histórica do PCB com o chamado “socialismo real”, identificado com a URSS até a sua derrocada, em 1991. Com a dissolução da IC o partido passa a se chamar Partido Comunista do Brasil, um dos motivos alegados para cassar seu registro eleitoral em 1947, por não ser considerado um partido nacional. Em 1960, ao solicitar novamente a legalização do Partido, não concedida, o PCB passou a denominar-se Partido Comunista Brasileiro com manutenção da sigla.

A trajetória do PCB é caracterizada por duas linhas gerais contraditórias: ora prevalecia o dogmatismo que acabava por transformá-lo num instrumento de políticas e concepções transpostas de fora de maneira mecanicista e acrítica, ora prevalecia um Partido que se rebelava e se recusava a levar à frente essas mesmas políticas e concepções, procurando, desse modo, traçar e seguir seu próprio caminho. É claro que essas duas vertentes não podem ser examinadas de maneira maniqueísta, visto que, em muitos

episódios, os personagens e as políticas interagem de uma maneira complexa e interdependente.

O ano de 1922 caracteriza-se por uma grande efervescência **tanto** no plano internacional quanto no nacional. No Brasil, ele é marcado por manifestações que expressam os grandes anseios por mudanças na esfera artístico-cultural representada pela Semana de Arte Moderna, como na esfera sociopolítica, pelo Movimento Tenentista, em particular, e pela pequena burguesia urbana, de um modo mais geral. Estas manifestações ocorrem num contexto de desagregação das velhas oligarquias rurais e aprofundamento do modo de produção capitalista, **em um ambiente** caracterizado por uma democracia muito frágil, com seguidas crises institucionais e um movimento social que apresenta muitas debilidades, em especial, no seio do movimento operário. No plano internacional, ocorre a reconstrução europeia pós I Guerra Mundial, e sob o impacto da Revolução Socialista de Outubro de 1917, setores expressivos da humanidade sentem-se estimulados por ideias libertárias e revolucionárias a que o PCB se vincula prontamente. (Malina, S., 2002)

Foram poucos os teóricos marxistas no país e conta-se nos dedos os que buscaram uma saída original para os problemas brasileiros. Apesar disso, já em seu II Congresso, realizado em 1925, o PCB fez a primeira tentativa de abordar a realidade nacional de um ponto de vista de classe. Ainda que de forma precária e incipiente a análise parta de uma concepção dual “agrarismo versus industrialismo”, na Resolução Política é evidente a opção pelo “industrialismo”, expressão inequívoca de progressismo e sentido histórico. Ainda nesse Congresso, o PCB buscará novas formas de organização.

Já o III Congresso do PCB, realizado entre final de 1928 e início de 1929, foi precedido de forte luta ideológica, sob influência estreita das orientações inspiradas na tática adotada pela IC, em seu VI Congresso realizado em 1928. Com a consolidação do poder stalinista na URSS e a decisão da construção do socialismo num só país, a política da IC se resumia na “luta de classe contra classe”. O Partido optou pelo “obreirismo”, expulsou seus intelectuais, entre eles, Astrojildo Pereira, seu fundador. Se foi capaz de explicitar novos parâmetros organizacionais e funcionais, do ponto de vista político, sua tese da “terceira onda revolucionária” sobre o imediato futuro político do país foi um grande equívoco. A dinâmica da luta de classes no país e no mundo problematiza a Resolução do III Congresso no tocante à consolidação da Revolução Burguesa no Brasil e os eventos de

1930. Embora houvesse no país grande turbulência política e econômica, explicitada, sobretudo, pelo tenentismo desde 1922, é na esteira da crise mundial de 1929 que entra em colapso a estrutura oligárquica, expressão política da economia latifundiária. No entanto, com a deposição do presidente da República, Washington Luís, em outubro de 1930, e o estabelecimento de um Governo Provisório, aflora a heterogeneidade de composição surgida da luta militar: de um lado, a corrente tenentista com seu programa reformista e, do outro, a corrente tradicional, disposta a alijar a primeira e dar ao Estado a feição conveniente aos seus interesses. Se, num primeiro momento há um rompimento com o latifúndio, aos poucos, a burguesia tende a compor-se com ele, eliminando a componente mais avançada com quem havia se aliado para derrubar a oligarquia latifundiária. (Sodré, 1976) Neste processo contraditório, dá-se o ingresso de Luiz Carlos Prestes no PCB, com a interferência direta da IC. Em 1930, o PCB, quando muito, era um projeto de partido completamente instável e nada consolidado, na medida em que fracassava no estabelecimento de alianças e quando optava ou era condenado a ficar à margem da primeira experiência do poder e da política nacionais. Mesmo com os êxitos de ações decorrentes dos esforços dos seus fundadores que se expressam no jornal diário de sucesso – *A Nação* – e da experiência do Bloco Operário e Camponês (BOC) que logrou eleger um deputado federal, em 1927, e dois vereadores na capital da República, em 1928, não há como esconder que foi a ação do Estado, de um lado, e a intervenção da IC e a adesão de Luiz Carlos Prestes, de outro, que deram viabilidade e retiraram o partido do gueto sindical. (BRANDÃO, G. M., 1997)

O PCB passou 25 anos sem realizar um congresso (1929-1954), embora ocorram vários acontecimentos dramáticos no país.

O surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Levante Comunista de 1935, certamente têm fortes componentes nacionais decorrentes das contradições de 1930. Contudo refletem as discussões que precederam o VII Congresso da IC, em julho de 1935. Tendo como pano de fundo a crise econômica mundial detonada pelo *crack* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929 e a derrota de grandes proporções na Alemanha, onde a divisão entre comunistas e socialdemocratas abriu caminho para a ascensão dos nazistas ao poder, deu ensejo a uma proposta de mudança radical de linha política consubstanciada nas “frentes populares” (REIS, D., 1981) para derrotar o nazi-fascismo. Forças expressivas discordavam da mudança, tentando demonstrar que a linha anterior era mais correta. No Brasil, em

particular, os acontecimentos assumiram maior gravidade. Tendo em vista as questões não resolvidas na Revolução de 1930 e a palavra de ordem das “frentes populares”, foi criada, no início de 1935, a ANL. Considerando o experimento do Bloco Operário-Camponês (BOC) como um episódio mais restrito, a ANL é a primeira experiência aliancista importante, de caráter moderno de mobilização, do PCB. Por outra parte, era plausível que a experiência da Coluna Prestes fizesse alguns dirigentes da IC tentar convencer o capitão Luiz Carlos Prestes a organizar o levante de novembro de 1935, um grande equívoco político e militar que veio se somar à derrota de Mao Tsé Tung frente a Chang Kai Chec, na China, um pouco antes. É significativo que boa parte dos assessores internacionais vindos ao Brasil eram alemães e, alguns também, tivessem passado pela China (BRAUN, O., 1973). Seria a última cartada da política de “classe contra classe”. Em contradição com o golpe de novembro de 1935, a ANL não foi compreendida por sua modernidade, naquele momento. A política aliancista foi retomada em 1945 e, como uma estratégia central permanente, apenas a partir de 1958. (BRANDÃO, G. M., 1997)

Com o fracasso do Levante, o PCB é destroçado pela repressão implacável do Estado Novo. A reorganização partidária ocorre a partir de 1943 com a Conferência da Mantiqueira. A questão central neste momento é a luta contra o fascismo e de novo surgem duas posições: uma priorizava a luta contra o Estado Novo enquanto a segunda afirmava ser preciso centrar fogo contra o “nazi-fascismo” uma vez que a derrota do fascismo na Europa condicionaria a derrota dele no Brasil (Vinhas, M., 1982). Prevaleceu a segunda posição com o aval de Luiz Carlos Prestes, o que abriu caminho para a defesa da participação brasileira na II Guerra Mundial. E, de fato, o combate ao Eixo e pela democracia no exterior acabou reforçando a luta democrática no Brasil, deixou a ditadura Vargas vulnerável, precipitando a sua derrota.

As duas linhas gerais orientadoras da política do PCB podem, porém, ser melhor visualizadas no pós II Guerra Mundial.

De 1945 a 1947, prevalecia no PCB a ideia de um longo período de desenvolvimento pacífico entre as potências aliadas, vencedoras do conflito. A nova situação criada com o advento da Guerra Fria e o rompimento da URSS com os seus antigos aliados da II Guerra, acarretou a cassação do registro eleitoral do Partido em 1947 bem como a cassação dos mandatos parlamentares em 1948. A partir desse momento, o partido deu um giro de 180 graus: sem considerar sua força real, insuficiente para garantir a sua

própria legalidade, numa posição irrealista, passou a exigir a renúncia do presidente da República, Eurico Gaspar Dutra.

Essa esquerdização do PCB se refletiu em várias esferas, em especial, na retomada de uma concepção militarista de organização partidária, excessivamente centralizada e antidemocrática. Não fora a luta contra a bomba atômica, a favor da paz, e pelo monopólio nacional do petróleo, é possível que o Partido houvesse desaparecido, pois a luta política se utilizava, algumas vezes, de métodos nada pacíficos. Este dualismo, denominado por (BRANDÃO, G. M., 1997) como as “duas almas do PCB”, acompanha o partido, sob distintas formas, ao longo de sua história: o embate se dá entre “...a alma civilista e institucional, propositiva, parlamentar e democrática, de um lado, e a de viés insurrecional e golpista, mais tenentista do que marxista, mais positivista do que dialética, mais voluntarista que analítica...”

Esta política estreita assumiu seu auge com o *Manifesto de Agosto de 1950*. O Partido sofre graves revezes e termina por se isolar. Sob forte influência das teses revolucionárias recém vitoriosas na China, em 1949, o PCB tenta transplantar a Revolução Chinesa para o Brasil e se marginaliza do processo real brasileiro cometendo novos equívocos com relação ao governo Vargas (1950-1954).

Sem um balanço profundo e uma conseqüente autocrítica, esta política foi sendo abandonada a partir de 1952. Apenas nas proposições aprovadas no IV Congresso, em 1954, pode-se perceber, ainda que de uma maneira incipiente, que a política adotada nos últimos anos era equivocada, e busca uma nova inflexão. Mas a nova saída política não ocorre de imediato. Devido ao centralismo democrático as resistências são grandes, e o novo caminho só terá fôlego a partir do momento em que a URSS e o Movimento Comunista Internacional (MCI) imprimem mudanças após a denúncia do culto à personalidade de Stalin, e as graves conseqüências advindas do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956. Como Stalin dirigira o PCUS e o governo soviético por três décadas (1924-1953), as denúncias provocaram um enorme impacto no MCI e, em particular, no PCB.

Mesmo com perplexidades, incompreensões e vacilações, o PCB começa a rever sua política, sua prática e sua teoria da revolução brasileira. Abria-se um processo de desestalinização mas, as mudanças radicais só aparecerão, dois anos depois após um acirrado debate interno.

A *Declaração de Março de 1958*, constitui uma virada histórica nas concepções pecebistas sobre o Brasil e o mundo. Nela se coloca, pela

primeira vez, a possibilidade real de uma transição pacífica ao socialismo em uma série de países, inclusive no Brasil. Nela se reconhece que o caminho pacífico para o socialismo no Brasil será resultado da *democratização crescente* da vida nacional; da ação do movimento operário dentro da *legalidade democrática* (e do aperfeiçoamento desta legalidade a favor das massas); da utilização de todas as *formas legais de luta*; da ação parlamentar e extraparlamentar do Partido e das demais *forças democráticas*; da resolução pacífica dos problemas do Brasil com a *acumulação gradual, mas incessante, de reformas democráticas profundas* nas estruturas econômicas e políticas chegando até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento do país. A questão democrática é incorporada ao discurso partidário, não sem dificuldades, como sendo o eixo de uma política que visualiza uma transição pacífica ao socialismo. A *Declaração* altera até a política de alianças do PCB, que passa a ser mais aberta, flexível e pluralista, buscando com isso unir todos os setores democráticos e nacionalistas para as tarefas que se apresentassem em cada situação concreta (CARNEIRO PESSOA, R. X., 1980).

A *Declaração de Março de 1958* marca uma ruptura com determinadas concepções políticas e uma certa visão de mundo e, apesar de avanços e recuos, deu grandes passos rumo à democratização interna e externa. A partir de 1958, o PCB começa a lutar pela sua legalidade e procura influir no processo real através de uma política de amplas alianças com outras forças políticas de inspiração nacionalista e democrática. O PCB cresce e retoma os espaços perdidos em decorrência da política delineada no *Manifesto de Agosto de 1950*.

O contexto internacional gera contradições e obstaculiza este processo de renovação: de um lado, o PC da China, com sua visão de revolução terceiro-mundista; e, do outro, o impacto da vitória dos movimentos guerrilheiros cubanos, em 1959. Esses dois fatos recolocam no Brasil as teses favoráveis à luta armada pelo socialismo. Novamente, fatores externos (XX Congresso do PCUS, as teses terceiro-mundistas do PC da China e a Revolução Cubana) têm forte influência e reforçam tendências internas que se chocavam entre si. Apesar disso tudo, em Conferência Política Nacional, realizada em 1962, o PCB reafirmou o caminho pacífico para o socialismo. Como consequência, um grupo rompeu definitivamente com o processo de renovação iniciado com a *Declaração de Março de 1958* e decide sair do PCB para fundar o PCdoB.

No início da década de 60, o Brasil assistiu ao surgimento de diversos grupos e organizações que se contrapõem à linha política do PCB. Além do já citado PCdoB que, sob influência maoísta, passa a organizar a guerra popular prolongada no campo, surge, na esteira da Revolução Cubana, a Política Operária (POLOP) e, na esteira do Concílio Vaticano II, a Ação Popular (AP).

As raízes da POLOP estão na Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que formou, em fevereiro de 1961, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), a partir da fusão com círculos estudantis provenientes da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, da Liga Socialista de São Paulo, simpatizantes de Rosa Luxemburgo, alguns trotskistas e dissidentes do PCB do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. Entre seus fundadores encontram-se intelectuais como Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira e Paul Singer.

A origem da AP é mais singular e heterodoxa na medida em que, diferentemente do PCdoB e da POLOP, não se filiava à herança marxista. Fundada como movimento político em 1963, contou em sua origem com um forte contingente de jovens egressos do movimento católico leigo e só após o golpe de 1964 esta organização buscou uma filiação na tradição marxista-leninista. (Dias, R. B., 2008)

Após o golpe militar de 1º de abril de 1964, que destituiu o governo democrático de João Goulart, a situação interna e externa do PCB havia se agravado sobremaneira. No pós-64, as divergências entre aqueles que permaneceram no PCB se recolocaram de outra forma. A discussão se acirrava entre os que entendiam que a política do PCB, anterior ao golpe, foi muito direitista, não preparando as massas para resistir ao golpe *militarmente* e os que entendiam que a política foi muito esquerdista, dando ensejo à direita para prepará-lo. Entre os que entendiam que a única forma de derrotar a ditadura era a luta armada e os que compreendiam que esta só seria derrotada por uma ampla frente de massas. Apesar da primeira visão ter muita força, sobretudo, nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, no *VI Congresso do PCB*, realizado em dezembro de 1967, na mais estrita clandestinidade, a tese vencedora foi “... mobilizar, unir, e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial, para sua derrota e a conquista das liberdades democráticas...” (Carneiro Pessoa, R. X., 1980). Consolidava-se assim uma política que tinha como eixo a democracia, na medida em que apontava

para a luta democrática pelas liberdades como o caminho para derrotar politicamente a ditadura militar, por meio da formação de um amplo arco de alianças de forças, em combinação com a pressão organizada dos movimentos sociais. (Almeida, F. I., 2002)

Por sua vez, os derrotados formaram, inicialmente, o Grupamento Comunista em São Paulo que deu origem à Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Corrente no Rio de Janeiro, que em seguida deu origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ambos sob a liderança de dirigentes comunistas experientes, o primeiro liderado por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira e o segundo por Mario Alves Vieira, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. A dissidência estudantil da Guanabara deu origem ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Não cabe, neste trabalho, entrar em minúcias sobre a diferença entre todas estas organizações. O fato concreto é que todas elas, diferentemente do PCB, só enxergavam a solução militar para derrotar a ditadura, seja dando prioridade ao foco urbano ou rural.

A POLOP tentou articular uma guerrilha contra o regime militar ainda em 1964, no Vale do Rio Doce, abortado no seu nascedouro, na fase de planejamento pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Esse projeto de guerrilha dá origem em 1967, à guerrilha de Caparaó, liderada por militantes do Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Ainda em 1967, uma cisão da POLOP deu origem ao Comando de Libertação Nacional (Colina) em Minas Gerais, enquanto em São Paulo, uma “ala esquerdista” da organização uniu-se a militantes remanescentes do MNR para constituir a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Por sua vez em 1969, remanescentes da VPR e da Colina se uniram para formar a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR Palmares). Os militantes restantes se aproximaram da Dissidência Leninista do PCB no Rio Grande do Sul para criar o Partido Operário Comunista (POC). Em abril de 1970, um grupo de militantes desligou-se do POC para reconstituir a POLOP e realizar um trabalho doutrinário junto aos operários.

Por outro lado, os grupos egressos do PCB estavam se estruturando, a partir do final de 1967, para criar o foco (Debray,s/data), praticando assaltos a bancos e carros pagadores, tendo realizado quatro sequestros, junto com outros grupos, com o objetivo de libertar companheiros presos das garras da repressão. Surge o Movimento de Libertação Popular (Molipo), como cisão da ALN, quando esta também faz autocrítica e tenta sair da luta armada para retornar à política. O PCdoB também sofre cisões quando

surgem a Ala Vermelha no centro-sul do país e o Partido Comunista Revolucionário (PCR) no Nordeste e a AP, do mesmo modo se divide em duas alas, a de linha chinesa e a de linha cubana, sendo que a primeira acaba se incorporando ao PCdoB, na primeira metade dos anos 70.

De todo modo, as organizações se fragmentaram em dezenas de siglas e foram dizimadas pela repressão por várias razões: infiltração dos órgãos de repressão, debilidade de organização e principalmente devido a uma política heroica, porém, equivocada. Não só por desprezar a organização popular mas, também, porque a ditadura se encontrava em seu auge de prestígio, com o “milagre econômico”. Os grupos armados se isolaram no gueto.

O PCdoB, com a sua visão maoísta de “o campo cercar e dominar as cidades”, passou três anos, em plena região amazônica, organizando e treinando política e militarmente rapazes e moças, em sua expressiva maioria estudantes universitários, os quais, junto com camponeses recrutados, compuseram a chamada Guerrilha do Araguaia. Inexperientes e enfrentando tropas do Exército e da Aeronáutica muito bem treinadas no país e no exterior em ações de contra-insurgência, os guerrilheiros também acabaram derrotados, perdendo um grande contingente de quadros jovens.

Enquanto isso, o PCB manteve sua política de aproveitar e ampliar todos os espaços para a luta política apesar da forte pressão ideológica externa que sofria. Nesse quadro externo desfavorável à política do PCB, estava o PC chinês e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), sediada em Havana, Cuba. Ressalte-se que em encontro, realizado em agosto de 1967, o PCB foi o único partido latino-americano a não assinar aquela resolução - que na prática propunha a luta armada em toda a América Latina -, posto que ela contrariava a política defendida por ele. Mas a pressão também surgia de forma inusitada até do Partido Comunista Italiano (PCI), defensor de uma política centrada na democracia em seu próprio país, mas que, inexplicavelmente, passou a apoiar as teses das correntes esquerdistas favoráveis à luta armada no Brasil.

Ainda no plano internacional, é preciso assinalar as mudanças ocorridas na URSS, em 1964, com a deposição de Nikita Khrushchev e a ascensão da tróika, liderada por Leonid Brezhnev, que, na prática, congelou as mudanças iniciadas após o XX Congresso do PCUS. Esta tendência se aprofunda com a reação do Tratado de Varsóvia contra o processo de “socialismo com face humana” em curso na então Checoslováquia, de Alexander Dubcek, reação que acabou sufocando a “Primavera de Praga”, em agosto de 1968.

Assim, apesar de todo um quadro internacional adverso, o VI Congresso do PCB, em fins de 1967, conseguiu aprovar como centro da tática política a luta pelas liberdades democráticas. Apesar do contexto internacional em que forças poderosas do Movimento Comunista Internacional estavam contra a política aprovada no VI Congresso, este teve grande importância na consolidação de uma linha política democrática no combate à ditadura. Mas a política aprovada no VI Congresso será novamente contestada por fatores externos no momento em que o conjunto partidário começava a assimilá-la e colocá-la em prática. A derrota do governo democrático de Salvador Allende no Chile, derrubado por um golpe militar em 1973, era uma prova cabal para parcelas da esquerda do espectro partidário e de outras formações políticas de que o caminho democrático era inviável e a luta armada inevitável. O PCB, porém, mantém como eixo de sua política a luta pelas liberdades democráticas. Continua se empenhando na formação de um amplo arco de forças sociais e políticas, a chamada frente democrática, que poderia vir a ser composta inclusive por aqueles que se deslocassem do eixo gravitacional da ditadura e que também almejassem a conquista das liberdades. Essa tática deu certo e ela se manifestou correta nas eleições parlamentares de 1974. Nelas, a ditadura sofreu uma fragorosa derrota político-eleitoral e as forças democráticas avançaram de forma muito significativa. A partir de então, despertam as tendências à democratização da vida nacional; a classe operária volta a se inserir na vida política e o regime procura então, se auto-reformar. Pressionado pelo clamor das urnas, o regime inicia a abertura. Mas, diga-se, essa embrionária abertura foi altamente contraditória. Naquele momento, o PCB atuava dentro do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Procurava-se implementar a tática de luta pelas liberdades democráticas e formação da frente democrática, ocupando todos os espaços legais possíveis. Após os resultados de 1974, o PCB passa a sofrer uma brutal repressão uma vez que a ditadura o via como o artífice da política oposicionista vitoriosa (Skidmore, T., 2000) e, de fato, foi a partir da política formulada pelos comunistas, que ela tinha sofrido aquela derrota eleitoral. O PCB não recuou de sua atividade política, apesar da repressão que não apenas lhe fez perder cerca de dez dirigentes nacionais, assassinados friamente em câmaras de tortura, mas que impôs o deslocamento dos quadros mais importantes do seu Comitê Central para a Europa. A avaliação era de que a tática estava correta e vinha se fortalecendo.

Em 1978, a ditadura sofre novas derrotas eleitorais. O movimento democrático passa a crescer e a ganhar amplos setores da sociedade brasileira, forçando assim a ditadura a rever seu projeto estratégico. Como exemplos podem-se citar a conquista da anistia de 1979, que permitiu o retorno ao país dos exilados, e o rompimento do bipartidarismo em 1980, quando se permitiu a constituição de outros partidos políticos, inclusive de esquerda. Aqui cabe um parêntese. Até o fim do bipartidarismo, existiam apenas dois partidos legais: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Quando esse sistema é alterado, surgem o Partido Democrático Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Popular (PP) de existência efêmera e o Partido dos Trabalhadores (PT). O regime militar não permitiu a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Mesmo quando os demais partidos já dispunham de liberdade para atuar, inclusive participando nas eleições de 1982, os dois partidos comunistas continuavam ilegais, proibidos de atuar livremente e atuando no interior do PMDB.

Com a volta dos dirigentes do PCB que se encontravam no exílio, além das articulações políticas e sociais iniciadas em várias frentes, e a retomada do processo de reorganização partidária, o CC lançou, no dia 1º de maio de 1980, um semanário de caráter nacional, *Voz da Unidade*, colocado à venda nas bancas das capitais de todo o país. Ao lado dessas iniciativas, ocorria nova turbulência interna. Luiz Carlos Prestes, seu secretário-geral por mais de quatro décadas, lançou uma “Carta aos Comunistas”, na qual assume uma posição esquerdista e se distancia das posições consensuais do núcleo dirigente sobretudo quanto à aposta no processo de democratização do país. Ele ingressa, então, no PDT, o partido de Brizola. Há uma outra ala, de menor peso político interno no PCB, que pretendia seguir os eurocomunistas e que também deixa o partido e tenta se organizar em torno da revista teórica *Presença*. Porém, a maioria dos membros do CC, a partir de então sob a liderança de Giocondo Dias, entendia que o importante seria lutar pelo fim do entulho autoritário, pela legalização do Partido e por uma Constituinte democrática, para somente após a redemocratização completa do país cuidar da questão externa. Isso acabou se mostrando correto na medida em que, apesar do regime autoritário estar em seus estertores, em dezembro de 1982, quando se realizava o VII Congresso em defesa da legalização do PCB, os dirigentes nacionais e os

delegados ali presentes foram presos. Mas o tiro saiu pela culatra. Ao prender os comunistas, que estavam se reunindo abertamente e de forma pacífica, a ditadura colocou no debate nacional o tema da questão comunista. Durante todo o ano de 1983, os que haviam sido presos ficaram respondendo a processos nos tribunais.

O PCB, bem como o PCdoB, acabaram conquistando sua legalidade, em 1985, no governo do presidente José Sarney, vice de Tancredo Neves eleito ainda de forma indireta, em um Parlamento que já não representava a nova correlação de forças existente no país. Sarney assumiu o governo porque Tancredo faleceu na véspera de sua posse. Os PC's voltam à luz do dia, cinco anos depois dos demais terem se legalizado e se estruturado. Em 1986, o PCB e o PCdoB legais participam, pela primeira vez, das eleições parlamentares, após 39 anos da cassação dos mandatos comunistas, em janeiro de 1948. Embora o resultado eleitoral tenha sido pífio para ambos, os três deputados federais eleitos pelo PCB (Augusto Carvalho, Fernando Santana e Roberto Freire) honraram o mandato comunista a ponto de o saudoso Ulisses Guimarães, presidente do Congresso Constituinte, ter afirmado que esta bancada de três equivalia a uma de trinta deputados.

O VIII Congresso do PCB, o primeiro legal em toda a existência do Partido até então, realizou-se em setembro de 1987, em Brasília – DF. Nele, o Partido aprofunda sua visão da democracia e coloca como centro de sua atividade recompor o PCB legal. Com a morte de Giocondo Dias, é eleito principal dirigente partidário Salomão Malina. A fim de obedecer à legislação partidária em vigor, foi preciso, naquele momento, continuar legalizando o Partido em vários estados da Federação. Os longos anos de ilegalidade, repressão, clandestinidade e de anticomunismo de Estado, deixaram sequelas que dificultaram sobremaneira esta tarefa, tanto do ponto de vista organizacional e material como do ponto de vista político. No plano interno, a representação parlamentar do PCB, embora minúscula, deu importante contribuição na Assembleia Nacional Constituinte, momento privilegiado para o desmantelamento dos entulhos autoritários e a construção de uma institucionalidade democrática para o Brasil.

Do ponto de vista internacional, o PCB avalia positivamente o processo de *glasnost* e *perestroika* (Gorbachev, M. 1986), então em curso na URSS a partir de 1985. A política do novo núcleo dirigente do PCUS, que tinha Mikhail Gorbatchov à frente, apontava em suas linhas gerais justamente o que o PCB já vinha defendendo. Apesar disto, o VIII Congresso não avança na discussão política remetendo-a para o IX Congresso do PCB. O

objetivo do VIII Congresso era unificar o Partido – que atravessava toda ordem de dificuldades e fragilidades orgânicas – com vistas a organizá-lo para participar da vida política nacional, e tinha como centro naquele momento o desmantelamento dos institutos jurídico-políticos discricionários erguidos pela ditadura e a fundação de um Estado de Direito democrático, que estava sendo desenhado no processo constituinte.

NOTAS

* Dina Lida Kinoshita é membro da Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, IEA - USP.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, F. I. (org), *O último secretário – as lutas de Salomão Malina*, Fundação Astrojildo Pereira, Brasília, 2002
2. BRANDÃO, G. M., *A Esquerda Positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1997
3. BRAUN, O., *Chinesische Aufzeichnungen*, Berlin, 1973
4. CARNEIRO PESSOA, R.X., (org), *PCB: vinte anos de política, documentos (1958-1978)*, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1980
5. DEBRAY, R., *Revolução na Revolução*, publicação mimeografada, sem data
6. DIAS, R., B., *A Ação Popular na história do catolicismo*, Revista Espaço Acadêmico, nº 88, setembro de 2008, <http://www.espacoacademico.com.br>
7. GORBACHEV, M., *Perestroika – novas idéias para o meu país e o mundo*, Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1987
8. MALINA, S., última entrevista concedida por Malina antes de seu falecimento, a Rocha, E., publicada pela Fundação Astrojildo Pereira, Brasília, 2002
9. *O Manifesto de Agosto* foi publicado como encarte do jornal “A Classe Operária”, agosto de 1950
10. SKIDMORE, T., *Brasil: de Castelo a Tancredo*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2000
11. SODRÈ, N. W., *História da Burguesia Brasileira*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1976
12. VINHAS, M., *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1982

RESUMEN:

El PCB se caracterizó por el dogmatismo que lo convirtió en una herramienta política y aplicado conceptos de manera mecánica y acrítica. Resultados de la búsqueda a través de políticas interactúan de manera compleja e interdependiente. Uno puede afirmar un vínculo histórico del PCB con el llamado “socialismo real”, identificado con la URSS hasta su colapso en 1991. Con la disolución del partido IC ahora se llama el Partido Comunista de Brasil, uno de los presuntos motivos de revocar su registro de votante en 1947, no debe ser considerado un partido nacional.

Uma breve análise da educação no governo de Getúlio Vargas

Eduardo Zenilto Xavier, Clóvis Sousa
Universidade Gama Filho

RESUMO

O presente da questão da educação brasileira no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e os diferentes objetivos na qual o ensino foi usado pelo presidente em diferentes momentos de seu governo. O governo de Vargas continua sendo um assunto pertinente até os dias atuais uma vez que seus reflexos continuam sendo sentidos na sociedade. Este estudo visa analisar importantes produções quanto ao assunto, e dessa forma realizar um panorama abrangente sobre o tema construindo uma visão mais ampla sobre a educação na Era Vargas.

Palavras-chave: Educação; Vargas; controle; Estado; Estado Novo.

INTRODUÇÃO

A revolução de outubro de 1930 foi um marco dentro do sistema político nacional brasileiro. Através de um golpe político o ex-governador do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, conseguiu destituir do poder o até então presidente do país Washington Luís e consequentemente impediu a posse de seu sucessor Júlio Prestes, candidato da situação, que havia sido vitorioso nas eleições de 1929. A vitória de Prestes só veio a confirmar a verdadeira “máquina” eleitoral que o Brasil vivia, sendo o pleito extremamente marcado por fraudes e arquitetada pelas oligarquias cafeeiras de São Paulo.

O golpe realizado por Vargas põe fim ao período conhecido como República Oligárquica, onde todo o poder político se encontrava nas mãos dos grandes Barões do Café, e insere o país no sistema capitalista internacional. O episódio sinaliza a necessidade de reajustar a estrutura do governo, cujo funcionamento era totalmente voltado para a produção de um único gênero agrícola.

O Primeiro Governo De Getúlio Vargas se insere na história do Brasil como um marco dentro do sistema político econômico nacional, na medida

em que rompe com a estrutura de desenvolvimento existente no país e inaugura um novo modelo.

“O Modelo agrárioexportador foi substituído pelo modelo nacional-desenvolvimentista depois da Revolução de 30, quando Getúlio Vargas sobe ao poder e inicia o período de industrialização no Brasil. Vargas baseou sua administração nos preceitos do populismo, nacionalismo e trabalhismo. A política econômica passou a valorizar o mercado interno, o que favorecia o crescimento industrial e, conseqüentemente, o processo de urbanização. A Era Vargas marca, portanto, a mudança dos rumos da República, transferindo o núcleo do poder político da agricultura para a indústria.”¹

DESENVOLVIMENTO

Até os anos de 1930 o Brasil era marcado por ser um país basicamente rural, com aproximadamente 70% de sua população vivendo nos campos². Sua economia era extremamente baseada na produção cafeeira, e tinha nesse produto o nosso principal gerador de divisas e, portanto responsável pela estabilidade financeira do Estado e o acesso ao crédito externo.

“Foi sempre argumentado que o café era um ativo nacional e não regional, que dele dependia a economia de outros estados, a indústria, a nossa estabilidade cambial e financeira, que os representantes políticos dos interesses agroexportadores exigiram e justificaram o tratamento especial dado a São Paulo através dos vários esquemas de valorização do café.”³

Ao se tornar o principal produto da economia brasileira, o café gerou não somente um crescimento econômico como também um enorme poder aos grandes produtores do insumo. Antes de 1930 esses fazendeiros detinham todo o poder político nacional em suas mãos e o país ficava refém de políticas com o único e exclusivo objetivo de enriquecê-los.

Ao chegar ao governo, Vargas inicia uma política de transformação das bases econômicas do país e esse processo passava pela quebra com o regime tradicional oligárquico. Entretanto, o até então presidente sabia que não podia romper completamente com os Barões do Café, uma vez que colocá-los fora do processo implicaria na possibilidade da industrialização não se concretizar, pois, para o bem e para o mal, eram eles que possuíam os insumos necessários para iniciar o processo.

O ambicioso projeto desenvolvimentista de Vargas tinha também como um importante propulsor o investimento do capital estrangeiro, que permitiria ao Brasil dar o pontapé no complexo processo de industrialização.

Até a década de 30, a Grã-Bretanha dominava a maioria dos investimentos estrangeiros dentro do país, embora a participação dos Estados Unidos tivesse crescido de forma exponencial na virada do século. Em 1930, metade do capital estrangeiro era britânico e um quarto tinha origem americana⁴.

A quebra da Bolsa de Nova York promove uma verdadeira crise econômica diante da drástica redução de exportação do produto. Como consequência dessa grave crise, o Brasil conviveu com um momento de grande abalo social marcado por desemprego, baixos salários, habitações supervalorizadas, sistema de saúde precário, êxodo rural e outros tantos.

O abalo social provocado pela crise econômica internacional atingiu drasticamente todos os segmentos da vida do trabalhador brasileiro, inclusive a educação. O direito de todos os brasileiros terem acesso a uma educação primária e gratuita constava de todas as constituições brasileiras desde a primeira criada ainda no império em 1824, mas somente depois de 1930 o governo federal passou a atuar de forma mais concisa nesse aspecto.

“Apenas trinta em cada mil crianças completavam o curso primário quando Vargas chegou ao poder. Não havia coordenação entre as políticas educacionais para os diferentes níveis de ensino, e o número de escolas era muito pequeno, pois o Brasil era um país rural. Embora Vargas fizesse promessas relacionadas à educação na maioria dos seus discursos, e desse a impressão de estar genuinamente preocupado com a necessidade de uma reforma, o censo de 1940 revelou que menos de um quarto das crianças em idade escolar abaixo de catorze frequentava a escola.”⁵

Logo após o golpe, Vargas dá início ao seu projeto de modernização do país, que dependia de transformações em setores vitais da sociedade. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Ministério da Educação e Saúde Pública (Francisco Campos), além da dissolução do Congresso Nacional e a criação do cargo de interventor federal.

Como primeiro ministro da Educação nomeado no Brasil, Francisco Campos determinou significativas reformas do ensino com a efetivação de decretos em 1931. Pela primeira vez na história do país uma reforma

atingia profundamente a estrutura do ensino brasileiro. Era o início de uma ação mais efetiva e direta do Estado em relação a educação para todo o território nacional.

- “Decreto nº 19.851, de 11/04/1931. Organização do Ensino Superior no Brasil e adoção do regime universitário;
- Decreto nº 19.852, de 11/04/1931. Organização da Universidade do Rio de Janeiro.
- Decreto nº 21.241, de 14/04/1931. Reforma do ensino secundário e estabelecimento do currículo seriado; frequência obrigatória, com dois ciclos: um fundamental, de cinco anos, e outro complementar, de dois anos; exigência de habilitação em ambos para o ingresso ao ensino superior (imperava antes o ensino preparatório de exames parcelados).
- Decreto nº 20.581, de 30/6/1931. Reforma do ensino comercial que, entre outras providencias, organizou essa modalidade nos níveis médio e superior e regulamentou a profissão do contador.
- Decreto nº 10.850, de 11/4/1931. Criação do Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo máximo destinado a assessorar o Ministro na administração e direção da educação nacional. Foi formado por membros representantes das universidades e dos institutos federais de ensino, do ensino superior estatal, do ensino secundário federal e membros escolhidos livremente entre personagens considerados de alto saber e reconhecida capacidade em assuntos relacionados à educação e ao ensino. “6

Como pode ser visto, é necessário fazer uma ressalva quanto ao processo de criação do ensino superior no Brasil. As primeiras instituições de ensino superior foram fundadas durante a permanência da família real portuguesa no Brasil, de 1808 a 1821, com a Faculdade de Medicina da Bahia em Fevereiro de 1808 e a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Novembro de 1808. No entanto, a primeira organização desse ensino em Universidade, por determinação do governo Federal, só apareceu em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro. A partir do Ministério de Campos, foi reorganizada a Universidade do Rio de Janeiro, em 1931, e posteriormente, em 1934, foi fundada a Universidade de São Paulo. Em 1935, o então secretário da Educação criou a Universidade do Distrito Federal e no mesmo ano a Universidade de Porto Alegre.

A reforma de Campos, porém deixou de apreciar os ensinos primário e normal, além dos vários ramos de ensino médio profissional, salvo o

comercial. Tratou preferencialmente de organizar o sistema educacional das elites, como afirma Jurandir dos Santos, fato este que podia ser comprovado com a obrigatoriedade de se prestar exame para admissão ao ensino médio, no qual se exigiam conhecimentos jamais fornecidos pela escola primária. O ensino secundário também tinha uma forte carga elitista com sistema de avaliação extremamente rígido; o currículo enciclopédico (média de 102 disciplinas anuais) era extremamente exigente e exagerado quanto ao número de provas e exames.⁷

O País mudava e tinha na industrialização o carro chefe para tais transformações, com isso a educação passa a ser um tema de grande relevância na esfera da sociedade e alvo de grandes debates promovido por intelectuais do calibre de Francisco Campos, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio de Teixeira.

“A renovação educacional no início da Segunda República estava alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira.”⁸

Os pioneiros tiveram um papel um tanto quanto proeminente na defesa de um sistema nacional de educação, e o período pós-1930 acabou se constituindo em um verdadeiro palco de disputa de orientações para a definição dos novos rumos da educação no país. O movimento intelectual voltado para a educação absorveu muitos dos mais importantes modelos externos do momento.

“Da França, os pioneiros retiveram a convicção de que era preciso criar um sistema nacional de educação sob a liderança e condução do Estado. Dos Estados Unidos, mantiveram o exemplo da extensão democrática com a propagação de uma escola pública, laica e gratuita. Mantiveram também a crença de que pela ciência se construiria educação de qualidade. A mescla desses dois modelos nas variantes apontadas – ênfase no sistema, no papel do Estado, na ciência e na reestruturação da sociedade pela educação – aproximou um leque amplo de intelectuais de orientações ideológicas muito distintas que estiveram às voltas com o empreendimento do pós-1930.”⁹

Os líderes do movimento em favor do ensino único elaboraram um documento intitulado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)”

que tinha aspirações liberais. O ensino laico que passava a ser defendido pelos novos intelectuais se esbarrava nos interesses das oligarquias rurais e na Igreja Católica, que viam os problemas do Brasil como resultado da crise moral desencadeada com a separação da Igreja do Estado, iniciada com a Proclamação da República em 1889, quando a primeira passa a perder o prestígio que até então vinha exercendo.

Segundo Carlos R. Jamil Cury, desde o início do Governo Provisório de Vargas (1930-1934), o presidente buscava uma forma de adotar as tendências laicizantes de modo a não ferir os interesses da Igreja Católica.¹⁰ O confronto entre os pioneiros e a igreja católica conseguiu ser amenizado quando na Constituição Federal de 1934 o ensino religioso passou a integrar o currículo das escolas públicas primárias, secundárias e profissionais.

O documento tinha como objetivo renovar a educação tradicional vigente na época que não combinava mais com as pretensões modernizantes do país, e a nova proposta era pautada na aplicação da verdadeira função social da escola. O documento exalta, portanto o exercício dos direitos dos cidadãos brasileiros no que se refere ao campo da educação, dentre eles podemos destacar: a educação pública, a escola única, a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade da educação.

O movimento fazia duras críticas ao sistema educacional brasileiro existente no momento, pois dividia de forma bem explícita a educação em dois subsistemas – o ensino primário e o profissional para os mais carentes e o ensino secundário e superior para a parcela mais rica da sociedade.

A partir da análise de Jurandir Santos, percebemos que a Constituição Federal de 1934 se estabelece como um marco para o processo educacional brasileiro na medida em que representa em sua quase totalidade uma vitória do movimento renovador dos Pioneiros. Em seu Capítulo II – Da Educação e da Cultura:

- “O Artigo 148 concebe a educação como direito de todos e dever dos poderes públicos e da família;
- O artigo 150 refere-se à fixação de um Plano Nacional de Educação;
- No artigo 151, nota-se a vitória da luta pela descentralização do ensino; e
- Os artigos 156 e 157 propõem a organização de recursos fixados para a educação.”¹¹

No dia 10 de Novembro de 1937, Getúlio Vargas aplica um novo golpe governamental que dá início ao Estado Novo (1937-45). Sem grandes reações contrárias, o golpe tinha como pretexto a “descoberta” de um

plano comunista atribuído a um judeu que se intitulava Cohen – Plano Cohen -, que expressava a ameaça “judaico-comunismo internacional”¹². Com o motivo de defender a nação dos perigosos inimigos externos, Vargas inicia o endurecimento do regime de seu governo com a destituição da Constituição de 1934 (segunda texto que ele “rasgava”; o primeiro foi a de 1891) e a elaboração de uma nova.

A Constituição de 1937, implantada no mesmo dia do anúncio do golpe, tinha um caráter autoritário e centralista e, portanto rompia com a tradição liberal dos textos constitucionais anteriormente vigentes no país. Quanto à educação o texto constitucional de 1937, não se preocupava em enfatizar o papel do Estado como educador, preferindo adotar suaves fórmulas para gerir o problema.

No período do Estado Novo, Getúlio passa a mudar seu foco sobre o papel da educação no novo modelo político. Enquanto na primeira fase de seu governo (1930-1937), o presidente demonstrava uma admirável preocupação no papel de formação de uma nova classe trabalhadora, em seu segundo governo o “Pai dos Pobres” aponta para uma nova função na qual o ensino poderia promover, sem esquecer, contudo do seu papel principal e inicial.

“Já em Janeiro de 1936, Vargas escrevera a Oswaldo Aranha em Washington dizendo que o “vírus do comunismo nos contaminou mais cedo e com maior intensidade do que poderíamos imaginar.” Eliminar a ameaça comunista não seria suficiente, acrescentou. O povo brasileiro precisaria de “estímulos moral e ideologicamente saudáveis”, prosseguiu, contando a Aranha que tencionava coordenar os esforços do Ministério da Educação, do estado-maior do Exército e da Liga de Defesa Nacional para desencadear uma campanha nacional.”¹³

Algumas semanas após essa troca de mensagens entre Vargas e Aranha, Gustavo Capanema criou uma comissão especial do Ministério da Educação para censurar obras de literatura infantil e também anunciou uma série de conferências cuja abertura se tratava de uma palestra de Alceu de Amoroso Lima - da Ação Católica, além de fundador e secretário-geral da Liga Eleitoral Católica (LEC) - sobre a ameaça imposta à educação pelo comunismo.

O período de 1937 a 1946 representa um intervalo nas lutas ideológicas em torno dos problemas sociais e são decretadas as Leis Orgânicas de

Ensino. Segundo Paulo César de Souza Ignácio, tais leis foram na verdade um conjunto de *Decretos-Lei*, elaborados por uma comissão de “notáveis”, presidida por Gustavo Capanema e outorgado pelo presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo. As Leis Orgânicas ou Reforma Capanema, como também ficou conhecida, tinha como objetivos mais específicos a reforma e padronização de todo o sistema nacional de educação.

O ministro da Educação estabelecia deste modo uma tentativa de adequar o sistema nacional de educação à nova ordem política, econômica e social que se configurava no Brasil, mostrando desta forma que o papel de formação de mão de obra para as empresas, por parte do ensino, nunca fora completamente esquecido. Naquela época, a intensificação do capitalismo promoveu a expansão do setor terciário urbano e a composição de uma classe média, do proletariado e da burguesia industrial, alterando as bases sociais e econômicas do país. Tais reformas se constituíam em:

- “Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942 – Cria o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial);
- Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Industrial;
- Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942 – “Lei” Orgânica do Ensino Secundário;
- Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943 – “Lei” Orgânica do Ensino Comercial;
- Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Primário;
- Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Normal;
- Decretos-lei nº 8.621 e 8.622, de 10/01/1946 – Criam o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e;
- Decreto-lei nº 9.613, de 20/08/1946 – “Lei” Orgânica do Ensino Agrícola.”¹⁴

Segundo Remi Castioni, o Sistema S, originalmente formado pelo SENAI e pelo SENAC, se constituiu no principal mecanismo de formação profissional dos trabalhadores que migraram do campo para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida. Tais políticas estruturadas à época tinham o intuito de atender as necessidades dos industriais no que se refere à qualificação profissional. No período de quarenta anos, entre 1940 e 1980, 35 milhões seguiram esse caminho.¹⁵

Vargas nomeia o então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Valdemar Galvão para fazer o acompanhamento dos “cursos de aperfeiçoamento profissional”, fato este que desagradou Capanema (Ministro da Educação e Saúde) que defendia que o ensino industrial ficasse a cargo da área da educação.

O artigo 4º do decreto-lei nº1.238, de 2 de maio de 1939, obrigava as empresas a realizar “cursos de aperfeiçoamento profissional”, portanto o encargo da profissionalização dos trabalhadores, mesmo que financiado com recursos públicos, se manteve na mão dos empresários e de seus organismos de classe.¹⁶ Fato este que somente confirmava os reais interesses de Vargas no processo de desenvolvimento de mão de obra para o projeto industrialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos no presente trabalho o processo de transição na qual a educação brasileira passa durante o governo de Getúlio Vargas e como esta foi usada pelo presidente com diferentes objetivos. Vargas tinha a visão de que a educação poderia servir de estratégia para o desenvolvimento industrial do país, uma vez que o ensino se estabelecia como formador de um novo segmento operária voltado para servir aos anseios da nova classe social burguesa brasileira.

A população brasileira era voltada para a produção agrária e, portanto não se adequava as novas necessidades do projeto industrial desenvolvimentista de Vargas, que precisava de uma mão de obra mais especializada para lidar com as rígidas normas fabris e assim extinguir os vícios e a visão preconceituosa que o trabalho possuía.

Getúlio também passa a enxergar a educação como uma forma de controle da massa no seu projeto de ataque ao avanço das ideias comunistas, que passaram a ganhar terreno no século XX na Europa.

NOTAS

- ¹ Alcoforado, Fernando _ **Um Projeto para o Brasil**, 1 ed. Editora Nobel, 2000. pp. 236.
- ² Júnior, Decio Gatti; Araujo, José Carlos Souza _ **Novos temas em história da educação brasileira**, 4 ed. São Paulo; Editora Autores Associados, 2002.
- ³ Perissinotto, Renato Monseff. (1991). **Frações de classe e hegemonia na Primeira República em São Paulo 1889-1930**. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP, datilo. pp. 87.
- ⁴ Baer, Werner _ **A Economia Brasileira**; 3 ed. Rio de Janeiro; Editora Nobel; 2002. pp. 167.

- ⁵ Levine, Robert M. _ **Pai dos Pobres?: O Brasil e a Era Vargas**, 6 Ed. São Paulo; Cia das Letras; 2000. pp. 329.
- ⁶ Santos, Jurandir _ **Educação Profissional e Práticas de Avaliação**; 2 ed. São Paulo; Editora SENAC; 2010. pp. 236.
- ⁷ Santos, Jurandir _ **Educação Profissional e Práticas de Avaliação**; 2 ed. São Paulo; Editora SENAC; 2010. pp. 230-231.
- ⁸ Sander, B. **Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento**; 1 ed. Brasília; Editora Liber Livro; 2007. pp. 402.
- ⁹ Bomeny, Helena _ **Os intelectuais da educação**, 2 ed. Rio de Janeiro; Editora Zahar; 2000; pp. 65.
- ¹⁰ Júnior, Decio Gatti; Araujo, José Carlos Souza _ **Novos temas em história da educação brasileira**, 4 ed. São Paulo; Editora Autores Associados, 2002. pp. 323.
- ¹¹ Santos, Jurandir _ **Educação Profissional e Práticas de Avaliação**; 2 ed. São Paulo; Editora SENAC; 2010. pp. 353
- ¹² Araújo, Maria Celina Soares_ **O Estado Novo - Descobrimdo o Brasil**; 5 ed. Rio de Janeiro; Editora Jorge Zahar; 2000. pp. 209.
- ¹³ Levine, Robert M. _ **Pai dos Pobres?: O Brasil e a Era Vargas**, 6 Ed. São Paulo; Cia das Letras; 2000. pp. 189.
- ¹⁴ Ignácio, Paulo César de Souza _ **Capitalismo, Acumulação Flexível e Educação Profissional no Brasil: polivalência ou politécnica?**; 2001; Dissertação de Doutorado; Educação da Universidade Estadual de Campinas; São Paulo; 2001. pp 45-60.
- ¹⁵ Castioni, Remi _ **O Sistema de Proteção Ao Trabalho No Brasil**, 6 ed. Brasília; Editora Autores Associados; 2011. pp. 55.
- ¹⁶ Vale, Rogério _ **Educação do trabalhador: para além dos consensos fáceis**; 1 ed. São Paulo; Editora Mauad; 2001. pp. 126.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fausto, Bóris; **A Revolução de 1930: historiografia e história**; *Apud Dea* Fenelon, Ribeiro; **50 Textos de História do Brasil**; 3 ed. São Paulo; Hucitec; 2000.
- Alcoforado, Fernando; **Um Projeto para o Brasil**; 1ed. Rio de Janeiro; Editora Nobel; 2000.
- Júnior, Decio Gatti; Araujo, José Carlos Souza; **Novos temas em história da educação brasileira**; 4 ed. São Paulo; Editora Autores Associados, 2002.
- Santos, Jurandir; **Educação Profissional e Práticas de Avaliação**; 2 ed. São Paulo; Editora SENAC; 2010.
- Araújo, Maria Celina Soares; **O Estado Novo - Descobrimdo o Brasil**; 5 ed. Rio de Janeiro; Editora Jorge Zahar; 2000.
- Castioni, Remi; **O Sistema de Proteção Ao Trabalho No Brasil**; 6 ed. Brasília; Editora Autores Associados; 2011.
- Vale, Rogério; **Educação do Trabalhador: para Além dos Consensos Fáceis**; 1 ed. São Paulo; Editora Mauad; 2001.

Baer, Werner; **A Economia Brasileira**; 3 ed. Rio de Janeiro; Editora Nobel; 2002.

Souza, Angelita Matos; **Estado e Dependência no Brasil, 1889-1930**, 3 ed. São Paulo; Editora Annablume; 2001.

Levine, Robert M. _ **Pai dos Pobres?: O Brasil e a Era Vargas**, 6 Ed. São Paulo; Cia das Letras; 2000.

Bomeny, Helena _ **Os intelectuais da educação**, 2 ed. Rio de Janeiro; Editora Zahar; 2000; pp. 65.

Revista:

Cury, C. R. J. “Ensino religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre igreja e Estado no Brasil”. *Educação em Revista* (1985), Belo Horizonte, UFMG/FAE, n. 17, pp. 20-27, 14 de Setembro de 2007.

Teses:

Ignácio, Paulo César de Souza _ **Capitalismo, Acumulação Flexível e Educação Profissional no Brasil: polivalência ou politécnica?**; 2001; *Dissertação de Doutorado; Educação da Universidade Estadual de Campinas; São Paulo; 2001.*

Perissinotto, Renato Monseff. _ **Frações de classe e hegemonia na Primeira República em São Paulo 1889-1930**. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1991.

Sites:

Marinho, Iasmin da Costa. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>>. Acesso em: 14 de Nov de 2012.

Lima, Alceu Amoroso. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/alceu_amoroso_lima>. Acesso em: 14 de Nov de 2012.

RESUMEN:

Este problema de la educación brasileña en el primer gobierno de Getúlio Vargas (1930-1945), y los diferentes objetivos en los que se utilizó la escuela por el presidente en diferentes momentos de su gobierno. El gobierno de Vargas sigue siendo un tema relevante para el día de hoy como todavía se sienten sus reflejos en la sociedad. Este estudio tiene como objetivo analizar las producciones importantes para el caso, y así lograr una visión global del tema la construcción de una visión más amplia sobre la educación en el estado Vargas.



A integração econômica da América Latina no pós guerra

Esther Kuperman*

RESUMO:

O objetivo deste texto é iniciar um debate sobre o processo de integração econômica na América Latina após a Segunda Guerra Mundial, identificando suas características e levantando algumas questões pertinentes ao tema, ao mesmo tempo em que historiamos a sucessão de mudanças que se desdobraram neste processo.

Palavras-Chaves: Integração econômica – América Latina – Segunda Guerra Mundial

Os sistemas de integração das economias latino americanas através do livre comércio são anteriores à Segunda Guerra Mundial, e tiveram seu desenvolvimento inicial a partir da segunda metade do século XIX, até o princípio da Primeira Guerra Mundial.¹ Sob a influência do liberalismo clássico, estes primeiros processos de integração econômica ficaram reservados à iniciativa dos agentes econômicos privados, muito mais que aos Estados Nacionais. Como consequência desta característica, a integração econômica daquele período tinha caráter meramente comercial, limitando-se a evitar que os Estados impusessem obstáculos à livre circulação de produtos e serviços. Mas foi no período posterior à Segunda Guerra Mundial que a integração econômica da América Latina ganhou maior impulso e vinculou-se às iniciativas dos Estados Nacionais.

As mais importantes tentativas de institucionalizar a integração econômica da região datam do período pós-guerra, mais especificamente do início da década de 1960 e correspondem ao estabelecimento da ALALC ². Entretanto, conforme veremos mais adiante, houve períodos de aceleração e estancamento deste processo de integração, bem como de mudanças nas relações entre os países que compunham as instituições participantes.

Fundamental para o processo de integração regional da América Latina foi a criação da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas ³. Ao longo do século XX a América Latina passava por um processo de desenvolvimento econômico caracterizado pela substituição de

importações e a CEPAL, ao fomentar a integração econômica dos países latino-americanos, será um importante instrumento no processo de substituição de importações pelo qual passava a maioria dos países da América Latina.

Embora o pensamento desenvolvimentista latino-americano (especialmente o brasileiro) possuísse nuances que iam da defesa de que o setor privado deveria ser predominante no processo à defesa da preponderância do setor público (cujo principal defensor era o economista Celso Furtado), passando pela participação do setor público sem caráter nacionalista (cujo principal expoente no Brasil era o economista Roberto Campos), havia uma convergência entre todos estes campos ideológicos no sentido de que seria fundamental que o Estado assumisse a dianteira do processo de integração do continente, pois este seria essencial para garantir o desenvolvimento econômico, uma vez que o comércio seria um dado importante no seu crescimento industrial. Desta forma, a ideia de integração econômica na América Latina através das iniciativas dos Estados Nacionais latino-americanos da criação de órgãos que fossem vinculados às agências estatais que coordenavam este processo, preconizada pela CEPAL, foi bem aceita em todos os campos do pensamento desenvolvimentista latino-americano, o que demonstra a grande adesão às ideias cepalinas e sua importância no continente.

A partir das propostas da CEPAL foi criada a ALALC, em fevereiro de 1960, através do Tratado de Montevideu. A Associação buscava construir um modelo de integração regional com o objetivo de promover o intercâmbio econômico entre os países latino-americanos visando garantir estímulos para seu desenvolvimento. Para seus fundadores isto seria possível através da criação de um mercado comum regional, configurando uma zona de livre comércio que ampliasse as trocas comerciais, eliminando as medidas protecionistas que constituíam um obstáculo à compra e venda de produtos e serviços, tudo isto em um prazo de doze anos.

A principal proposta da ALALC era a ampliação dos mercados e a liberalização do intercâmbio. O projeto seria implementado através da redução de tarifas obtido com negociações multilaterais, produto a produto, eliminando, também, as restrições não tarifárias:

Em outras palavras, o Tratado constitutivo estabelecia como instrumentos para alcançar o objetivo proposto as chamadas listas nacionais e listas comuns. As listas comuns consistiam em reduções

tarifárias que as partes contratantes concediam entre si mediante negociações anuais, eram flexíveis no sentido de que as concessões podiam ser retiradas mediante as adequadas compensações. Por outro lado, as listas comuns eram concessões acordadas entre as partes contratantes, mas a inclusão das concessões nas listas comuns eram definitivas.⁴

Com tais particularidades, podemos dizer que a ALALC expressava uma maior participação estatal na definição de projetos de integração econômica do continente, uma vez que estas tarifas e negociações eram feitas entre representações dos diferentes países. Entretanto, embora tivesse esta característica, na prática a Associação servia para garantir os interesses das empresas privadas, especialmente aquelas originárias nos EUA. Neste período várias organizações de integração latino americana serviam a estes mesmos objetivos, ou seja, facilitavam e impulsionavam interesses transnacionais das empresas norte americanas. Tratava-se de organizações multilaterais que envolviam Estados Nacionais, mas que apontavam para interesses específicos, porque na forma como eram feitos estes acordos, os governos de dois ou mais países concediam redução de tarifas de solicitada pelas empresas que participavam de uma reunião setorial e formulavam um acordo. Mas tais empresas não tinham por objetivo competir entre si. Na verdade havia uma divisão de trabalho, um acordo, através do qual cada empresa especializava sua fábrica em uma determinada linha de produtos, que não seriam produzidos pelas demais. Assim, segundo Ianni

(...) nem o governo nem o público de cada país sabem como evolui a sua dependência de suprimentos externos de produtos que podem ser de importância estratégica ou vital para o bom funcionamento de seu sistema econômico nacional.⁵

Podemos dizer que este tipo de organização da produção e do comércio, representada pela ALALC, consistia numa forma de globalização econômica, que já pode ser encontrada na maneira como se organizavam estes acordos multilaterais. Assim, a ALALC teve como principal característica a institucionalização de relações econômicas de tipo globalizante, ainda nos anos 1960.

Outra forma de integração criada no continente com as mesmas características foi o Mercado Comum Centro-Americano, o MCCA, formado em 1961, pela Organização dos Estados Centro-Americanos,

através do Tratado Geral de Integração Centro Americana, assinado em Manágua em dezembro de 1960. O MCCA tinha por principal objetivo a criação de um mercado comum na região da América Central, tinha como membros: El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Honduras, e Guatemala. Sua organização política estava baseada em encontros dos Ministros da Integração Centro-Americano e presidentes dos Bancos Centrais. O MCCA era formado por entidades comerciais, industriais, financeiras, educacionais, de transportes, saúde e comunicações, especialmente o Banco Centro-Americano de Integração Econômica, o Instituto Centro-Americano de Investigação e Tecnologia Industrial, o Instituto Centro-Americano de Administração Pública e a Comissão Técnica de Telecomunicações da América Central. Apesar de possuir suas bases nas agências estatais dos países formadores e expressar objetivos políticos, pode-se observar que, pelos seus principais componentes, sua finalidade era eminentemente econômica.

Esta também era uma característica de outra tentativa de integração realizada através da Carta de Punta del Este. Em 1961, a reunião realizada em Punta del Este, Uruguai, gerou nova tentativa de integração latino americana: a Carta de Punta del Este.⁶ A Carta era um desdobramento da proposta feita pelo presidente John F. Kennedy em Março de 1961, que visava, na verdade, fazer frente ao que ele definia como ameaça comunista representada pela Revolução Cubana.

Segundo Ianni:

A própria Aliança para o Progresso, criada em 1961, para realizar o programa enunciado na Carta de Punta del Este, não foi senão uma operação de tipo contrarrevolucionário. Sob uma linguagem reformista, a Carta e a Aliança consubstanciaram uma reaglutinação das forças conservadoras e reacionárias do hemisfério. Essa foi a primeira operação pública, de âmbito continental, por meio da qual os governantes dos Estados Unidos e da América Latina mostraram que estavam capitalizando, de modo ativo e organizado, a experiência resultante do sucesso da revolução socialista em Cuba.⁷

Enquanto a ALALC dizia-se voltada apenas para interesses comerciais, a Aliança para o Progresso pode ser identificada como uma explicitação da hegemonia dos EUA na América Latina, uma vez que a Carta de Punta del Este e a Aliança para o Progresso eram importantes manifestações da

presença da Guerra Fria no continente e da intenção norte-americana de construir ferramentas para estancar a influência cubana na região.

Em 1978 os países formadores da ALALC reuniram-se, novamente, com o objetivo de reexaminar o funcionamento da Associação. Neste encontro, além de considerar que uma unidade apenas comercial não seria interessante, um entrave ao funcionamento da Associação foi detectado: as diferentes dimensões e estruturas dos países que formavam a Associação. Estes e outros fatores foram identificados como responsáveis pela ALALC não ter conseguido atingir seu principal objetivo que era um mercado comum na América Latina. Por outro lado, a crise do petróleo, causa dos problemas econômicos por que passavam alguns dos países membros, resultou na crise e inviabilização da Associação nas bases em que estava organizada. Assim, esta reestruturação acabou culminando na criação da Associação Latino-americana de Integração (ALADI).

Com a chegada dos anos 80 e extinta a ALALC, foi criada a ALADI, através do segundo Tratado de Montevideú. Para isso novos objetivos foram definidos, tais como o aperfeiçoamento de um princípio de defesa do bloco latino-americano para enfrentar, no plano do comércio internacional, a nova ordem econômica exigida pela crescente mundialização do mercado, bem como fazer frente à criação da Comunidade Econômica Europeia.

Uma novidade nesta nova articulação foi a participação de países das Américas do Norte (México) e Central (Cuba), em especial este último. A participação cubana neste organismo demonstra forte indício do enfraquecimento político dos EUA no continente. Outra diferença importante entre a ALALC e a ALADI pode ser identificada pelos princípios constantes no documento de fundação da última, especialmente os que apontam para o pluralismo político e econômico de seus membros, o tratamento diferenciado e os necessários ajustes entre economias e sociedades desiguais, assim como a participação de países não membros em algumas das negociações e movimentos realizados pelos países participantes. Além da criação de um mercado comum regional, a ALADI também buscava objetivos mais voltados para as demandas sociais com a garantia de relacionamentos horizontais entre seus membros, o que constituiu uma novidade dentre as instituições latino americanas aqui examinadas, características que podem ser encontradas também no Mercosul, a mais recente proposta de integração econômica da América Latina.

A partir das experiências anteriores surgiu, em 1986, o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) um acordo bilateral entre o

Brasil e a Argentina, construído a partir da Declaração do Iguaçu de 1985 e do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de 1988. Tal como a ALADI, a nova instituição previa a criação gradual de um mercado comum, sem deixar de garantir a flexibilidade o equilíbrio frente às diferenças sociais e políticas, integrando alguns ramos da indústria e da agricultura dos países-membros. Vários outros acordos setoriais foram assinados, prevendo a cooperação em outras áreas como a nuclear.

No entanto, alguns empecilhos retardaram o processo de construção do Mercosul: a partir dos primeiros anos da década de 1990 o modelo inicial de integração através do livre comércio e do câmbio e em moldes setoriais e graduais, sob estrito controle estatal foi substituído por uma outra proposta que preconizava um ritmo mais acelerado e um alcance mais amplo, reduzindo o controle do Estado sobre o processo. Esta última mudança resultou da ascensão e do controle do Estado por parte de grupos marcadamente interessados na consolidação das políticas econômicas neoliberais (especialmente na Argentina e no Brasil, onde tomaram posse Carlos Menem e Fernando Collor, respectivamente, representantes destes grupos).

Apesar desta mudança nos rumos das políticas econômicas dos principais membros do Mercosul, o controle estatal manteve-se de maneira contínua, assim como os acordos setoriais, o que gerou um crescimento significativo do bloco econômico. Como resultado do avanço no processo de globalização as trocas entre as economias nacionais passaram a ter cada vez maior importância, tanto para os setores envolvidos nas negociações quanto para os governos dos Estados-membros. Neste sentido, o peso econômico e político do Mercosul apresentou crescimento acelerado, alcançando importantes volumes de trocas comerciais a partir da segunda metade dos anos 90.

Desde o ano de 1991 este acordo apresentou notável expansão, com a entrada do Paraguai e do Uruguai, transformando-se no Mercado Comum do Sul, cujo objetivo maior seria uma aliança comercial, visando dinamizar a economia regional, envolvendo não só o intercâmbio de mercadorias mas também o de capitais e de mão de obra. Nos primeiros anos o Mercado Comum do Sul consistia em zona de livre comércio, na qual os países membros não cobriam impostos sobre as transações feitas entre si. Em 1995 o Mercado Comum do Sul foi transformado em união aduaneira, na qual havia um acordo de cobrança de taxas iguais para importações dos países que não faziam parte do Mercado. Este fator foi

decisivo para a atração de outros países, resultando na entrada da Bolívia e do Chile.

Alguns analistas consideram que o Mercosul tem sido uma importante ferramenta para fazer frente à hegemonia dos Estados Unidos na América Latina. Consideramos, entretanto, que o Mercosul, da mesma forma que as uniões econômicas que o precederam, não se apresenta como arma de combate ao poder norte-americano, mas sim reflete o processo de crescimento - no caso do período imediatamente após a guerra - ou perda gradual desta hegemonia, no caso das últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI.

NOTAS

- * Doutora em Ciências Sociais pela UERJ, Docente do Mestrado Práticas em Educação Básica do Colégio Pedro II e do Departamento de História da mesma instituição.
- ¹ Trata-se de um período de hegemonia das práticas econômicas liberais, o que correspondia a uma redução da intervenção do Estado na economia.
- ² Associação Latino Americana de Integração
- ³ Criada logo após o final da Segunda Guerra Mundial, tinha por objetivo principal o incentivo à cooperação econômica de seus membros.
- ⁴ KINOSHITA, Fernando. *Da Associação Latino-Americana de Livre Comércio à Associação Latino-Americana de Integração: Notas sobre a integração regional*. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, III, n. 8, fev 2000. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5586>. Acesso em março de 2014.
- ⁵ IANNI, Constantino. *Descolonização em marcha: economia e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- ⁶ Na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos realizada em Punta del Este entre 5 e 17 de agosto de 1961 foram desenvolvidas a Declaração e Carta de Punta del Este, aprovadas por todos os representantes dos países presentes, com exceção de Cuba. A partir destes documentos foi criada a Aliança para o Progresso, que enunciava ser um projeto de união dos países latino americanos para facilitar o desenvolvimento econômico dos países-membros.
- ⁷ IANNI, Octávio. *Diplomacia e imperialismo na América Latina*. Cadernos CEBRAP n. 12. São Paulo: CEBRAP, 1973.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIELSCHOWSKY, R (Org.) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000, v. 2.
- DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- IANNI, Constantino. *Descolonização em marcha: economia e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- IANNI, Octávio. *Diplomacia e imperialismo na América Latina*. Cadernos CEBRAP n. 12. São Paulo: CEBRAP, 1973.

KINOSHITA, Fernando. *Da Associação Latino-Americana de Livre Comércio à Associação Latino-Americana de Integração: Notas sobre a integração regional*. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, III, n. 8, fev 2000. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5586>. Acesso em março de 2014.

LEMONS, Maria Teresa Toríbio Brittes e DANTAS, Alexis T. *América Latina: economia e cultura - tradição e modernidade*. Rio de Janeiro: UERJ/Nucleas, 2013.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *América Latina Contemporânea - Modernização/Desenvolvimento/Dependência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PAIVA, Donizetti Leônidas e BRAGA, Márcio Bobik. *Integração Econômica Regional e Desenvolvimento Econômico: Reflexões sobre a Experiência Latino-americana*. In: RDE – *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano IX. Nº 16, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade de Salvador, Salvador: BA, Dezembro de 2007. pp 61-71.

ABSTRACT:

El objetivo de este trabajo es iniciar un debate sobre el proceso de integración económica en Latino América después de la Segunda Guerra Mundial, objetivando identificar las principales características y planteando algunas cuestiones relacionadas con el tema, ao mismo tiempo que buscamos la sucesión de cambios que se han desplegado en este proceso.

Palabras Claves: Integración Económica – Latino America – Segunda Guerra Mundial

A formação e trajetória política da “nova esquerda” brasileira

Frederico José Falcão¹

RESUMO:

O presente trabalho trata do surgimento do que se formalizou chamar de “Nova Esquerda” no Brasil dos anos de 1960. Essa denominação se refere aos grupos de esquerda revolucionária aparecidos nesse momento histórico, resultados da confluência de diversos fatores, dos quais destacamos: a crise do chamado “Movimento Comunista Internacional”, surgida a partir da divulgação do Relatório Kruschev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, gerador de fortes abalos na hegemonia exercida, na esquerda, pelos partidos comunistas vinculados àquela potência em todo o mundo. No caso brasileiro, tal crise gerou como desdobramento imediato o afastamento de inúmeros militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a abertura de um espaço maior para debates e ações que, na prática, rompiam com um verdadeiro monolitismo do pensamento de esquerda existente até então. É notável, à época, o aparecimento de círculos de debates, em geral no meio universitário, de textos marxianos e de autores marxistas, alguns considerados heréticos pelo stalinismo até então imperante. (LEAL, 2003)

Palavras Chaves: Nova Esquerda – XX Congresso do Partido Comunista - PCB

A crítica, que então se dissemina, ao modelo soviético de construção do socialismo vai receber um enorme reforço quando da vitória dos revolucionários cubanos em 1959. Um tipo de revolução diferente do então pregado pelo PCB, sem a liderança imediata dos comunistas cubanos, representou para toda uma nova geração de militantes, no Brasil e na América Latina, em especial, um alento e um caminho para uma ação, com chances de sucesso, alternativo ao dogmatismo que marcava os pró-soviéticos. A empreitada vitoriosa dos liderados por Fidel Castro, atraiu a solidariedade de grupos socialistas e de amplos setores da juventude brasileira e latino-americana. A luta armada, a reforma agrária radical, o anti-imperialismo e, posteriormente, a definição do caráter socialista da revolução serviram como divisor de águas dentro da esquerda. O PCB foi seguidamente reticente ou dúbio frente aos revolucionários cubanos, enquanto os demais setores defendiam-nos arduamente. Esse processo estimulou

novos grupos, em geral saídos do movimento estudantil, a ampliarem as críticas às opções do PCB de via pacífica para o socialismo, aliança com burguesias nacionais, colocando cada vez mais no dia-a-dia a questão da construção do socialismo. (FALCÃO, 2012)

Um terceiro elemento que influenciou setores da “Nova Esquerda” brasileira foi a disseminação do pensamento de intelectuais católicos que buscavam, através de um referencial crítico, romper com o conservadorismo da Igreja Católica e com suas as ligações tradicionais com o poder dominante. Essa nova tendência acabou por estimular a aproximação de setores de juventude de um pensamento socialista também crítico daquele pró-soviético.

E, por último, mas não menos importante, um outro fator que estimulou o desenvolvimento desses novos grupos de esquerda revolucionária no Brasil foi a crise interna aberta no PCB causada, segundo críticos da direção partidária, pela incapacidade do Partido em se opor ao golpe empresarial-militar de abril de 1964. Esse questionamento levou à ocorrência de diversos fracionamentos no velho “Partidão” que propunham um rompimento com o “pacifismo” da direção e a construção de uma alternativa de luta (em geral armada) contra o novo regime.

A ESQUERDA CATÓLICA SE ORGANIZA: A AÇÃO POPULAR

Dentro do processo de radicalização do quadro político brasileiro e latino-americano é importante demarcar o processo de participação no movimento de massas, de início predominantemente estudantil, dos setores católicos de esquerda que, sob influência de pensadores como Teilhard de Chardin, Jacques Maritain e o padre Henrique Vaz e a partir da Juventude Universitária Católica (JUC), construiriam a Ação Popular (AP).²

Essa organização teria a sua pré-fundação em Belo Horizonte (1961), contando com algumas lideranças sindicais, profissionais liberais, padres e estudantes de tradição jucista. Em um primeiro momento, os documentos formulados pelos articuladores tentariam fundir ideias do humanismo cristão ao marxismo. Com o passar do tempo, porém, as proposições do socialismo revolucionário tornar-se-iam as bases teóricas da Organização. Inicialmente a Ação Popular, que editava um jornal que levava o nome do grupo, era considerada apenas um movimento, mas logo em 1962 seus articuladores realizaram duas reuniões nacionais, primeiro em Belo Horizonte e depois em São Paulo, quando esboçaram seu estatuto ideológico. Seu congresso de fundação só aconteceu em 1963, na cidade de Salvador (BA).

O primeiro grande momento de afirmação da futura AP foi a conquista da presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), no XXIV Congresso da entidade em julho de 1961. Dirigido desde 1957 pelo PCB, o órgão nacional dos estudantes passou então para o controle dos católicos de esquerda. Refletindo, parcialmente, o crescimento de alternativas políticas ao PCB, tornado, a partir de então, um forte (porém já não hegemônico) componente da frente de esquerda, o Congresso afirmaria uma maioria que tendia a acompanhar a radicalização da política nacional e internacional (Fidel Castro proclamara Cuba socialista em 1º de março daquele ano).

O Congresso citado deliberou pela defesa da escola pública, da reforma universitária e pela filiação da UNE à União Internacional dos Estudantes (UIE). Essa filiação agravou o conflito entre a juventude católica de esquerda e os setores conservadores da Igreja, que vinha desde pelo menos o Congresso dos 10 anos da JUC, realizado no Rio de Janeiro em 1960. Isto porque a UIE era identificada pelos conservadores como portadora dos interesses soviéticos para o meio estudantil. Apesar desses problemas, a AP manteve destaque na direção da UNE mesmo sob o regime ditatorial, até o final dos anos de 1960.

A AP acabou formalizada em um congresso na cidade de Salvador (BA), em fevereiro de 1963. A Organização manteve forte atuação no movimento estudantil mesmo após o golpe de 1964 e a implantação da ditadura. Assumindo-se posteriormente como marxista-leninista (modificando sua sigla para APML), uma parcela majoritária da Organização acabou decidindo fundir-se com o Partido Comunista do Brasil (PC do B), grupo surgido de um fracionamento do PCB e que reivindicava a tradição stalinista do Partido. Outra parte da militância manteve a sigla AP durante os anos de 1970, sofrendo, como os demais grupamentos de esquerda, os ataques da repressão do regime ditatorial.

A “POLOP”

Dentro, também, dessa radicalização da vida política do país surgiu, em fevereiro de 1961, a Organização Revolucionária Marxista (ORM), grupamento que ficou mais conhecido pela sigla POLOP (de Política Operária, jornal e revista que a Organização publicava).³ O surgimento da ORM se deu em um momento especial da vida brasileira. Além de um tumultuado início do governo de Jânio Quadros, a continuidade do processo inflacionário agravava as condições de vida dos assalariados, levando-os à busca de respostas cada vez mais contundentes para a resolução desse

problema. Enquanto isso, o PCB, como força majoritária da esquerda no movimento social, buscava respostas tanto para a derrota eleitoral do candidato por ele apoiado, Henrique Lott, quanto para a dificuldade de ganhar setores mais amplos da burguesia nacional para seu projeto de frente única e revolução nacional e democrática. Aversa à sua análise, a crise brasileira, que tinha ainda o forte componente do crescimento do movimento dos trabalhadores rurais, empurrava a burguesia brasileira, cada vez mais, para a conciliação e associação com o imperialismo. O projeto gestado durante a década anterior pelas elites nacionais e o capitalismo monopolista estrangeiro apresentou então seu contorno conservador e anti-popular, usando o medo do comunismo para atrair setores do pequeno capital para suas posições. A demarcação política se definiria no processo dentro de um viés classista, enquanto se ampliava a dificuldade de explicar os conflitos existentes na sociedade pela via do nacionalismo.

Composta, principalmente, por núcleos existentes em São Paulo (originado de um grupo que se reivindicava portador das ideias defendidas pela revolucionária Rosa Luxemburgo), Rio de Janeiro (aglutinado na redação da revista Movimento Socialista) e em Minas Gerais (composto por militantes da juventude do Partido Trabalhista Brasileiro), e tendo em sua direção um antigo militante austríaco da Oposição de Esquerda ao stalinismo na Alemanha, Eric Sachs⁴, a ORM, surgida como oposição ao reformismo e à conciliação de classes proposta pelo PCB, teria dificuldades em se afirmar no movimento de massas, ainda sob a predominância ideológica nacional-reformista. Isso porque, além da postura radicalmente crítica às posições já estabelecidas, seu aparecimento não derivou de um fracionamento de um partido já existente ou de uma força política previamente organizada, além de não ter contado com uma referência internacional. De início, além das diferenças existentes entre os diversos núcleos que a compunham, houve dificuldades para o estabelecimento de uma linha de massas e, conseqüentemente, de ampliação rápida de militantes e apoios. A ORM buscou trabalhar no meio operário, atuando em especial entre os metalúrgicos e têxteis (RJ), gráficos (SP) e marceneiros (BH). Isso além de participar da UNE, da organização de Ligas Camponesas em diversas regiões e marcar presença em outros movimentos sociais a partir de 1961 (e mesmo, pelos seus núcleos isolados, antes de sua fundação. A ORM defendia uma proposta de frente só com representantes da classe operária (que seria a Frente de Esquerda Revolucionária). Isso, porém, jamais impediu articulações e contatos, antes e depois de 1964, com líderes reformistas do movimento de massas.

Partindo dos núcleos iniciais, principalmente dos grandes centros do país, com a base teórico-política de Sachs e de alguns dos melhores pensadores da esquerda marxista, a ORM funcionou como núcleo gerador do pensamento socialista revolucionário como talvez jamais ocorrera antes no Brasil. A Organização foi um marco alternativo no país e fora dele. Teve influência nas posições políticas do Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR) chileno, muito ativo naquele país a partir de meados dos anos de 1960. Abriu, enfim, sendas que foram posteriormente percorridas por muitos daqueles que buscaram uma opção socialista radical de transformação da sociedade brasileira.

Após a implantação da ditadura em 1964 a POLOP, na clandestinidade, sofreu ataques da repressão e passou por fracionamentos, em geral, vinculados à adesão ou não à luta armada contra o regime. Deixou como marca principal uma série de documentos e livros com análises da situação brasileira sob uma ótica marxista. Alguns deles são ainda referência na análise da formação social brasileira, como as obras de Rui Mauro Marini. (TRASPADINI e STÉDILE, 2005) Nomes como o dos professores Theotônio dos Santos Jr. e Luiz Alberto Moniz Bandeira, ativos militantes da POLOP, produzem até hoje obras da maior importância em campos como a economia e a política internacional.

AS ORGANIZAÇÕES ORIGINÁRIAS DO PCB

Após a implantação da ditadura empresarial-militar em 1964, instalou-se uma forte crise no interior do PCB. Muitas lideranças e militantes contestaram a linha política seguida até então pela Organização que buscava formar uma frente classista na busca da construção de um “governo democrático e popular”. A incapacidade de reação ao golpe, de organização da população para enfrentar os golpistas, apontadas por esses críticos da linha pecebista, acabou por gerar fortes discussões no Partido, que resultaram em afastamentos de grupos de militantes, especialmente de jovens comunistas, que passam a buscar novas saídas sob influência da Revolução Cubana e da trajetória do revolucionário argentino Ernesto “Che” Guevara. Desses fracionamentos surgiram organizações como o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), sob a liderança de antigos dirigentes pecebistas como Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Mário Alves e a Ação Libertadora Nacional (ALN), comandada pelo histórico dirigente Carlos Marighella. Além dessas, surgiram as Dissidências (DI) em diversos estados brasileiros, compostas, em geral, por estudantes universitários. O

caso da DI do Estado da Guanabara (organização que assumiu a denominação de Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8) é bem representativo desse quadro, contando com vários dos dirigentes do movimento estudantil, que teve seu auge nas grandes mobilizações contra a ditadura em 1968.

Com variações políticas entre elas, pode-se afirmar, porém, que a opção pela luta armada foi comum a todas elas. E essas organizações de esquerda sofreram, como todas as demais, optantes ou não dessa forma de luta, ataques seguidos dos órgãos de repressão política do regime. Foram poucos os casos de sobrevivência dessas organizações no período posterior à meados dos anos de 1970. O MR-8, reorganizado no exterior, foi um desses raros exemplos, mantendo-se ativo no período de crise e queda da ditadura.

CONCLUSÃO

A chamada “Nova Esquerda” brasileira teve forte influência no processo de discussão sobre os destinos do país a partir dos anos de 1960. Protagonizou ainda, com destaque, a luta contra a ditadura, mesmo tendo pago um altíssimo preço, em especial, aqueles agrupamentos que optaram pela luta armada. Ainda assim, foi marcante a participação dessas organizações (ou das que surgiram delas, como resultado de fracionamentos, fusões ou reorganizações desses grupos) no período de crise do regime ditatorial, do final dos anos de 1970 para a década seguinte. No processo de reorganização partidária e de ressurgimento dos movimentos populares de forma aberta na cena política brasileira, a influência de organizações e militantes originários na “Nova Esquerda” não pode ser minimizada. Um exemplo marcante se deu com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) que representou, à época, uma novidade na política brasileira, apresentando, ao menos em seus primeiros anos de existência, um projeto de transformação profunda da sociedade brasileira. No processo de montagem desse projeto partidário estavam representados, ao lado de militantes sindicais, muitos agrupamentos e lutadores que tinham. Em sua trajetória política, a marca de origem da “Nova Esquerda”. A mesma influência pode ser encontrada na criação e ação combativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), organismo que protagonizou as maiores mobilizações dos movimentos dos trabalhadores nos anos de 1980. (FALCÃO, 2010)

NOTAS

- ¹ Professor-doutor em Serviço Social/ESS-UFRJ, mestre em História Social/ IFCS-UFRJ e professor do CTUR/UFRRJ.
- ² Sobre a história da AP, ver ARANTES e LIMA, 1984.
- ³ Para a história da POLOP, ver LEAL, 2013 e CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009.
- ⁴ Parte importante da obra teórico-política deste importante militante da esquerda revolucionária está em SACHS, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo. História da Ação Popular, da JUC ao PC do B. São Paulo (SP): Alfa-Omega, 1984.
- TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). Rui Mauro Marini, vida e obra. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2005.
- LEAL, Leovegildo. História da POLOP - da fundação à aprovação do Programa Socialista para o Brasil. Pará de Minas (MG): Virtual Books, 2011.
- LEAL, Murilo. À esquerda da esquerda - trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo (SP): Paz e Terra, 2003.
- CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. POLOP, uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. Salvador (BA): Centro de Estudos Victor Meyer, 2009.
- FALCÃO, Frederico José. Os homens do passo certo - o PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961). São Paulo (SP): José Luis e Rosa Sundermann, 2012.
- FALCÃO, Frederico José. Organizações revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem (tese de doutorado). Rio de Janeiro (RJ): Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- SACHS, Érico. Marxismo e luta de classes – questões de estratégia e tática. Salvador (BA): Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

RESUMEN:

Este trabajo trata de la aparición de lo que se llama formalmente la “nueva izquierda” en Brasil en el año 1960. Este nombre hace referencia a los grupos revolucionarios de izquierda cuyo aparecieron en este momento histórico, resulta de la confluencia de varios factores, que incluyen: La crisis del “Movimiento Comunista Internacional”, que surge de la divulgación del informe Krushev en el XX Congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética en 1956, replicas fuerte generador en la hegemonía ejercida por la Izquierda e por los partidos comunistas vinculados a ese poder en todo el mundo. En Brasil, esta crisis tiene lejanía despliegue tan inmediata de muchos militantes del Partido Comunista do Brasil (PCB) y la apertura de un espacio más amplio para el debate y la acción que, en la práctica, se rompió con un verdadero pensamiento monolítico de izquierda existente. Es notable en el tiempo, la aparición de debates círculos, en general, en el ámbito universitario, los textos marxistas y autores marxistas, algunos considerada herética por el estalinismo (LEAL, 2003).

Palabras Claves: Nueva Izquierda – XX congreso do Partido Comunista – PCB.

Cuerpos pensantes somos¹

Prof. Dr. Horacio Cerutti-Guldberg²

No nos cansaremos de insistir en que quienes nos dedicamos a la filosofía tenemos que hablar al final: después de haber escuchado y asimilado, aprehendido cuidadosamente todo lo aportado por las y los demás, desde sus diversos enfoques disciplinarios y experienciales convergentes y hasta en polémica. Esto porque la filosofía busca brindar visiones de conjunto, totalizadoras, holísticas. El riesgo de hablar primero es inmenso, porque se puede caer muy fácilmente en banalizaciones generalizadoras, por lo común sin ningún asidero práctico, quedándose, en el mejor de los casos, en ‘buenas intenciones’. No es ésta la pretensión que hoy nos reúne en este entrañable país del que siempre nos hemos sentido formando parte. Sin embargo, la querida colega y amiga de muchos años, Prof. Dra. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos, ha tenido la gentileza de invitarnos a brindar esta exposición filosófica inicial en este Congreso dedicado a tan sugerente temática. Expectante –supongo- a que nuestros aportes resulten provocadores y nos inviten a la interlocución y a la labor conjunta.

Hemos dado muchas vueltas pensando cómo exponer de un modo pertinente, muy atentos a no caer en ese riesgo mencionado de generalizaciones simplistas y reductivas. No nos interesa andar por las nubes, sino muy pie a tierra. Por ello, esperamos y deseamos ardientemente que nuestras consideraciones sirvan de fermento para la reflexión colectiva y para el fecundo diálogo que aquí continuaremos desarrollando, acompañando y apoyando estimulantes procesos sociales que nos exceden ampliamente.

En un cuidadoso y muy sugerente estudio, Antônio Vidal Nunes nos proporciona una clave decisiva para poder avanzar. Su trabajo resulta todavía más pertinente ahora, cuando lamentamos el fallecimiento de ese imperdible referente que fue el apreciado Rubem Alves (1933-2014) el pasado 19 de julio. Decía Antônio en su trabajo de 2007:

“Alves destacou o homen enquanto ser de desejo e de utopia, de imaginacao e de criacao. O homen é uma mistura de símbolos e desejos numa dinâmica permanente de morte e de ressurreicao de si e do mundo [...] Alves nao nega o papel das estruturas sociais, políticas e económicas nesse proceso, mas ressalta propiedades específicas do homen nessa realizacao. Como pensar as mudancas

sem a contribuicao do corpo que sonha e imagina, das emocoes que dinamizan esse proceso.

As idéias por si nao têm esse poder. Elas apenas esclarecem, indicam caminos, mas a utopía é que tem poder mobilizador”²³.

Ubicados bajo el faro de la utopía –entendida como tensión utópica operante en la historia- es que hemos encarado siempre nuestras propias reflexiones⁴. Por tanto, nos interesa resaltar que somos seres corporales pensantes insertos en un proceso histórico, el cual nos condiciona y, al mismo tiempo, nos brinda el ámbito espacio-temporal para avanzar en el ejercicio de todo el inmenso potencial que, por así decirlo, llevamos dentro. Externalizar ese acervo potencial, efectuar los cambios y concretar propuestas es parte de nuestro quehacer responsable. Y, también conviene consignarlo desde ya, siempre engarzados en el proceso histórico, en el cual convergen las tres instancias de la temporalidad y su articulación compleja. Siempre en un presente que retoma reinterpretándolo un pasado y construye un futuro que se desea auténticamente alternativo. De no serlo, seguimos dando vueltas alrededor de la misma piedra y permitimos que se reitere inercialmente lo que nos afecta y obstaculiza. Pero, insistimos, es responsabilidad nuestra, no es ‘sino’ o ‘destino’ ineluctable.

Encarando siempre históricamente este quehacer ineludiblemente histórico, lo que no puede escapar a nuestra atención es que lo hacemos en una coyuntura específica. Siempre –de nuevo el término- estamos, vivimos, actuamos, pensamos, imaginamos, en una coyuntura. Esa coyuntura, con sus características es en la que nos hacemos, re-hacemos, des-hacemos, avanzamos o retrocedemos, de acuerdo a la perspectiva en que se lo aprecie y examine.

Por cierto, suele resultar muy común y hasta ‘naturalizado’ que se exprese sumisa y desencantadamente: ‘no hay opciones’ o ‘la única opción es ésta...’. Lo cual resulta claramente bloqueante y paralizador, si lo analizamos con detalle. No puede haber ‘una única opción’, porque entonces contradecimos el término y no hay opción. Pero, que no haya opción resulta sólo una apreciación casual o apenas circunstancial. Más una simple sensación que una conclusión incuestionable. Aquí conviene -amparados en nuestra sombrilla utópica- encarar la cuestión de inventar opciones. Cuando aparentemente no las hay, hay que inventarlas. Y es tarea que nos toca a nosotros y que no sólo nos ilusiona, sino que nos permite saborear la exquisitez de lo que preparamos -¿cocinamos?, para seguir con la metáfora culinaria en estas

tierras del “Manifiesto Antropofágico” (1928 Oswald de Andrade (1890-1954) y sus compañeros)-, en una elaboración de la cual somos los únicos responsables y no podemos eludirla, encomendársela o adjudicársela a terceros⁵. Inventar y concretar opciones inéditas es justamente el pensar-y-quehacer a que nos invita, convoca, impele, fuerza y exige la dimensión utópica.

Si prestamos atención, a vuelo de pájaro, a algunos de los tópicos convergentes que serán examinados en este congreso, podríamos sugerir un cierto bosquejo diagnóstico de la coyuntura en que nos encontramos. Vamos a intentarlo.

La primera dimensión que nos parece neurálgica y que reclama atención cuidadosa es la geopolítica relativa al (des)orden mundial. Allí se articulan cuestiones como geografía, guerras, relaciones internacionales, integración, soberanía, defensa, emancipación, libertad, igualdad, mar, ríos, lagos, montañas, selvas, pampas, región amazónica, etc. En particular para este punto debemos retomar los inagotables aportes de nuestro querido amigo y hermano mayor Andrzej Dembicz (1939-2009).

Íntimamente articulado a ello se encuentran democracia, elecciones, representación, golpes de estado, dictaduras, diversidad de izquierdas, derechas, centros, partidos políticos, concepciones de nación, reformas y revoluciones, movimientos sociales, comunidades, indígenas, afro, territorios, diásporas, organizaciones de base, etc.

A ello se suma educación, cuestiones de género, mujeres, feminismos. Todo en medio de situaciones de violencia, búsqueda de paz, excesos de miseria, seguridad, criminalización, tráfico de drogas, etc. Aumento de migraciones, huidas, fugas, tránsitos no permitidos, traspasos de fronteras y su resignificación.

Buscando salud, salud mental, sin descartar dimensiones de locura, examinando medicina y explorando alternativas complementarias.

En el todo del capitalismo, economía, mercado, negocios, desarrollo, corrupción, globalización, trabajo, energía, sustentabilidad, enfoque ecológico.

Nuevas tecnologías. Medios, comunicación. Arte, cine, teatro, música, literatura, pintura, escultura.

Justicia, derecho, derechos humanos y ciudadanía, a la búsqueda de legalidad legítima o legitimada.

Epistemología, trans-, inter-, multi-disciplina, pensamiento latinoamericano, filosofía e historia, religión y cosmovisiones, espacio tiempo, mitos. Modernidad, modernidades, pre, post, emancipaciones, colonialismos y

neocolonialismos, etc. ..., museos, panteones, patrimonios, legados, identidad, memorias, historias, culturas, religiones.

Si nos permitiéramos aludir a algunas de estas dimensiones en relación a lo que estamos (sobre)viviendo actualmente, quizá cabría enfatizar los siguientes acontecimientos, la mayoría detestables y difícilmente comprensibles.

Detengámonos un momento en lo internacional: Gaza, Ucrania, Irak, sur de Europa, Siria. La sola mención ya abre un sinnúmero de interrogantes, de preocupaciones, de costos irreparables. Para decirlo en una palabra: de muertos. Irrecuperables, imposibles de resucitar y, menos, de paliar el dolor sufrido, los padecimientos producidos. En todos los casos las interpretaciones son complejas, no coincidentes, enfrentadas. Lo que no podemos eludir es que las y los seres humanos estamos reducidos a números, a datos estadísticos, a objetos manipulables y destrozables.

¿Y en Nuestra América? Por ahí andamos. Los ‘maquillados’ golpes de estado que ya no se presentan como tales (Honduras, Ecuador, Paraguay y el interrogante queda abierto...⁶), las protestas aquí en Brasil cuando el mundial de fútbol, los fondos buitres en Argentina, la Alianza del Pacífico, la IV Flota, que no nos visitaba desde los ’70, la crisis financiera de Puerto Rico. Curiosamente, el Presidente Rafael Correa entrevistado por *Russian Television* decía hace unos días que ni mercado ni iniciativa privada pueden ser eliminados...

Conviene recordar la propuesta de la escritora norteamericana, Ann Coulter, quien sugería el 8 de agosto a su gobierno bombardear a México como se está haciendo en Gaza para eliminar el acceso de migrantes indeseables, especialmente niños, a EE.UU.

El colega historiador ecuatoriano, Cronista de Quito y Profesor de la Pontificia Universidad Católica, Juan J. Paz y Miño Cepeda, escribía en *El Telégrafo* de Quito el 11 de agosto pasado:

“... a diferencia de lo que ocurrió durante la Primera y Segunda Guerras Mundiales, la posibilidad de la tercera, cada vez más analizada en el mundo académico, es seguro que convierta a América Latina en escenario directo de lo que será una guerra biológica y atómica”.

¿Escenarios apocalípticos? ¿Diagnósticos insuficientes? ¿Pesimismo desahorados? No lo sabemos, a ciencia cierta (si es que algo así nos fuera accesible). En todo caso, no podemos negar que nos encontramos en un contexto sumamente complicado, enmarañado y pleno de agresiones,

transgresiones jurídicas, descalabros impresentables y una suma de obstáculos ante cualquier forma de vida o algo que pudiera denominarse así. Y, por si algo faltaba, allí está el ébola...

En este contexto coyuntural no renunciamos, es imposible, a seguir o continuar siendo los cuerpos pensantes que somos. Siendo así, ¿cómo hacer para que la filosofía (el filosofar) signifique o se convierta en un instrumento pertinente en este esfuerzo de transformación que exige inventiva e imaginación, operando coordinadamente pensar-con-sentir?

Esto coloca sobre la mesa el asunto de la dimensión epistemológica del pensar, cuestión que nos ha parecido siempre decisiva. ¿Cómo, con qué características, se produce el pensamiento? Y, mucho más decisivo, ¿de qué manera elaborar una reflexión adecuada, pertinente, precisa y rigurosa con el fin de poder actuar en consecuencia de modo coherente y eficaz?

Después de mucho tiempo de reflexión al respecto, hace algunos años logramos condensar en una frase estas dimensiones. Por supuesto, una frase no resuelve ningún problema. Sólo nos sirve como mínima referencia para avanzar otro poquito al respecto.

Lo enunciábamos así: Filosofar es pensar la realidad, a partir de la propia historia, crítica y creativamente, para transformarla⁷.

Hemos puesto el énfasis en filosofar, porque justamente de eso se trata. De lanzarnos, cada una y cada uno, a la tarea de pensar, reflexionar filosóficamente. Vale decir, un pensar situado, disciplinado, riguroso y pertinente para dar cuenta de una realidad en la que nos encontramos y de la cual formamos parte. Realidad socio-histórica desde la cual las y los seres humanos hemos avanzado hacia otras dimensiones como la correspondiente a la micro y a la macro realidad. Pero, como lo señalara oportunamente el jesuita y filósofo vasco salvadoreño Ignacio Ellacuría (1930-asesinado junto a sus compañeros en 1989), es siempre desde esta realidad socio histórica desde y en donde desarrollamos nuestros quehaceres. El ansia de encontrar sentido en medio de esta trama es justamente lo que mueve al esfuerzo incansable —y nunca lograble plenamente— de filosofar. No es sólo estudiar filosofía, lo que otras y otros han filosofado y dejado huella o legado, aunque eso ayude, como veremos a continuación. Es lanzarse a la aventura de buscar y construir por cuenta nuestra ese sentido o esos sentidos que andamos requiriendo y sin los cuales permanecemos en la más brumosa confusión. No hay vida plena sin sentidos claros y la búsqueda y construcción de los mismos nos puede costar la vida. Situación para nada paradójica y sí llana y simplemente ineludible.

Ahora bien, cuando intentamos avanzar a la búsqueda de ese o esos sentidos de la realidad, de nuestra realidad, no dejamos de caer en la cuenta de que esta realidad presente es parte o resultado de un proceso y examinar sus antecedentes resulta inherente a su propia constitución. Por tanto, la dimensión histórica se hace aprehensible. Historia de la realidad e historia del esfuerzo por entender esta realidad. Este segundo aspecto es en el que conviene detenerse ahora. ¿Cómo ha sido pensada esta realidad?, ¿cómo se le ha atribuido o encontrado sentido?

La historia de la filosofía o del filosofar en la región aparece así como un desafío inmenso para ser reconstruido o, al menos, atendido de un modo pertinente. ¿Para brindarle reconocimiento? No solamente. Más bien, para no tropezar con la misma piedra y sentirnos descubridores del agua tibia o del Pacífico. Apoyarnos en lo ya pensado, reflexionado, inventado, sugerido resulta un soporte muy denso y fecundo cuando afrontamos el esfuerzo del filosofar. ¿Exigencia de erudición enciclopédica? No necesariamente, aunque no sea eso desechable sin más. Más bien, dedicación a examinar con cuidado estos antecedentes que podrían ayudarnos en la coyuntura en que nos encontramos, como siempre, atascados o aparentemente atascados, trabados, obstaculizados e impedidos de avanzar en un esfuerzo productivo y reproductivo fecundo.

También atisbando articulaciones entre historia, historiografía y filosofar surgen aspectos muy relevantes en relación con la Historia de la región: ¿integración?, ¿unidad?, ¿diversidades?, ¿soberanía? Hoy constituyen estas interrogantes facetas requeridas de análisis cuidadoso y de labor incansable para concretar propuestas añoradas durante largos tiempos. ¿Cómo unir a una región que ha tenido múltiples enfrentamientos a lo largo de la historia y muchos de los cuales siguen teniendo repercusiones actualmente? ¿Cómo lograr una integración que supere los ejercicios casi inerciales de competencia mutua, que hasta se reproducen en las dimensiones deportivas con una fuerza avasalladora? ¿Cómo lograr que las diversidades sean reconocidas y aceptadas como un reservorio fecundo para nuevas y muy apreciadas realizaciones? ¿Cómo valorar la soberanía en tanto algo no 'tribal' o 'grupal' sino regional, parte de un conjunto de tareas convergentes y con consecuencias altamente estimables para toda la región, de esta área del globo que todavía buscamos cómo denominar adecuadamente o, al menos, provocativamente? Nuestra América, en su todo organizado de cada una de sus partes con sus particularidades específicas y enriquecedoras del conjunto. Soberanía suele verse como ejercicio de decisiones arbitrarias

en un determinado ámbito territorial o atribuible a un conjunto especificado de individuos. Aquí, en Nuestra América, históricamente se ha tratado de la reivindicación –todavía pendiente- de las tomas de decisiones relativas a espacialidad y ejercicio de poder asignado o delegado. La espacialidad ha sido sistemáticamente pisoteada y el poder asignado ha sido, más bien, expropiado. Lo cual ha dejado fuera de juego el auténtico ejercicio de la soberanía y explica por qué resurge como reclamo obstinado e insistente.

Recuperar, visitar, reexaminar la propia historia constituye tarea fértil. Mucho más cuando se advierte la tremenda ceguera expandida sobre la región. Sabemos casi nada de lo que ocurre a nuestras hermanas y hermanos de diferentes partes de la región. ¿Para qué hablar de los vecinos más cercanos? Ignorar aparece como consigna de una ‘governabilidad’ maléfica, sumamente consolidada por el trabajo sistemático de los medios de (des)información. Caricaturas, estereotipos, desfiguros, puros ‘cuentos’ suelen imponerse frente a la búsqueda de cercanía, conocimiento adecuado, información pertinente, percepción de riesgos y tareas comunes, compartidas y compartibles. ‘Dividir para vencer’ ha sido la propuesta que diversos actores han puesto siempre y siguen poniendo en obra para desarticularnos. Dejar ‘dividirnos’, como si lo hubiéramos estado así desde que hay memoria, ha resultado no obra de los ‘demás’, sino de nuestro propio desaliño, del abandono de nuestra memoria y de la desconfianza en nosotras y nosotros mismos. Ya lo decía Martín Fierro:

“Los hermanos sean unidos,
Porque esa es la ley primera;
Tengan unión verdadera
En cualquier tiempo que sea,
Porque si entre ellos pelean
Los devoran los de ajuera”⁸.

Buscar la unidad no resulta una tarea vana y de ninguna manera ‘ilusoria’. Consiste en un esfuerzo que requiere estrategia, tácticas, meditaciones prudentiales y muy bien elaboradas para actuar conforme a los objetivos ansiados. Tampoco equivale a unos logros sin tensiones, trabas o disputas. Al contrario. Es buscar avanzar a partir de estas dificultades para construir esa integración que retribuya (¿restituya?) un pasado quizá sólo figurado o anhelado, pero sumamente enriquecedor.

La labor resulta, de este modo, una búsqueda y concreción creativa, inventiva, propositiva. No algo que surge o ‘cae’ por sí solo o como una

especie de 'donación', vaya a saber por parte de quién. Con esto no pretendemos disminuir la fuerza de la fe, como experiencia humana inocultable. Pero, una cosa es fe en lo que se logrará y muy otra la relativa a lo que 'llegará' sin mover un dedo..., sin esforzarse, sin responsabilidad activa. La una nos activa y renueva. La otra nos vuelve más pasivos y resignados.

La resignación bloquea todo esfuerzo por transformar, transgredir, ir más allá, imaginar, soñar despiertos. Y estas expresiones abren otro ámbito de complejidades convergentes requeridas de examen y precisiones. ¿Por qué la necesidad de transformar y no aceptar las cosas como son? Quizá porque no son como son o parecen ser, sino como las hemos dejado irresponsablemente. Lo que aparece se aparece ante nosotros y, por tanto, nuestro modo de percibir las caracteriza lo que son, aun cuando podrían no ser de ese modo y hasta aparecer 'disfrazadas'. Aquí es donde surge la fuerza de lo que podríamos denominar transgredir lo dado (o, como hemos visto, aparentemente dado) para abrir nuevas vetas de desarrollo o de innovaciones. Ir más allá de lo que se nos presenta o parece presentarse resulta una aventura maravillosa. ¿Para perderse por senderos que se bifurcan a lo Borges? Más bien, sugerimos, para re-encontrarnos con nuestro potencial creador, de invención, de innovación. Claro, no creamos de la nada, como ya hemos destacado. Es al interior del proceso histórico del que formamos parte y que conformamos nosotros mismos, donde podemos avanzar. Sólo ahí es dable ejercer nuestro potencial creativo, transgresor de las reglas recibidas e impulsor de novedades sin cuento.

Imaginar suele ser una labor desestimada o poco apreciada. Sería como andar volando fuera de la realidad. Sin embargo, cuando advertimos que imaginar forma parte de esa realidad, aunque eso no garantice para nada la efectiva concreción de lo imaginado, la cuestión cambia radicalmente. Entonces resulta que imaginar no sólo puede ser actitud evasiva, sino, más bien, un tipo de ejercicio congruente e integrado al quehacer cotidiano, siempre y cuando permanezca bajo control y no se vuelva un delirio inescrutable. ¿Soñar? Sí, pero bien despiertos y alertas ante todo lo que tal sueño exige para seguir instalado -ahora como sueño realizado- en el ámbito real, de la realidad cotidiana, en el día a día cada vez más intenso.

¿Por dónde comenzar ese cambio de la realidad intolerable en la que nos encontramos y de la cual formamos parte? ¿Tomando conciencia? Se ha reiterado mucho esta dimensión y no es para nada desechable. La limitación es que formamos parte consciente e inconscientemente, si así

podemos decirlo, de lo dado. Por ello, ‘tomar consciencia’ de la situación para atreverse a cambiarla resulta sumamente dificultoso, porque la situación incluye las consciencias moldeadas o formateadas de determinada manera. Ahora bien, suponiendo ese pasito, por toma de consciencia, logro de la misma de una manera alternativa, hartazgo, rebeldía, etc., ¿cómo avanzar en la transformación de esta realidad? Insistimos, por partes resulta muy farragoso e interminable. Nos va dejando empantanados y alargándose por tiempos inconmensurables. ¿De un tajo y todo junto? No parece demasiado viable y no queda claro quiénes tendrían semejante fuerza o poder para lograr hacerlo todo de una vez. ¿Qué hacemos, entonces?

Quizá un conjunto de primeros pasos podría consistir en articular imaginaciones de alternativas sumadas a examen muy cuidadoso de experiencias anteriores frustradas o frustráneas. Por ejemplo, ¿se puede vivir sin mercado, sin estado y sin sociedad civil? La respuesta puede ser indecisa. Sí y no. Todo depende de lo que estemos entendiendo por cada una de esas dimensiones. Si por mercado estamos entendiendo el abusivo mercado financiero del negocio para unos muy poquitos, sí. Se lo podría modificar y hasta desaparecer. Para qué hablar de los mecanismos de endeudamiento, que han significado lastres costosísimos. Si por estado estamos aludiendo a la instancia dominadora y simplemente subordinadora de la población mediante procedimientos represivos, racistas, de segregación, corruptos, plagados de interminables trámites que hacen viable el autoritarismo de una casta ‘*buRrocrática*’ insoportable en medio de una naturalizada gobernabilidad, también podría ser descalabrado. Si asimilamos sociedad civil a sectores ‘ciudadanizados’ de la población que excluyen a otros por edad, capacidades, ubicación territorial, adjudicaciones étnicas, de género, etc., también se podría exterminar esa dimensión excluyente, la cual esconde bajo una máscara igualitaria efectos ‘censitarios’ claramente destinado a privilegiar sectores y ‘ningunear’ a otros.

Y así podríamos prolongar el análisis por cada uno de los tópicos a tratar en nuestro encuentro: soberanía, geopolítica, salud, seguridad, artes, justicia, religión. Articulando inventiva con análisis de lo efectuado. Esto último ayuda muchísimo para evitar el riesgo de postular aparentes novedades en relación con las cuales ya se han efectuado intentos de los cuales se desprenden valiosas experiencias, incluso a veces sumamente dolorosas y con costos irreparables. ¿Cómo volver, por tanto, a reiterar, supuestamente sin saberlo, los mismos dislates? Justamente examinarlos de modo apropiado, con suma atención y perspicacia, nos proporciona insumos

indispensables para los nuevos intentos que anhelamos concretar. Incluso nos permite diseñar mejor, bosquejar con más precisión esos nuevos intentos.

Mantener permanentemente una actitud autocrítica resulta sumamente estimulante en medio de estos esfuerzos. Autocriticarse supone eliminar ‘egotismos’ y soberbias, por lo general fundadas en supuestos dogmas incuestionables enunciados por nosotros mismos como si tuviéramos la última palabra. La palabra se gesta y desarrolla en una urdimbre relacional y comunicativa. Forma parte del hacer-y-pensar como uno de sus ingredientes inevitables.

Conviene concluir estas reflexiones enunciando el mayor de los desafíos que enfrentamos: otro mundo más digno sólo será posible si nos dedicamos cuanto antes responsablemente a inventarlo y construirlo.-

NOTAS

- ¹ Conferencia Magistral de Apertura del IV Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas, “América Latina: Espaços e Pensamentos: Corpos Locais e Mentes Globais Sociedade-Política-Economia e Cultura”, 25 de agosto 2014, 18.00 hrs, Fortaleza de Sao Joao, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, Brasil.-
- ² De 1982 a la fecha se desempeña como Catedrático en la UNAM (Investigador en el Centro de Investigaciones sobre América Latina y El Caribe y Profesor en la Facultad de Filosofía y Letras). De 1996 a 1998 fue Presidente de la Asociación Filosófica de México, A.C. Entre otros premios y reconocimientos ha recibido el Doctorado *Honoris Causa* de la Universidad “Ricardo Palma”, Lima, Perú en 2006; de la Universidad de Varsovia, Polonia en 2010 y de la Universidad Nacional de San Luis, Argentina en 2013. Entre sus más recientes libros: *Democracia e integración en Nuestra América (Ensayos)*. Mendoza, Argentina, Editorial de la Universidad Nacional de Cuyo, 2007, 180 págs.; *Filosofando y con el mazo dando*. Madrid, España, Editorial Biblioteca Nueva / UACM, 2009, 291 págs.; *Y seguimos filosofando...* La Habana, Cuba, Editorial de Ciencias Sociales, 2009, 168 págs.; *Doscientos años de pensamiento filosófico Nuestroamericano*. Bogotá, Colombia, ediciones desde abajo, 2011, 135 págs.; *Pensando após 200 anos. Ensaio em torno do bicentenário das independências da América Latina*. Traduzido por Eugênio Rezende de Carvalho. Goiânia, Brasil, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2012, 150 págs.; *Filosofia naszoamericana - Filosofia nuestroamericana*. “Nota Editorial” y traducción al polaco Janusz Wojcieszak. (Ideas y Semblanza, 13). Varsovia, Polonia, CESLA / Universidad de Varsovia, 2011, 81 págs. Edición bilingüe.-
- ³ Antônio Vidal Nunes, *A ciência e o homem no pensamento de Farias Brito e Rubem Alves*. Vitória, Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007, pp. 19 y 212.-
- ⁴ Sobre este tema hemos trabajado durante muchos años, acosándolo y buscando precisar múltiples aristas. Remitimos a nuestros trabajos: *Ensayos de utopía (I y II)*. “Prólogo” Manuel Velásquez Mejía. Toluca, Universidad Autónoma del Estado de México, 1989, 150 pp.; *De varia utópica. (Ensayos de utopía III)*. “Presentación” Luis Enrique Orozco, (Pensamiento Latinoamericano, ICELAC, 7), Bogotá, Colombia, Universidad Central, 1989, 239 pp.; Segunda edición corregida, *La utopía de Nuestra América (De Varia Utópica. Ensayos de Utopía III)*, (Colección Prometeo, 37). “Presentación” Rosa M. Margarit, “Prólogo” Grace Prada. Heredia, Costa Rica, Universidad Nacional, 2007, 222 pp.; *Presagio y tópic del descubrimiento. (Ensayos de utopía IV)*. (Colección 500 Años Después, 4), México, UNAM, 1991, 156 pp.; Segunda edición, corregida, México, CCyDEL-UNAM/Ediciones Eón, 2007, 195 pp.; *Utopía es compromiso y tarea responsable* (Ensayos de utopía, V). “Prólogo” María Arcelia Gonzáles Butrón. (Colección.

Altos Estudios N° 17) Monterrey, México, CECYTE, 2010, 100 pp. ; Segunda edición, corregida y aumentada. San Luis, Argentina, Nueva Editorial Universitaria/ Universidad Nacional de San Luis, 2012,

- ⁵ Sobre Oswald cf. estudios de Benedito Nunes (1929-2011). Para el caso de México, que podemos hacer extensivo a nivel global, Rodolfo Stavenhagen ‘exige’ una utopía (Cf. *Proceso*, 1 de agosto 2012, reportaje especial Judith Amador Tello). Cf. también Víctor Flores Olea, *La crisis de las utopías*. Rubí, Barcelona, Anthropos / CEIICH y FCPyS (UNAM), 2010, 444 págs.-
- ⁶ Resulta sugerente el trabajo de Maurice Lemoine, “La era de los golpes de estado suaves en América Latina” en: *Le Monde diplomatique en español*. N° 226, agosto 2014, en web.-
- ⁷ Cf. nuestro *Filosofar desde Nuestra América. Ensayo problematizador de su modus operandi*. “Prólogo” Arturo Andrés Roig, (Colección Filosofía de Nuestra América), México, Miguel Ángel Porrúa/ CCYDEL, CRIM, UNAM, 2000, 202 pp.; edición francesa *Philosopher Depuis notre Amérique. Essai de problématisation de son modus operandi*. “Préface” de Arturo Andrés Roig. Traductores: Kande Mutsaku y Marcos Cueva, Révision: Françoise Perus. París, Francia, L’Harmattan, 2010, 226 pp.-
- ⁸ José Hernández, *El gaucho Martín Fierro y La vuelta de Martín Fierro*. Con un sumario biográfico cronológico de José Roberto del Río. Vocabulario sintético de Ernesto Morales. Ilustraciones de María A. Ciordia. Buenos Aires, Argentina, Ed. Ciordia S.R.L., 7ª edición [1ª 1872 y 2ª con correcciones del autor en 1878], 1957, p. 234.-



El programa contrarrevolucionario. Las ideas políticas y económicas de la clase dominante colonial porteña (1780-1809)

Mariano Schlez
IdIHCS-UNLP-CONICET

RESUMEN

Nuestro trabajo analiza el pensamiento político y económico de dos distinguidos integrantes de la sociedad porteña colonial: los comerciantes monopolistas Diego de Agüero y Miguel Fernández de Agüero. Comprender su ideario tiene como objetivo dilucidar el programa que guió a los opositores a la Revolución de Mayo de 1810. El análisis de su correspondencia, de los expedientes del Consulado porteño y de la Representación del Consulado de Cádiz (1809), prueba que ambos fueron convencidos defensores del Imperio español y su Rey.

Palabras claves: Comerciantes – Clase dominante colonial – Contrarrevolución

“En la guerra, la actividad nunca es dirigida únicamente contra la materia; es dirigida siempre, al mismo tiempo, contra la fuerza mental y moral que da vida a esa materia, y es imposible separar una de la otra”

Karl von Clausewitz, *De la Guerra*

La historiografía le ha dedicado numerosos estudios a las ideas políticas en la época colonial, particularmente a los antecedentes culturales que influyeron en los revolucionarios de mayo de 1810.¹ Fueron objeto de análisis tanto sus acciones, volcadas en innumerables biografías, como su pensamiento, muchas veces estudiado a partir de la prensa periódica.² Sin embargo, no han recibido la misma atención sus oponentes, es decir, quienes se enfrentaron al proceso de Mayo de 1810: la clase dominante colonial.³ Conocerlos, lejos de una mera curiosidad de anticuario, nos permite comprender el proceso de transformación social de manera holística, atendiendo a la naturaleza de los dos polos enfrentados a principios del siglo XIX.

Este trabajo, en el marco de una investigación más general, intenta dilucidar el pensamiento político y económico de dos distinguidos integrantes de la sociedad porteña de aquel entonces: Diego de Agüero y Miguel Fernández de Agüero. Lamentablemente, Diego de Agüero no sistematizó su pensamiento en ningún tratado teórico, por lo que hemos llegado a sus ideas a partir de su correspondencia. Para el caso de Miguel Fernández de Agüero contamos, además, con su *Representación del Real Consulado Universidad de Cargadores á Indias de Cádiz*, con la que se enfrentó a la *Representación de los Hacendados*, de Mariano Moreno.

I. CRISTIANO Y CONSERVADOR

Diego de Agüero fue un ferviente católico español. Además de poseer numerosos vínculos con el clero, los que describimos en el capítulo pasado, nuestro comerciante fue mayordomo de la cofradía del Santísimo Rosario, cargo que asumió junto a su socio Joaquín de Arana.⁴ Las cofradías surgieron, en Buenos Aires, a principios del siglo XVII, como importantes cohesionadores políticos y espirituales de la clase dominante. Son grupos de fieles, de asociación voluntaria, que con objetivos espirituales, reciben ciertas concesiones legales para desarrollar actividades económicas que permitan efectivizarlos.

Asimismo, al darle consejos a sus hijos, solía recordarles que “quien sirve bien al Rey, sirve bien a Dios”, ya que “ninguno que falta a las obligaciones de cristiano puede agradar al Rey con su servicio”. A su vez, les pedía que guarden “los divinos preceptos y los de Nuestra Santa Madre Iglesia, procurando cuanto le sea posible, frecuentar los sacramentos de la penitencia y eucaristía”.⁵ Incluso, se quejaba cuando las continuas lluvias embarraban las calles de la primitiva Buenos Aires, impidiéndole asistir a misa. A su vez, cuando su sobrino, Miguel Fernández de Agüero, se encontraba pronto a viajar a Cádiz para dar inicio a su giro comercial, luego de recordarle los esfuerzos que había puesto en su educación, concluyó sus recomendaciones pidiéndole se comporte “como buen cristiano”.⁶

Asociado al librero de Buenos Aires, Antonio Ortiz, Agüero tuvo un destacado rol en la difusión de la ideología feudal y católica en América, a través de la venta de libros. Cumpliendo esta función envió, por ejemplo, un ejemplar de “El Secular Religioso” a su socio potosino, Obregón Ceballos, breviarios y diurnos cristianos a Mendoza, y “La filosofía, de Cartier”, encargada por Salvador de Trucios desde Chile, para “un colegial de mi casa”.⁷ Agüero también traía de Cádiz los textos necesarios para su hijo, Julián Segundo, que cursaba el primer año de filosofía, en el Real Colegio

de San Carlos.⁸ De hecho, no sólo importaba libros para los estudiantes, sino que hacía lo propio para el rector del Real Colegio de San Carlos, José Luis Chorroarain, quien solía encargarle la bibliografía específica que requería para llevar adelante su tarea educadora. De la mano de Agüero, entonces, llegaron a Buenos Aires las obras de Santo Tomás de Aquino, San Jerónimo Niceno, Belarmino, Tertuliano y San Bernardo.⁹

Al mismo tiempo, su catolicismo se complementaba bien con un carácter profundamente conservador, que se expresaba en algunas de sus opiniones. Como cuando afirmó, reacio a cualquier elemento que modifique las tradiciones, sobre uno de los hijos de un conocido suyo: “dicho Díaz viene de España. Según me parece, fue a aprender a hablar francés. Mejor le hubiera estado haberse impuesto en el oficio de su padre”.¹⁰ Su permanente celo por la familia lo llevó, ante el fallecimiento de su padre, en España, el 4 de diciembre de 1782, y de su hermana María Guadalupe, a principios de 1792, a remitir importantes cantidades de dinero para ayudarlos a pasar el trance, además de ceder su parte de la herencia.¹¹

Las opiniones políticas de Agüero eran más evidentes cuando se refería a la coyuntura mundial. El tamaño de su giro comercial determinaba su necesidad de estar al tanto de la situación internacional. Esto significaba, fundamentalmente, seguir la política española y la evolución de las guerras europeas. A su vez, su ubicación geográfica y social lo convertía en un privilegiado divulgador de las noticias que llegaban al puerto de Buenos Aires, entre sus socios de los diferentes mercados americanos, a quienes mantenía al tanto de las novedades.

A fines de 1776, Agüero planteaba a sus consignatarios chilenos la posibilidad del estallido de una guerra entre España y Portugal. Sus cartas muestran que, por aquel entonces, tenía poca simpatía por cualquier situación que pudiera perjudicar el curso normal de sus negocios. Es decir que, en un principio, se oponía a todo escenario de guerra que pudiese obstruir la navegación del océano Atlántico e interferir sus expediciones comerciales que, por tierra, viajaban al interior de los mercados americanos. El temor frente a un desenlace bélico tenía su origen no sólo en que la guerra detendría el flujo comercial, sino en que ella, además, reduciría los márgenes de ganancia (debido al aumento de los seguros de mar), poniendo en peligro el objetivo principal del tráfico comercial: las remesas de caudales a la Península. Lo que explica que esta posición no haya sido un problema particular de Agüero, y que también sus socios expresasen las mismas ideas, esperando que España no se viese implicada en guerras de magnitud.¹²

Este “espíritu pacifista” expresaba un profundo conservadurismo, que no tenía otro objetivo que mantener el *status quo*. Sin embargo, los primeros rumores de que las guerras europeas podían tocar territorio rioplatense comenzaron a actuar sobre la conciencia de Agüero y sus aliados. Cuando, a mediados de 1790, se rumoreaba el estallido de una guerra con Gran Bretaña, nuestro comerciante ya no planteaba una salida pacifista, sino que comenzaba a mostrar cierta preocupación por la falta de acciones de defensa. La progresiva pérdida de los mares, por parte de España, era proporcional a esta transformación de sus opiniones, que expresaban su mayor grado de conciencia, al tiempo que de la necesidad de una salida militar, de la enorme precariedad del Imperio Borbón y del creciente poder de sus enemigos.

II. EL COMBATE CONTRA LA REVOLUCIÓN FRANCESA

La radicalización de la lucha de clases en Europa, entonces, tuvo su correlato en las opiniones políticas de Agüero. En 1790, criticaba “las revoluciones de la Francia”, asegurando que “deducen los políticos un estado lamentable en esta nación”.¹³ Comentario que expresaba más sus propios prejuicios, antes que la conclusión de un análisis sobre hechos conocidos ya que, a mediados del mismo año, Agüero también reconocía que no era mucho lo que se sabía sobre el tema, ya que “se hablan muchas cosas y nada corre de buen original”.¹⁴ Sin embargo, con el paso del tiempo, confirmó que la “causa común” que unificaría a las diferentes cortes europeas sería el rechazo a la “Constitución de la Francia [...] porque parece que no se funda sobre las mejores doctrinas”.¹⁵ Nueve años después, el derrotero de la lucha política le confirmó a Agüero que el impulso de las guerras se encontraba en la nueva república, especialmente en su conflictividad interna. En 1799, señalaba que “si los alborotos de París y otras ciudades de la República Francesa fueren efectivos y tomaren cuerpo, no dudo que se realizará la paz general, pero en otras formas yo opino que va largo”.¹⁶ Al año siguiente, insistía en considerar que los “desastres” que “se experimentan en la Europa con la tenaz guerra” parecían no tener fin, y que sólo auguraban una posible paz quienes alentaban la “reforma o nueva forma del gobierno de Francia”.¹⁷

Información suficiente para que, desde principios de la década de 1790, Agüero saludara la instalación de 200 cañones en Montevideo y la reunión de la flota española en Cádiz, como precaución ante una probable expansión de la revolución al continente americano. Cada vez más lejos de su antiguo pacifismo, Agüero elogiaba que España se esté armando frente al “orgullo” inglés y los “pretextos arbitrarios” de la Francia revolucionaria.¹⁸

No obstante, los avatares de la lucha política determinaron que, un año después, los mismos comerciantes que despotricaban contra la Revolución Francesa, se vieran aliados de la nueva república frente a la imponente Inglaterra. Poderoso enemigo al que, en su consideración, no debía otorgársele ninguna ventaja. De hecho, al expandirse los primeros rumores de que se había firmado la paz con Gran Bretaña, Agüero opinaba que los acuerdos implicaban “demasiada franquicia” concedida a los ingleses.¹⁹

Poco a poco, el teatro de las guerras europeas se fue acercando al Río de la Plata, obligando a los comerciantes porteños a organizarse para que el Estado lleve adelante medidas defensivas. No podían fiarse de Inglaterra, que luchaba por copar los mercados sudamericanos. Ni de Portugal, aliada de los británicos. Ni siquiera de su aliada coyuntural, Francia, que intentaba extender su revolución al mundo entero. Callejón que se profundizaba al calor de la radicalización de la lucha de clases en Francia, que dificultaba, cada vez más, la alianza que España tenía con ella. Los comerciantes porteños estaban al tanto de esta situación.

En 1793, solicitaron al Virrey que, “a la sombra de los rumores de guerra esparcidos últimamente”, y de que el buque francés *Dragón* se encontraba en el Río de la Plata, “alguna embarcación (...) de las de Su Majestad (...) esté a la mira hasta alejar este buque que, aunque no es enemigo declarado, debe cuidarse como si lo fuera”.²⁰ El conocimiento que Agüero tenía del proceso francés se mantenía actualizado gracias a los informes que sus consignatarios comerciales enviaban desde el viejo continente. Es así como Rafael Mazón, desde Málaga, describía la profundización de la Revolución y la agudización de los antagonismos con sus enemigos:

“los franceses están de peor animo que al principio, más rebeldes que al principio. Aguardamos una gran guerra contra ella, pues los imperiales y prusianos le han declarado la guerra, y creo seguirán todos. Según veo, antes de todo esto, se matarán todos los franceses, unos a otros. Me parece que sucederá con París, peor que con Jerusalén, que no quedara piedra sobre piedra. Dios los ponga en paz y se aquieten que, según veo, tendrá que hacer”.²¹

La peor de las pesadillas se volvió realidad el 21 de enero de 1793: el Rey de Francia, Luis XVI, fue ejecutado por el gobierno revolucionario. El hecho marcó el límite insalvable que poseía la alianza franco-española y el realineamiento de las fuerzas en Europa. La corte española modificó su

composición al compás de la profundización de las guerras. Como el propio Agüero comentaba, la línea dura se imponía por sobre los partidarios del reformismo:

“Hemos tenido noticia cierta de que el Rey ha venido en exonerar al Excelentísimo Señor Conde de Floridablanca del Ministerio de primer Secretario de Estado con todos sus honores y sueldos que gozaba. La circunstancia de haberle sucedido interinamente el Conde de Aranda; la de haberse suprimido la Junta Suprema de Estado y reestablecido el Consejo de Estado, de que por ahora es el Rey su Presidente, y decano dicho Aranda, hacen creer que llegó el caso de la alternativa de los espadachines”.²²

Seis meses después, se enteraba “sobre las particulares gracias que ha merecido el señor Godoy, de nuestro católico Monarca, [quien] le ha conferido la de primer Secretario de Estado, que servía interinamente el Conde de Aranda, y al señor Valdés la de Capitán General de la Real Armada”.²³ Como dijimos, los cambios no obedecían a una nueva estabilización, sino al intento de la Corona de rodearse del personal político más idóneo para enfrentar la crisis orgánica que vivía el feudalismo, en general, y el Imperio Español, en particular.

El seguimiento de la coyuntura política internacional le permitía a Agüero un notable nivel de “predicción” política. En febrero de 1793, le comentó a Miguel su interés por apurar una serie de negocios y remesas “porque las cosas en Europa están muy revueltas”.²⁴ Tan sólo cuatro meses después, llegaban al Río de la Plata las noticias de la declaración de guerra entre España y Francia. Los comerciantes fueron informados formalmente de ella el 9 de julio, cuando se les comunicó la Real Orden que sentenciaba que

“Dirigiéndose el partido que gobierna actualmente la Francia a extender por todas partes los principios de desorden y de impiedad que han sido causa de las turbulencias y calamidades en que se halla desgraciadamente envuelto aquel Reino. Y no habiendo bastado los esfuerzos más extraordinarios para contenerle e impedir sus perjudiciales designios, se ha visto el Rey en la dura necesidad de declarar la guerra a la Francia, sus posesiones y habitantes”.²⁵

La monarquía española entró en una escalada de guerras ininterrumpidas. Por lo que el Virrey solicitó a los comerciantes un aporte monetario para sostener el esfuerzo bélico. Reunidos en Junta, decidieron “contribuir para

el auxilio de las Reales Armas de Nuestro Soberano con veinte y cinco mil pesos anuales durante la presente guerra”, aprovechando para recordarle al Rey el pedido que tenía Buenos Aires de instaurar un Consulado en su territorio. Cada vez más concientes de la gravedad de la situación, poco tiempo después, mejoraron su “demostración voluntaria (...) a Su Majestad, en crédito de su fidelidad y amor a la Real Persona y del íntimo interés con que mira por la causa de la Religión, de la Patria y de las Reales Armas urgentemente necesitadas a ejercitarse contra la Francia” ya que “reflexionando después por diferentes individuos del propio Cuerpo” se dieron cuenta que “era muy corto el monto del ofrecimiento en tan grave necesidad”, por lo que aumentaron su contribución a cien mil pesos fuertes “por ahora”.²⁶ A su vez, el Rey español comenzó a entregar patentes para armadores en curso contra Francia.

Desde todos los mercados del virreinato, los comerciantes aguardaban expectantes la resolución del enfrentamiento para retomar sus negocios, preguntándole a Agüero por la situación.²⁷ Sus hermanos, Bernardo y Juan, que resistían la invasión francesa en la Península, lo mantenían al tanto de la evolución de la guerra.²⁸ Pasada la mitad del año 1795, le informaron del acuerdo de paz entre España y Francia.²⁹

III. LA LUCHA CONTRA LA INGLATERRA CAPITALISTA

Con las noticias de la paz con Francia, Agüero comenzó a reorganizar su giro comercial, aunque todavía permanecía sin resolverse el conflicto con Inglaterra:

“Veo la mucha carestía de efectos extranjeros [en Cádiz]; pero con la negociación de paces que nos anuncian de la Corte y otras partes de las provincias septentrionales de esa Península volverán las cosas a su quicio, y podremos ponernos en movimiento sin tantos riesgos. A cuyo fin es necesario formar nuestro plan mercantil, para lo que sólo espero saber cómo quedamos con los ingleses”.³⁰

La preocupación por los británicos era central, ya que se consideraba que la paz con Francia no bastaba para reactivar el comercio y el envío de remesas. Hacia 1796, los verdaderos dueños de los mares eran los británicos, por lo que Agüero afirmaba que

“la noticia de la paz con los franceses sin la de (...) los ingleses más bien ha acobardado que animado al comercio a seguir su giro (...) si antes de la salida de estos buques no llega la noticia de una paz general, o que al menos los ingleses la hagan con la nueva República [Francia], me parece que pocos caudales llevarán de aquí”.³¹

El enfrentamiento con Inglaterra era la gran pesadilla de los comerciantes monopolistas:

“Con sólo la esperanza, para no sufrir quebrantos, de que entre nuestra Corte y la de Inglaterra haya alguna desavenencia, no permita Dios que logren sus deseos con semejante trastorno y atraso que causaría al comercio en general el rompimiento entre las dos naciones, sobre que no dejamos de estar con bastantes recelos, que no calmarán mientras no haya una paz general”.³²

La crisis general del comercio y los trastornos generados por las guerras decidieron a Miguel Fernández de Agüero a embarcarse hacia Cádiz. Desde allí, mantuvo a Diego al tanto de la evolución de los conflictos, caracterizando que tanto España como Inglaterra no deseaban profundizar la guerra entre sí, y que el impulso estaba dado por el avance francés:

“Esta serenidad de resolución nos hace creer que ni uno ni otro gabinete [España e Inglaterra] quieren la guerra, y que si se rompe sea por nuestra parte a impulsos de las insinuaciones o exigencias del Directorio francés, que por todas partes hace valer sus pretensiones”, escribía en febrero de 1796.³³

A su vez, Diego de Agüero criticaba ciertos permisos que acercaban a los ingleses a Buenos Aires, como la franquicia que “les permitió la pesca de ballenas en estos y en aquellos mares”, sin poder calcularse “cuántos males es susceptible esta permisión a nuestra navegación y comercio”.³⁴ Finalmente, la declaración de guerra que Carlos IV realizó a Inglaterra, el 7 de octubre de 1796, se dio en una coyuntura nefasta para los comerciantes, al poco tiempo de haber realizado un importante envío de remesas a la Península. Agüero se lo informó a Miguel, todavía en Cádiz: “nos han tenido aquí engañados con la supuesta buena armonía con la Corte de Londres; y así nos sucede, que este comercio jamás ha tenido tantos riesgos en la mar como en la ocasión de haberse declarado la guerra”.³⁵

La guerra provocó un parate en el comercio, por lo que la única solución que quedaba en manos de los comerciantes rioplatenses era presionar al Virrey para que organice un convoy hacia la Península, que custodie el dinero y las mercancías que, hacia allí, debían ser remitidas. Sin embargo, los recursos del Estado colonial eran limitados y el armado de los convoys era dificultoso, cosa que Agüero no tardaría en criticar. Asimismo, frente a los primeros rumores de un ataque inglés al Río de la Plata, a Agüero le preocupaba “la falta de gente para, en caso necesario, operar con dichas cañoneras, porque ésta escasea de todas clases”.³⁶ El bloqueo inglés seguía firme, logrando apresar varios buques españoles. A mediados de 1797, aunque aceptaba lo irremediable del conflicto, Agüero deslizaba una crítica a la Corte española, por haber iniciado la guerra de manera sorpresiva: “ninguna de estas condiciones hubiera sido atendible si aquí hubiéramos tenido alguna sospecha de que nuestra Corte pudiese declarar la guerra como la declaró a la de Inglaterra”.³⁷

A pesar de estas críticas, nuestro comerciante parecía confiar en el personal político que quedaba a cargo de la situación en la Colonia. Por un lado, en carta a la Compañía de Bustamante y Guerra, saludó el nombramiento de José de Bustamante y Guerra como nuevo Gobernador de Montevideo. A pesar de informarle que se hallaba “rodeado de atenciones de la mayor gravedad”, no dudaba que Bustamante y Guerra llevaría adelante “un feliz gobierno”.³⁸ Por otro, saludó la designación del Marqués de Avilés, por ese entonces Capitán General del Reino de Chile, como nuevo Virrey del Río de la Plata, “cuya elección ha sido muy celebrada, porque de antemano deseaba la parte más sana de esta capital recayese en él este nombramiento”.³⁹

Las noticias que llegaban desde el viejo continente no eran buenas. Miguel informaba del “mal estado de las cosas de Europa y el desacierto de las primeras operaciones de nuestra Marina, consiguientes quebrantos del comercio de América”, comentando su propia “congoja” ante la situación y proponiéndole a Diego “no atolondrarnos, tranquilizar nuestro espíritu, y contraernos con pulso, a ver si podemos resarcir los quebrantos”.⁴⁰ Pero los combates en alta mar continuaban afectando duramente a los Agüero y, en abril de 1798, otro buque caía bajo poder del enemigo, provocándoles la pérdida de 10.500 pesos de 128 cuartos.⁴¹

Al mismo tiempo, una guerra con Portugal, “por la mucha adherencia de aquella Corte con el Gabinete de Saint James, a pesar de sus enlaces con la de Madrid”, se hacía cada vez más palpable.⁴² A principios de 1799, Agüero no avizoraba una salida en el corto plazo, pronosticando la

profundización de los enfrentamientos: “hay fundados recelos de que se vuelva a armar el incendio de la guerra general por la tenacidad de ingleses y franceses”.⁴³ Previsiones que se ven confirmadas con la declaración de guerra a Francia que realizaron “la corte otomana (...) y la de San Petesburgo”. Lo que, sin embargo, no desequilibra la situación en el Atlántico, donde Londres es “dueño absoluto de los mares, hace el comercio en todo el mundo, y así puede sostener los inmensos gastos de la guerra, al paso que nosotros sin haber hecho nada ya nos faltan los arbitrios”.⁴⁴

Para mediados de 1799, Agüero estaba convencido de la necesidad de una salida militar, percibiendo que el avance de las potencias capitalistas amenazaría sus negocios: “verá usted el nuevo fandango que se ha armado y la angustiada situación de nuestra Península: Dios permita que las primeras operaciones de las escuadras en el Mediterráneo sean favorables, porque en caso contrario son temibles algunas malas resultas”, escribía a Juan Antonio Montes.⁴⁵ Era cada vez más conciente, no sólo de la gravedad de la situación, sino también de la debilidad española. En octubre, informaba a Lima de los “ríos de sangre” que en Europa corrían y del “ruinoso estado en que nos hallamos”.⁴⁶ La guerra complicaba cada vez más el giro gaditano, situación que se agravaba a cada momento. Antes de fin de año, llegaron noticias al Río de la Plata de la declaración de guerra entre España y el imperio ruso, comentando Agüero al respecto que “se dice que los ingleses le han cedido a esta potencia la isla de Menoría [sic], que conquistaron en esta guerra a los españoles. Si se realiza (...) será muy perjudicial a nuestro comercio del Mediterráneo”.⁴⁷

La guerra, a la vez que profundizaba la detención del giro atlántico, hacía aún más necesaria la remisión de dinero a la Península. De allí que Agüero insistiera en realizar los envíos, a pesar de los peligros: “son muy generales las urgencias de poner en España fondos detenidos en América y mucho más las dificultades que se ofrecen para conseguirlo”.⁴⁸ Al intentarlo, en junio de 1800, se cumplieron los peores temores de los comerciantes: los ingleses destrozaron el convoy español, que contaba con 17 buques. A su vez, el enemigo atacaba cada vez más cerca. Como aseguraba Agüero “es tanta la osadía de nuestros enemigos los ingleses que hasta se han introducido a hacer el corso en este Río, haciéndonos presas a 15 leguas de esta capital”.⁴⁹ Desahuciado, comentaba el hecho “de no haber fuerzas que oponer a este enemigo”, que tenía “consternado al comercio”.⁵⁰ Ya no le quedaban dudas de la inferioridad de las fuerzas rioplatenses: “nos hallamos amenazados de un bloqueo superior a las fuerzas marítimas que tenemos en Montevideo”,

aseguraba en octubre de 1800.⁵¹ A mediados de 1801, sólo unos pocos buques llegaban, a duras penas, a las costas rioplatenses, escapando del poderoso bloqueo inglés.

La guerra con Portugal empeoraba aún más la situación de los gaditanos, debido a que, con este nuevo enemigo, “se obstruirán todas las vías”, aseguraba Agüero.⁵² Incluso afirmaba que “para esta provincia es aún más gravosa y temible esta guerra que la de los ingleses, por la vecindad que tenemos con ellos en tan dilatada línea”, sobre todo teniendo en cuenta la profunda debilidad de las fuerzas españolas: “si de allá no vienen socorros, aquí no hay fuerzas que puedan resistir el ataque que los enemigos puedan dirigir contra nosotros”.⁵³ A raíz de la declaración de guerra, los portugueses comenzaron a atacar por la frontera norte, según Agüero, acompañados de

“varias cuadrillas de forajidos [españoles] que han causado (...) muchas hostilidades saqueando las casas y robándose los ganados”. La captura de algunos de ellos, por parte del gobierno, provocó una definición tajante por parte del comerciante, que no dudaba en afirmar que “sin formalidad de juicio, debieran haberlos ahorcado”.⁵⁴

La guerra jaqueaba a los monopolistas que, en aquellos tiempos de crisis, expresaban de manera más abierta su íntima vinculación al Estado feudal español, y la importancia que tenía aún, en el período tardo colonial, el envío de remesas de dinero desde las colonias hacia la Península. Frente al acecho del enemigo, solicitaron al Virrey que difiriera la salida de la flota que debía transportar unos cinco millones de pesos, más una cantidad similar en frutos exportables. Justificaron su pedido asegurando que

“la pérdida del todo, o parte notable de este tesoro, causaría accidentes funestos en el extenuado cuerpo político de la Nación (...) él solo ocasionaría una impresión tan viva y sensible en todo el sistema que haría resentirse todos sus miembros, por las relaciones recíprocas que organizan su constitución, con todas las clases y suerte del Estado”.⁵⁵

Un llamado de atención que muestra mucho más que la defensa de un interés corporativo. Los comerciantes monopolistas de Buenos Aires, a principios del siglo XIX, sabían que era el sistema de organización social el que estaba en juego.

IV. EL PROGRAMA MONOPOLISTA EN LOS PROLEGÓMENOS DE LA REVOLUCIÓN

Las circunstancias determinaron que uno de los más importantes alegatos monopolistas haya quedado a cargo del entonces apoderado del comercio de Cádiz, Miguel Fernández de Agüero. En 1809, cuando los ingleses presionaban para comerciar en el Río de la Plata, el Virrey realizó una consulta a los sectores más influyentes. La respuesta del partido revolucionario fue redactada por Mariano Moreno, en su famosa *Representación de los Hacendados*. Los monopolistas hablaron por boca de Fernández de Agüero, quien en su *Representación del Real Consulado Universidad de Cargadores á Indias de Cádiz*, sintetizó el programa de los comerciantes monopolistas.⁵⁶

Conciente del poder de sus representados, Fernández de Agüero planteó, abiertamente, que el libre comercio con los ingleses significaría “un fatal golpe [...] a todos los de mi clase”.⁵⁷ Claro que no mostraba a los comerciantes como a un grupo desgajado del resto de la sociedad, sino como al motor que sostenía a la Monarquía. Intentaba convencer al Virrey de que “esta providencia consumaría la ruina del comercio nacional, y particularmente del de Cádiz, cuyo fomento es de tanto interés a la Nación”.⁵⁸ Fernández de Agüero concentra su argumentación en un hecho completamente cierto: los comerciantes monopolistas vendían sus efectos con un sobreprecio que no soportaría la competencia de mercancías inglesas, mucho más baratas. De allí que exija al Estado la única solución posible para los gaditanos: mantener a raya a los ingleses y sus manufacturas. El principal argumento, no menos cierto que el anterior, planteaba que el comercio con los ingleses implicaba el primer paso para que las colonias se independicen del dominio español. Mostraba una profunda claridad política al afirmar que “concedido a los ingleses el comercio con estas Américas, es muy de temer que, a la vuelta de pocos años, veamos rotos los vínculos que nos unen con la Península española, y separados del suave gobierno de nuestro legítimo soberano”.⁵⁹ El rechazo del comercio con los ingleses, en la perspectiva monopolista, implicaba el único camino para sostener el *status quo*, es decir, el sistema colonial. Caso contrario,

“el último y peor mal que puede causar la concesión del libre comercio al extranjero en estas Américas es el riesgo eminente a que pone el gobierno español de perderlas. (...) Y si cuando esta Capital fue ocupada por las tropas británicas, no faltaron ingleses o americanos que nos hiciesen traición, ¿cuánto no deberá temerse

cuando se hallen y quebranten las estrechas prohibiciones de nuestras leyes sobre la permanencia de extranjeros en los dominios de América”.⁶⁰

Así como ofreció argumentos políticos y económicos para rechazar el comercio con los británicos, Fernández de Agüero apeló a otro tipo de legitimidad para resguardar los mismos intereses materiales: la religión. Fue así como advirtió que debía tenerse en cuenta,

“a más de los males ya indicados, el que sufriría necesariamente nuestra moral, nuestras costumbres y nuestra religión santa. Sola [sic] la comunicación con los portugueses (...) ha introducido el libertinaje y la corrupción (...). Si el frecuente trato con esta nación ha producido tamaños males, ¿cuántos no deberemos, justamente, temer del de los ingleses, cuya religión es en los puntos más substanciales tan diferente a la nuestra?”⁶¹

V. LAS IDEAS ECONÓMICAS EXPRESADAS EN UN PROGRAMA POLÍTICO

Las ideas económicas de Agüero tomaron la forma de un programa (político) bien delimitado en 1809, cuando Miguel Fernández de Agüero sistematizó los intereses de su clase, frente al avance de los sectores revolucionarios, dirigidos por los hacendados. De su representación se desprende la naturaleza social de los comerciantes monopolistas, y el programa económico que intentaban imponer. En primer lugar, detener el avance de la ley del valor, lo que se expresaba en el combate contra el menor precio de las mercancías capitalistas inglesas:

“¿Por qué, cual será el comerciante español que pueda prosperar al lado de los comerciantes ingleses? Cualquier expedición que venga de los puertos habilitados de nuestra Península no ofrecerá a los interesados sino quebrantos y quiebras. Los ingleses nos darán, en estos países, sus efectos en la mitad del justo precio por que se compran hoy en las plazas comerciales de España. Y estos perjuicios no serán ciertamente momentáneos o por poco tiempo. Pues, aún cuando solo dure la libertad de comercio por dos años —como lo propone el Real Consulado en su informe—, sobra este tiempo para que nos veamos abarrotados de sus efectos por muchos años (...). Reflexione ahora, vuestra excelencia, cual será, en toda esta época lastimosa, la situación de nuestros negociantes

nacionales. Escarmentados por sus repetidos quebrantos habrán, necesariamente, de abandonar su giro y comunicación mercantil con estas provincias y, para no sufrir mayores quiebras, o habrán de estarse mano sobre mano, o habrán de entablar nuevas especulaciones (...) Este mal, que es común a todo el comercio nacional, aún es mayor respecto de la Universidad de Cargadores a Indias de Cádiz y demás puertos habilitados de España. Estos, cuyas principales y acaso únicas relaciones son con estas Américas, se verán en la necesidad de variar enteramente el sistema de su giro (...) las expediciones que han venido últimamente en derechura de aquellos puertos. Todas ellas no ofrecen, a los interesados, sino quebrantos de la mayor consideración. Esto sucede por la concurrencia que ha habido de efectos extranjeros, ya por permisos particulares, ya por el contrabando escandaloso, causado acaso por los mismos permisos”.⁶²

Fernández de Agüero concentró su argumentación en un hecho completamente cierto: los comerciantes monopolistas vendían sus efectos con un sobreprecio, producto del monopolio, que no soportaría la competencia de mercancías inglesas, mucho más baratas. Su propuesta, entonces, se basaba en profundizar los niveles de renta impuestos a la circulación y gravar a los propietarios de tierras de campo y comerciantes de frutos. En primer lugar, habilitar un préstamo, otorgado por los mismos comerciantes monopolistas, con un premio de hasta el 12% anual, garantizado con los fondos del Consulado y el Cabildo. En segundo, gravar con nuevos impuestos el comercio de ensayo y el de aguardientes. Imponer, asimismo, una “moderada contribución por frutos civiles, propiedad de tierras de campo, renta de fincas en los pueblos, industrias particulares, sueldos fijos militares, civiles y eclesiástico”⁶³ y enajenación de propiedades estatales (adquiridas por Temporalidades, por ejemplo); reducir los salarios mayores de los cargos estatales; solicitar contribuciones, productos de sus rentas, a los gobiernos de Lima y Chile, y hasta organizar una lotería, que con premios de hasta 3.000 pesos “capaces de lisonjear el interés de pobres y ricos, viudas etc..., para que entren a jugar con poca o mucha cantidad”⁶⁴.

VI. EL PROGRAMA DE LOS AGÜERO: LA PROPUESTA DE UNA CLASE EN DECADENCIA

Diego de Agüero no fue un teórico de la contrarrevolución. No obstante, desarrolló tareas de dirección técnica, en cuestiones comerciales, transmitiendo

noticias a sus consignatarios y asistiendo a numerosos comerciantes en el Río de la Plata. Sin embargo, no incursionó en el terreno del debate de ideas, ni realizó ninguna sistematización del programa de su clase. Es decir, no produjo teoría, tarea que sí llevó adelante su socio y sobrino, Miguel Fernández de Agüero.

Los Agüero fueron destacados intelectuales orgánicos debido a que participaron, desde un lugar de dirección, en los principales combates que desarrolló la clase dominante colonial rioplatense. Y lo hicieron planteando un balance y una salida (es decir, un programa): la defensa irrestricta de la monarquía española y el *status quo* colonial. A lo largo de sus vidas, respaldaron al Rey, al Estado español y a su religión, combatiendo a sus enemigos. Inculcaron a su familia los ideales del catolicismo, divulgándolos, además, en Buenos Aires y el resto de América.

Sus posiciones políticas evolucionaron al calor de sus necesidades económicas y de las posibilidades concretas que ofrecía la lucha política a nivel mundial. En un primer momento, fueron “pacifistas”, que deseaban el fin de las guerras europeas, para que no afectaran su giro comercial. Años después, cuando ingleses y franceses se apoderaron de los mares, introduciendo sus mercancías competitivas en el Río de la Plata, exigieron recomponer la hegemonía perdida por medio de la guerra.

También se enfrentaron a la Revolución Francesa, asegurando que allí se encontraba uno de los principales enemigos que acechaba al Imperio español. Se mantuvieron al tanto de la situación política europea, acertando en los juicios más profundos, como cuando planteaban que los imperios se habían unido para enfrentar a la Francia revolucionaria. A su vez, eran conciente de la necesidad de que España detenga el avance inglés que, de imponerse, acabaría con los monopolistas gaditanos. De hecho, ya en 1797, previniendo una posible invasión al Río de la Plata, planteaban el problema de la falta de una fuerza militar que pudiera oponerle resistencia.

En términos económicos, lucharon por un comercio restringido, es decir, monopólico. Se beneficiaron con la escasez y se perjudicaron con la abundancia de mercancías. Combatieron, entonces, por limitar el avance de comerciantes y productos competitivos, principalmente ingleses, franceses y norteamericanos. Pero también fueron concientes de que el problema tenía su origen en la estructura del sistema colonial, lo que planteaba dos salidas: o el libre comercio, o un reforzamiento del monopolio. Frente a la crisis orgánica de 1809, insistieron en salidas que ya se habían mostrado incapaces de resolver los problemas de la sociedad porteña: intensificar los impuestos

a los productores agrarios e intentar sobrellevar la situación financiera con préstamos de los comerciantes al Estado. Su derrota en el plano de las ideas fue la expresión de la decadencia, política y económica, de su clase social.

NOTAS

- ¹ Halperín Donghi, Tulio, *Tradición política española e ideología revolucionaria de Mayo*, Eudeba, Buenos Aires, 1961; Chiamonte, José Carlos, *La crítica ilustrada de la realidad. Economía y sociedad en el pensamiento argentino e iberoamericano del siglo XVIII*, CEAL, Buenos Aires, 1994.
- ² Weinberg, Félix, *Antecedentes económicos de la Revolución de Mayo. Escritos publicados en el Semanario de Agricultura, Industria y Comercio*, Raigal, Buenos Aires, 1956; Harari, Fabián, *Hacendados en Armas. El Cuerpo de Patricios de las Invasiones Inglesas a la Revolución (1806-1810)*, Ediciones ryr, Bs. As., 2009.
- ³ Lo que no significa que no existan numerosas investigaciones dedicadas a sus diferentes fracciones (ejército, clero, burocracia y comerciantes) y a sus principales integrantes (como Martín de Álzaga y Gaspar de Santa Coloma). Véase, por ejemplo, Beverina, Juan, *El virreinato de las provincias del Río de la Plata. Su organización militar*, Círculo Militar, Bs. As., 1935; Mariluz Urquijo, José M., *Orígenes de la burocracia rioplatense*, Ediciones Cabargon, Bs. As., 1974; Segretti, Carlos, "El partido español. La facción alzaguista", UNC, Córdoba, 1965; Williams Álzaga, Enrique, *Álzaga, 1812*, Emecé Editores, Bs. As., 1968; Socolow, Susan, *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*, De la Flor, Bs. As., 1991; Gelman, Jorge, *De mercachifles a gran comerciante. Los caminos del ascenso en el Río de la Plata colonial*, UNIARA, España, 1996.
- ⁴ AGN, Sala VII, Legajo 761, Foja 589.
- ⁵ Carta de Diego de Agüero a José Clemente de Agüero, 8 de marzo de 1800. MHN, AH FG SC 13.
- ⁶ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 5 de julio de 1787. MHN, AH FG SC 08.
- ⁷ Cartas de Pedro Ortiz y Salvador de Trucios a Diego de Agüero, 23 de julio de 1774 y 6 de abril de 1779, AGN, Sala VII, Legajo 761, Fojas 11 y 243; Carta de Diego de Agüero a José Ramírez y Miguel Fernández de Agüero, 6 de noviembre de 1792 y 30 de agosto de 1796. MHN, AH FG SC 10; AH FG SC 13.
- ⁸ Como "Lógica y metafísica", de Monteiro; "La Teología", de Billuart y Tomasini o "La teología y disertaciones eclesiásticas", de Berti. Carta de Diego de Agüero a Ignacio Díaz Saravia, 21/7/1791. MHN, AH FG SC 13.
- ⁹ Carta de Diego de Agüero a Francisco Martínez de Hoz, 28 de junio de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ¹⁰ Carta de Diego de Agüero a Salvador de Trucios, 10/11/1775. AGN, Sala VII, Legajo 761, F. 102.
- ¹¹ AGN, Sala VII, Legajo 761, Fojas 420 y 495.
- ¹² "La guerra entre franceses e ingleses parece no nos será perjudicial como no nos mezclamos en ella, Dios lo permita así", comentaba Pedro Andrés de Azagra a Diego de Agüero, en carta del 13 de agosto de 1778, en AGN, Sala VII, Legajo 761, Foja 177.
- ¹³ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de abril de 1790. MHN, AH FG SC 10.
- ¹⁴ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de junio de 1790. MHN, AH FG SC 10.
- ¹⁵ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de noviembre de 1790. MHN, AH FG SC 10.
- ¹⁶ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Obregón Ceballos, 26 de diciembre de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ¹⁷ Carta de Diego de Agüero a Margarita de Velasco, 16 de marzo de 1800. MHN, AH FG SC 18.

- ¹⁸ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Obregón Zeballos, 16 de septiembre de 1790. MHN, AH FG SC 10.
- ¹⁹ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de febrero de 1791. MHN, AH FG SC 10.
- ²⁰ AGN, Sala IX, Consulado, Expedientes, 1771-1793, Expediente N° 29, 4-7-3.
- ²¹ Carta de Rafael Mazón a Diego de Agüero, 30 de junio de 1792, AGN, Sala VII, Legajo 761, Foja 499.
- ²² Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de julio de 1792. MHN, AH FG SC 10.
- ²³ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 6 de febrero de 1792. MHN, AH FG SC 10.
- ²⁴ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 26 de febrero de 1793. MHN, AH FG SC 10.
- ²⁵ AGN, Sala IX, Consulado, Expedientes, 1771-1793, Expediente N° 24, 4-7-3.
- ²⁶ AGN, Sala IX, Consulado, Expedientes, 1771-1793, Expediente N° 25, 4-7-3.
- ²⁷ "Si acaso el común rumor y noticia de paces se llegare a confirmar podremos ya caminar con más acierto y seguridad". Carta de Juan Antonio a Miguel Fernández de Agüero, 3/12/1795, AGN, Sala VII, Leg. 761, f. 517.
- ²⁸ A mediados de 1794, Bernardo de Agüero escribe a su hermano desde la Península, comentándole de "los trabajos que tenemos con estos malos franceses (...) que nos están pegando fuego por todos los puertos de mar [y] tienen en el día tomado por esta mano a las ciudades". Un año después, el avance francés parece arrollador, según comenta el mismo Bernardo, "ésta tierra es del francés. El día 20 del pasado tomaron la ciudad de Bilbao, y tienen tomada en la hora toda Vizcaya y están pegando fuego a Barcelona. Aquí estamos todos sujetos a las armas". Cartas del 30/8/1794 y 1/8/1795, AGN, Sala VII, Legajo 761, Fojas 508 y 512.
- ²⁹ En agosto de 1795, Juan de Agüero informa a Diego "de la conformidad de las paces entre nuestro Monarca, que Dios guarde, y la República francesa". Carta del 24/8/1795, AGN, Sala VII, Legajo 761, Foja 514.
- ³⁰ Carta de Diego de Agüero a Ignacio Díaz Saravia, 29 de octubre de 1795. MHN, AH FG SC 13.
- ³¹ Carta de Diego de Agüero a José Fernández de Cosío, 7 de enero de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ³² Carta de Diego de Agüero a Manuel de Céspedes, 7 de enero de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ³³ Carta de Miguel Fernández de Agüero a Diego de Agüero, 3/2/1796, AGN, Sala VII, Legajo 761, F. 518.
- ³⁴ Carta de Diego de Agüero a José Fernández de Cosío, 21 de abril de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ³⁵ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 17 de diciembre de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ³⁶ Idem.
- ³⁷ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 12 de agosto de 1797. MHN, AH FG SC 13.
- ³⁸ Carta de Diego de Agüero a Francisco de Bustamante y Compañía, 1 de abril de 1797. MHN, AH FG SC 13.
- ³⁹ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 16 de febrero de 1798. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁰ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 16 de septiembre de 1797. MHN, AH FG SC 13.
- ⁴¹ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 5 de abril de 1798. MHN, AH FG SC 13.

- ⁴² Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 16 de julio de 1798. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴³ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 16 de enero de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁴ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 16 de marzo de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁵ Carta de Diego de Agüero a Juan Antonio Montes, 16 de agosto de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁶ Carta de Diego de Agüero a Francisco de Sagastabeytia, 26 de octubre de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁷ Carta de Diego de Agüero a Manuel de Bustamante, 16 de diciembre de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁸ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Larraín, 16 de abril de 1800. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁹ Carta de Diego de Agüero a José Santiago de Ugarte, 16 de junio de 1800. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵⁰ Carta de Diego de Agüero a José Santiago de Ugarte, 16 de octubre de 1800. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵¹ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Obregón Ceballos, 28 de octubre de 1800. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵² Carta de Diego de Agüero a Francisco Segura, 16 de mayo de 1801. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵³ Carta de Diego de Agüero a Manuel de Bustamante, 16 de junio de 1801. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵⁴ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Obregón Ceballos, 26 de septiembre de 1801. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵⁵ AGN, Sala IX, Consulado de Buenos Aires, Expedientes, Legajo 4, N° 27.
- ⁵⁶ Fernández de Agüero, Miguel Fernández: *Representación del Real Consulado Universidad de Cargadores á Indias de Cádiz*, [1809]; editada íntegramente en Harari, *La Contra...* op. cit.
- ⁵⁷ Idem, p. 216.
- ⁵⁸ Idem, p. 217.
- ⁵⁹ Idem, p. 218.
- ⁶⁰ Idem, p. 225.
- ⁶¹ Idem, p. 239.
- ⁶² Fernández de Agüero, Miguel Fernández, *Representación del Real Consulado Universidad de Cargadores á Indias de Cádiz* [1809], editada íntegramente en Harari, Fabián, *La Contra*, pp. 218-219.
- ⁶³ Fernández de Agüero, Miguel, *Representación*, p. 236.
- ⁶⁴ Fernández de Agüero, Miguel, *Representación*, p. 236.

RESUMO

Nosso trabalho analisa o pensamento político e econômico de destacados integrantes da sociedade portenha colonial: Os comerciantes monopolistas Diego de Agüero e Miguel Fernández de Agüero. Compreender seu ideário tem como objetivo elucidar o programa que guiou os opositores da Revolução de Maio de 1810. A análise de sua correspondência, dos expedientes do Consulado Portenho e da representación del Consulado de Cádiz (1809), prova que ambos foram defensores do Império Espanhol e seu Rei. Palavras Chaves: Comerciantes – Classe Dominante Colonial – Contra-revolução.

De Phillippe Pinel à Pós-Modernidade

Paulo Roberto Chaves Pavão¹

RESUMO:

A loucura tornar-se-á objeto da medicina no século XVIII, com o nascimento da psiquiatria durante a Revolução Francesa; nos trabalhos de Pinel, de Esquirol e de outros autores será descrita como a “perda da Razão”, provocada por múltiplas causas, destacando-se a hereditariedade, os traumas físicos e as causas morais: as paixões contrariadas, o excesso dos hábitos como o alcoolismo, o desemprego e a má educação.

A loucura e a psiquiatria não têm a mesma idade, a loucura é muito antiga, desde as primeiras sociedades humanas, encontramos relatos e descrições de suas manifestações. Na Bíblia, na tragédia grega, em Hipócrates; muitos outros textos refletirão olhares diversos sobre ela: o olhar dos artistas, dos poetas e dos filósofos, como por exemplo: Hieronymus Bosch e o *Jardim das Delícias*, Shakespeare e *Hamlet*, Erasmus e o *Elogio da Loucura* e Kant e a *Relação entre o sonho e o delírio*.

A loucura tornar-se-á objeto da medicina no século XVIII, com o nascimento da psiquiatria durante a Revolução Francesa; nos trabalhos de Pinel, de Esquirol e de outros autores será descrita como a “perda da Razão”, provocada por múltiplas causas, destacando-se a hereditariedade, os traumas físicos e as causas morais: as paixões contrariadas, o excesso dos hábitos como o alcoolismo, o desemprego e a má educação.

O alienismo – primeira escola psiquiátrica – fará da internação e do tratamento moral os pontos básicos do seu discurso; o asilo como espaço privilegiado para a observação dos loucos e para o tratamento da loucura. O isolamento para a proteção dos pacientes frente à sociedade, considerada como um elemento potencializador do adoecer. O tratamento moral como um conjunto de práticas pedagógicas e disciplinares com a intenção de fazer com que o louco renuncie aos seus delírios para atingir a cura.

Antoine Bayle, em 1822, ao relacionar as manifestações clínicas da *paralisia geral progressiva* com a sífilis, abrirá para a psiquiatria as portas do organicismo, onde a doença mental passará a ser estudada como uma doença do cérebro; a psiquiatria do século XIX será clínica, descritiva e organicista; será a

psiquiatria de Morel e da teoria da degeneração. De Kalhbaum e do método clínico, de Kraepelin e da nosologia; será a psiquiatria da relação entre a loucura e o crime.

Na segunda metade do século XIX o mundo assistirá a passagem do capitalismo da livre iniciativa para o capitalismo monopolista, da era do imperialismo. O racionalismo cartesiano como ideologia dominante será questionado por diversas manifestações de irracionalidade: na economia, na política, na cultura, nas artes e na vida cotidiana, principalmente sob a forma de sofrimento psíquico das neuroses; estavam, portanto, dadas as bases históricas para o nascimento da psicanálise, como estudo do inconsciente, através dos trabalhos de Sigmund Freud.

A psicanálise influenciará a cultura da modernidade em todos os seus aspectos, e principalmente a psiquiatria ao conceber a doença como uma construção histórico genética; ao destacar os sintomas como expressão de conflitos inconscientes, propiciando aos psiquiatras o encontro com a dimensão psicológica do homem.

O século XX começará, para alguns autores, em 1918 com o fim da primeira guerra mundial e terminará precocemente em 1989 com a queda do muro de Berlim e o fim do bloco comunista. Conhecerá no seu decorrer grandes revoluções: a Revolução Russa de 1917, a Revolução Chinesa de 1948, a Revolução Cubana (1956 a 1959), a ascensão do Nazi-Facismo e a Segunda Guerra Mundial, as lutas anticoloniais e a Guerra Fria; o mundo experimentará nesse período histórico um extraordinário desenvolvimento tecnocientífico e cultural.

A psiquiatria vivenciará no último século três momentos importantes: o impacto farmacológico, a doença mental como inadaptação social e a antipsiquiatria.

No ano de 1952 na França, Delais e Deniker descrevem as propriedades farmacológicas da clorpromazina como uma droga neuroléptica e com ação antipsicótica. Outras drogas serão produzidas em seguida, com destaque para a síntese de outros neurolépticos, dos antidepressivos e dos ansiolíticos. O uso terapêutico de tais substâncias produzirá grandes mudanças na assistência psiquiátrica: o melhor controle das crises psicóticas, a abertura dos hospitais psiquiátricos com as primeiras experiências de tratamento ambulatorial, deslocando o eixo do tratamento psiquiátrico dos grandes hospitais para os centros de saúde.

Na década de 60, a extensão do conceito de doença mental às manifestações de inadaptação social produzidas pelas diversas crises políticas

e sociais do sistema, promoverá a psiquiatrização da vida cotidiana com o uso excessivo de medicamentos e de técnicas psicoterápicas; os psiquiatras, os psicólogos e os psicanalistas serão chamados a opinar sobre os mais diversos assuntos, como por exemplo, dos problemas escolares às crises conjugais, da delinquência juvenil aos esportes, como se a psicologia detivesse o segredo dos fatos humanos.

Em 1962, a editora Pons Paris publicará como livro a tese de Michel Foucault intitulada: “A HISTÓRIA DA LOUCURA NA IDADE CLÁSSICA”, defendida em maio de 1961, no Collège de France, tendo uma nova versão sido publicada em 1972 pela editora Gallimard. Foucault, em seu livro, denuncia as bases do saber pineliano, seu humanismo e todo aparato psiquiátrico existente, levando Henry Ey a classificá-la como uma obra “psiquiátrica”.

“A HISTÓRIA DA LOUCURA NA IDADE CLÁSSICA” será uma das fontes inspiradoras do movimento, que nos anos 60 e 70, será conhecido como antipsiquiatria, liderado por Gregory Bateson, David Cooper e Ronald Laing, na Inglaterra e Franco Basaglia, na Itália; movimento de forte crítica à psiquiatria asilar, repressora e disciplinadora, a antipsiquiatria contestará fortemente os discursos psiquiátricos sobre a loucura, considerando a psiquiatria um aparelho ideológico a serviço da repressão do Estado.

Das muitas lutas propostas pela antipsiquiatria, a luta anti-manicomial ganhará o mundo, propondo o fechamento dos hospitais psiquiátricos e a criação de espaços terapêuticos alternativos, como o hospital-dia, o centro de assistência psicossocial e os lares terapêuticos; No Brasil, com o fim da ditadura militar, a luta anti-manicomial crescerá, conseguindo fazer o Congresso Nacional aprovar uma lei estabelecendo paulatinamente o fechamento dos hospitais psiquiátricos e determinando a redução do número dos leitos existentes, estimulando a criação de outros aparatos terapêuticos.

Na passagem do século XX para o século XXI, o mundo entrará na pós-modernidade, um período histórico marcado por um novo modelo econômico conhecido como neoliberalismo, onde as práticas financeiras, os serviços e a sociedade do consumo passarão a dominar a economia, substituindo o modelo anterior baseado no estado previdenciário e no modelo industrial. No período pós-moderno, a psiquiatria está vivendo uma crise de identidade. É uma ciência ou uma ideologia? Ao abandonar os grandes relatos psicopatológicos, a psiquiatria procura basear a sua identidade nas neurociências.

O que é a neurociência? Qual é o seu objeto de estudo? O homem? Enfim, de que homem ela fala? O homem neuronal? Como o homem neuronal se relaciona com o seu meio sociocultural?

Assim como a filosofia, as diversas ciências, ao longo da história, se constituíram tendo como arcabouço teórico aquilo que Kant considerava como sendo a pergunta filosófica fundamental: o que é o homem? Sua resposta condicionaria inexoravelmente, ainda segundo o filósofo alemão, as respostas para outras perguntas, de ordem moral, epistemológica e prática. Neste contexto, perguntamos qual o conceito de homem que nasce na contemporaneidade no interior das práticas discursivas das neurociências e da psiquiatria?

A psiquiatria da pós-modernidade, assim como a neurociência, caracteriza-se pelo fisicalismo reducionista. Reduz a complexidade do fato psicopatológico a um substrato de sinapses e neurotransmissores, negando assim, a dimensão simbólica do homem, destituindo-o da linguagem e do desejo; segundo o filósofo Jean Pierre Dupuy, estaríamos vivendo uma quarta ferida narcísica. A primeira seria a revolução de Copérnico que mostrou que a Terra não era o centro do universo, a segunda seria a de Darwin que mostrou que o homem não era uma criatura separada dos animais, a terceira seria a revolução freudiana, ao mostrar que o homem não era um ser estritamente racional, cartesiano, tendo uma parte de seus afetos e condutas motivações inconscientes. Nos dias de hoje, portanto, no paradigma neuronal, estaríamos gradativamente assistindo à queda do último véu de intimidade que restava ao homem. O sopro do espírito, substituído por um circuito cego de redes neuronais e suas sinapses nervosas.

Por fim, a psiquiatria ao naturalizar o psiquismo incorpora o discurso da razão instrumental, apresentando-se como um instrumento controlador de condutas sociais no mundo da biopolítica; é reducionista ao reduzir o tratamento à medicalização excessiva e sem bases científicas verdadeiras, transformando a prática clínica num jogo classificatório, de categorias a históricas.

NOTAS

¹ Professor Associado da Faculdade de Ciências Médicas. Coordenador das Disciplinas de Psiquiatria e Psicopatologia da Faculdade de Ciências Médicas. Chefe da Unidade Docente-Assistencial de Psiquiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMEN:

Locura convertirse al objeto la medicina en el siglo XVIII con el nacimiento de la psiquiatría durante la Revolución Francesa; la obra de Pinel, Esquirol de otros autores y se describe como el “índice de siniestralidad”, provocada por múltiples causas, destacando la herencia, traumas físicos y causas morales: las pasiones frustradas, el exceso de hábitos como el alcoholismo, el desempleo y la mala educación



A visão do 'outro' na relação dos imigrantes poloneses no Brasil com Rui Barbosa

Renata Siuda-Ambroziak, CESLA, Universidade de Varsóvia

Zdzislaw Malczewski SCr., Reitoria da Missão Católica Polonesa na América Latina

RESUMO

O artigo trata da relação pouco conhecida entre os imigrantes poloneses no Brasil na virada do século XX e um dos mais reconhecidos mundialmente estadistas brasileiros – Rui Barbosa. Os autores, baseando-se nas fontes da época, descrevem como evoluía a visão mútua dos imigrantes poloneses e do político e advogado famoso, que, do outro lado do Atlântico, acompanhava por muitos anos a história dolorosa da nação sem pátria e torcia pelo renascimento do estado polonês livre. Os autores mostram também os exemplos da gratidão por parte dos poloneses a Rui Barbosa, expressados depois do falecimento dele.

Palavras-chave: imigração polonesa, Brasil, Rui Barbosa

INTRODUÇÃO

A identidade é construída entre uma visão do 'eu' (ou 'nós') e uma visão do(s) 'outro(s)'. A visão que temos dos outros influi não somente numa maneira decisiva no que pensamos de si próprios e como nos posicionamos frente ao mundo e aos problemas que enfrentamos, mas também, finalmente, nas nossas atitudes, nossos pensamentos e emoções, nossas atividades diárias, incluindo assim a vida privada como profissional. Isso podemos ver claramente se observamos uma relação interessante e pouco conhecida entre os poloneses sem pátria - imigrantes no Brasil na viragem dos séculos XIX/XX e um dos maiores estadistas brasileiros daquele tempo (que, aliás, nunca tinha conhecido a Polônia pessoalmente) – Rui Barbosa¹.

Os poloneses no Brasil naquele tempo estavam numa situação duplamente difícil: por um lado eram cidadãos dum país inexistente²; por outro, estavam fora do antigo território da sua Pátria e fora do continente europeu, tentando se estabelecer numa outra realidade, numa situação de imigração forçada.

Poderíamos perguntar, por isso, porque Rui Barbosa, político da 'primeira fila' no Brasil, preocupava-se com a situação e o destino desta particular nação europeia, de um país tão distante. Não tem dúvidas, que, como um

dos poucos estadistas mundiais, Rui Barbosa interessou-se vivamente pela causa polonesa numa época em que a nação polonesa mais necessitava de tal interesse e apoio, ou seja, no difícil período que antecedeu a recuperação da independência. Ele apresentou-se, tanto no Brasil como em foros internacionais, com a exigência de que voltasse ao mapa da Europa o Estado independente dos poloneses. Foi por isso que no dia 3 de outubro de 1916 os poloneses residentes na América do Sul dirigiram-se a Rui Barbosa numa mensagem especial na qual pediam que ele apoiasse com a sua autoridade a justa reivindicação da independência da Polônia. O mencionado pedido encerrava-se com a frase: “*Entregamos nas mãos de Vossa Excelência o destino da nossa Pátria, que é também o nosso destino pessoal*”³. Naquele mesmo ano a Sociedade Polonesa da Assistência Mútua e da Educação, no Rio de Janeiro, enviou a ele uma petição semelhante⁴.

Em resposta às solicitações a ele dirigidas, Rui Barbosa pronunciava-se sempre em favor da devolução da independência da Polônia, concedendo também o seu explícito apoio às organizações dos poloneses surgidas em 1917 no Brasil: ao Comitê Nacional da Polônia no Rio de Janeiro, presidido por Tiago Kosiński, e ao Comitê Polonês Central no Brasil, de Curitiba, presidido por Casimiro Warcha³owski⁵. Quando foi nomeado representante do Brasil na II Conferência Internacional da Paz em Haia, Rui Barbosa recebeu da comunidade polonesa telegramas congratulatórios (por exemplo enviado pelo presidente João Nizyński e pelo secretário Estanislau Leszczyński, em nome da Sociedade Polonesa no Rio de Janeiro, no qual eles expressavam o grande reconhecimento pelo conjunto da sua atividade política e os sentimentos de gratidão dos poloneses em razão do interesse demonstrado pelo destino da Pátria deles⁶).

Baseando-se nos relatos dos imigrantes poloneses no Brasil dos tempos de Rui Barbosa (inclusive de importantes líderes poloneses e polônicos no Brasil, tais como: Kazimierz Warcha³owski, cujo texto foi publicado pouco tempo após a morte de Rui Barbosa; o poeta, escritor e líder social Józef Stańczewski; Jan Wagner, que era oficialmente o representante comercial da Polônia no Brasil e membro da Sociedade Polono-Brasileira Koeciuzsko, então existente no Rio de Janeiro), vamos apresentar não somente o estranho interesse do político brasileiro pela causa polonesa, mas também como se construía a visão mútua do ‘outro’ entre ele e os imigrantes da Polônia repartida no Brasil. No final, vamos ainda apresentar os sinais do respeito por parte dos poloneses a Rui Barbosa mostrando como o nome dele é comemorado entre os descendentes poloneses no Brasil e na Polônia contemporânea.

OS TESTEMUNHOS DOS IMIGRANTES POLONESES DA ÉPOCA

1. CASIMIRO WARCHA³OWSKI⁷

Um mês após a morte de Rui Barbosa, o texto de Warcha³owski foi publicado em *Rzeczpospolita/A República*, com o título “Rui Barbosa. Nota sobre um amigo brasileiro da Polônia”⁸. Nele Warcha³owski apresentou Rui Barbosa como: “incomparável orador, eminente jornalista, ex-ministro, atual senador, professor de Direito e um dos mais meritórios codificadores do Brasil, conhecido esgrimista dos tempos da Conferência da Paz em Haia, onde com sucesso se opôs ao não menos famoso Martens”, explicando que “na eleição para a escolha do presidente do Brasil, a grande maioria da colônia polonesa votou nele”.

Warcha³owski começou por recordar as atividades políticas de Barbosa, como, por exemplo, as suas viagens diplomáticas à Argentina:

Foi em 1916. A Argentina estava comemorando o centenário da sua independência, e o governo brasileiro decidiu enviar a Buenos Aires uma delegação especial para manifestar os sentimentos de lealdade e amizade com a república irmã. Embora os governos desses países tivessem relações relativamente boas, entre as próprias nações as relações não eram inteiramente corretas, porquanto o antagonismo tribal, transportado da Península Ibérica, florescia em toda a plenitude do outro lado do oceano (Warcha³owski, 1923).

Isso acontecia no tempo quando já

a guerra assolava a Europa. Cada vez mais nitidamente assinalava-se o seu significado mundial, e o conflito europeu a qualquer momento podia transferir-se a novas terras. (...) Ao mesmo tempo a Alemanha trabalhava incansavelmente pela criação de um ambiente hostil aos aliados e pela localização do conflito na Europa, (...) propagando o ideal da neutralidade absoluta (Warcha³owski, 1923).

Nesse ambiente difícil, na Argentina,

Rui Barbosa (...) não apenas despertou a disposição mais amigável diante do seu governo, mas até o entusiasmo pela sua pessoa e os seus ideais, e em alguns dias estreitou mais o relacionamento do que seria capaz de fazê-lo um diplomata oficial durante anos inteiros (Warcha³owski, 1923).

Por outro lado, “Rui Barbosa decepcionou sensivelmente as esperanças depositadas em suas tendências pacifistas. Mostrou que é possível combater os governos militaristas, que é possível ser adversário das guerras e convocar o seu povo às armas, quando houver necessidade disso”. Warcha³owski descreve a famosa palestra proferida por Rui Barbosa na Universidade de Buenos Aires com grande respeito e admiração:

utilizou-se desse momento para pronunciar uma violenta filípica contra a Alemanha. Com uma lógica devastadora, reduziu a pó todos os sofismas alemães. (...) No final ajustou contas categoricamente com o princípio da neutralidade, tão ardilosamente insinuado pela Alemanha (Warcha³owski, 1923).

e cita as palavras famosas: “Não pode haver neutralidade entre o crime e a lei, não pode haver neutralidade entre o criminoso e a vítima...” premiados pelo auditório com “os frenéticos aplausos”.

Warcha³owski, atraído pela pessoa de Rui Barbosa, decidiu, como escreve, até viajar pessoalmente ao Rio, para apresentar claramente a Rui Barbosa a ‘questão polonesa’ e os postulados dos imigrantes. Descreve o seu encontro pessoal com Rui Barbosa, sublinha extrema cordialidade com que foi recebido e grande conhecimento da história da Polônia por parte desse político:

Durante a conversa, descemos aos trilhos da História. Rui Barbosa mencionou o nosso “neminem captivabimus”, comparando-o com o “habeas corpus” dos ingleses (...), comparou a “pacta conventa” com a “magna charta”. As suas observações críticas eram assinaladas por um conhecimento da questão a tal ponto profundo que provocavam o meu espanto (Warcha³owski, 1923).

Citando Rui Barbosa, Warcha³owski explica que ele sempre se tinha interessado pela questão polonesa, porque “a independência da Polônia era o sonho de ouro da minha juventude”. Warcha³owski continua dizendo que foi também mostrado por Rui Barbosa a biblioteca dele e o escritório, aonde ficou profundamente comovido por ver um armário –

todo, de alto a baixo, repleto de livros que direta ou indiretamente se relacionavam com a Polônia. Havia ali obras em todas as línguas europeias, francesas, inglesas, italianas, alemãs, sendo um lugar significativo ocupado pela literatura polonesa, naturalmente

em traduções, e para diversas línguas. A primeira que chamou a minha atenção foi a obra completa de Sienkiewicz, mas havia também Mickiewicz e Kraszewski, até Orzeszkowa, sem contar os outros (Warcha³owski, 1923).

Warcha³owski ficou absolutamente surpreendido pela discussão com Rui Barbosa sobre a política mundial e européia, as atividades do Comitê Polonês Geral e das Legiões: “Ele se pronunciou com compreensão a respeito das Legiões, mas ao mesmo tempo confessou que a política do Comitê provocava o seu espanto e, segundo ele, não se relacionava com a linha pela qual podia e devia seguir a política da Polônia”. Ele ficou assombrado pelo fato de que “na outra extremidade do mundo, podia encontrar-se uma pessoa que nada tinha a ver com qualquer polonês, como ele mesmo me afirmou, e que, impelido por algum estranho sentimento por uma nação estrangeira, familiarizou-se com o seu pensamento, as suas tendências e o seu espírito, conheceu o seu passado, acompanhava o seu presente e tecia horóscopos para o futuro” (Warcha³owski, 1923).

2. JÓZEF STAŃCZEWSKI⁹

Stańczewski, escrevendo o seu artigo¹⁰ no décimo aniversário do falecimento de Rui Barbosa, descreve este como “o maior estadista brasileiro”, “político por temperamento”, “doutor e experimentado”, “modesto e verdadeiramente honesto, destacando-se por um amor sincero à verdade e à justiça”. Stańczewski recorda o formidável sucesso de Rui Barbosa em Haia, citando as opiniões dos diplomatas ingleses, assim como a sua decisão para tomar “o partido dos aliados, aos quais apoiava em seus discursos e escritos, advertindo o mundo da necessidade de opor-se ao imperialismo alemão.”

Stańczewski, falando das relações de Rui Barbosa com os poloneses, sublinha que, para estes últimos,

dois dos seus discursos possuem uma importância especial: um, pronunciado a 17 de março de 1917, em Petrópolis, e outro a 31 de maio do mesmo ano, no Rio de Janeiro. Em ambos ele se referiu várias vezes à Polônia, mostrando a sua alegria por ver “a Polônia, a pátria de Sobieski, ressurgir de sua tumba, como Lázaro, para retornar o seu lugar no Conselho das Nações (Stańczewski, 1933).

Stańczewski, recordando os seus encontros pessoais com Rui Barbosa, lembra-se que “Ele chamava a Polônia uma nação de mártires dignos de compaixão e proteção. Era um verdadeiro e sincero amigo da Polônia” e que, sendo um homem erudito, possuía uma biblioteca muito vasta e constantemente ampliada, que alcançou o número de dezenas de milhares de volumes, incluindo muitos sobre a Polônia. Segundo Stańczewski tamanha era a extensão do seu conhecimento da Polônia, que “depois de ler a notícia telegráfica da milagrosa vitória do Vístula, apesar da sua doença, exclamou com alegria: “A Polônia salvou o mundo!” (Stańczewski, 1933).

Stanczewski sublinha o fato de que

o governo do Brasil, querendo perpetuar a memória deste grande cidadão, adquiriu todos os seus objetos, transformando a sua casa num museu-biblioteca, com o nome de Rui Barbosa. E os estudantes da Faculdade de São Paulo, na qual a Águia de Haia, em 1872, recebeu o grau de doutor, fizeram erigir, numa das praças da cidade, um monumento em sua honra (1931) (Stańczewski, 1933).

3. JAN WAGNER¹¹

Wagner, membro do Conselho da Sociedade Polono-Brasileira “Kocociuszko”, lembrando a pessoa de Rui Barbosa e associando-se às homenagens prestadas à memória desse grande brasileiro no aniversário do seu falecimento¹², escreve que:

todas as vezes que se rememora, com tão fervoroso e justo culto, o grande filho do Brasil, Rui Barbosa, nunca fica muda a voz da Polônia, para a qual o grande estadista brasileiro é um símbolo da afinidade perpétua entre as duas grandes nações, afinidade esta fundada pela comunhão dos ideais de liberdade e pela analogia de suas lutas pela independência (Wagner, 1933).

Wagner explica que:

Nos tempos em que a Polônia existia apenas como nação privada do direito de Estado, a voz do Rui Barbosa, exigindo a reparação inteira de uma injustiça histórica, foi considerada pelo povo polonês não como a voz isolada de uma alta personalidade, mas como uma emanção da própria alma brasileira. É este um dos motivos da profunda simpatia que liga o povo polonês ao Brasil, tão

afastado geograficamente, e tão aproximado pela comunhão de pensamentos! (Wagner, 1933).

Wagner escreve também sobre o sentimento da gratidão dos poloneses frente a Rui Barbosa, que, “em nome da justiça internacional, prestou continência à bandeira polonesa, tornando-se um apóstolo da independência da Polônia” e sugere erigir um monumento por parte do povo polonês a Rui Barbosa.

DEMONSTRAÇÕES DE GRATIDÃO E HOMENAGEM DOS POLONESES DIANTE DE RUI BARBOSA

1. A IMPRENSA POLÔNICA APÓS A MORTE DE RUI BARBOSA

O Almanaque Polonês do *Przyjaciół rodziny* (*Amigo da família*) publicado em 1923, ano em que faleceu Rui Barbosa, dedicou a esse grande senador, político e diplomata brasileiro uma nota da redação que apresentava os mais importantes acontecimentos da sua vida. O texto encerra-se com a frase: “Em palestras, reuniões e comícios realizados no Brasil, reconheceu o pleno direito da nação polonesa à independência e liberdade, pelo que lhe cabe a honra e a gratidão da nossa Pátria ressuscitada”¹³.

Por sua vez o jornal *Lud* (O povo), igualmente publicado em Curitiba, após a morte de Rui Barbosa publicou na primeira página um necrológio com a sua foto. Ao lado da foto de Rui Barbosa foi publicado um texto no qual lemos:

À sua atenção política não escapou também a Polônia. Com a independência da nossa Pátria ele se alegrou sinceramente e, quando os nossos exércitos derrotaram os bolcheviques em Varsóvia, num ardoroso telegrama enviado ao chefe do governo polonês ele saudou essa nossa vitória de fama mundial. A Polônia perde com ele um cordial amigo, e o Brasil, o seu maior filho, de caráter impoluto¹⁴.

Ao lado do necrológio foi publicado um artigo editorial intitulado “Pensamentos e frases de Rui Barbosa sobre a Polônia e a política alemã”, no qual foi citada a sua célebre afirmação:

O martírio da (...) Polônia, todas essas violências resultantes dessa inacreditável guerra foram uma repetição do crime do Calvário, a crucificação da humanidade pela ambição de uma única dinastia, pela ganância da soldadesca e pela loucura de uma única raça conquistadora¹⁵.

2. HOMENAGEM DO LEGADO DA POLÔNIA TADEUSZ S. GRABOWSKI

Durante a sua visita em 1931 à cidade de Salvador (estado da Bahia), o representante oficial da Polônia no Brasil, o legado Dr. Tadeusz Stanisław Grabowski, no portão da casa onde nasceu Rui Barbosa, depositou uma grande coroa de flores como demonstração de respeito e gratidão a esse influente político brasileiro, defensor da independência da Polônia¹⁶.

3. HOMENAGEM DO PRESIDENTE DO SENADO DA POLÔNIA W³ADYS³AW RACZKIEWICZ

Durante a sua visita oficial ao Brasil em 1933, o presidente do Senado da Polônia W³adys³aw Raczkiewicz quis honrar a memória de Rui Barbosa, grande amigo da Polônia. Por isso no dia 26 de junho de 1933, em companhia de Álvaro Teixeira Soares “representante do ministério das relações exteriores, do legado Tadeusz Grabowski, de representantes da legação polonesa, do capitão Stanisław Skarżyński, de uma delegação da Sociedade Koœciuszkò, de João Mangabeira e representantes do Centro Baiano, de membros da revista *Brasil-Polônia*, na presença da viúva de Rui Barbosa, de numerosos membros da família ali reunidos, de alunos do grande jurista, bem como de jornalistas, depositou uma coroa de flores sobre o túmulo do inquebrantável advogado da Polônia independente.

Após a solenidade no cemitério, o presidente W³adys³aw Raczkiewicz, com um grupo de pessoas que o acompanhavam, dirigiu-se à casa de Rui Barbosa. No palacete em que ele residiu, o presidente W³adys³aw Raczkiewicz deteve-se por algum tempo, junto ao sofá chamado “Comitê Polonês”, no qual Rui Barbosa posou para a histórica foto juntamente com uma delegação da comunidade polonesa que lhe fez uma visita, pedindo a ajuda do Brasil no reconhecimento da Polônia independente¹⁷.

4. SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA RUI BARBOSA EM ALTO PARAGUAÇU

A Sociedade foi idealizada pelo padre polonês João Kominek. Essa organização era originalmente denominada “Towarzystwo Bratniej Pomocy” (Sociedade da Ajuda Fraternal), com a finalidade de colaborar com as questões agrícolas, instrutivas e recreativas dos imigrantes poloneses que colonizavam a região de Itaiópolis, no estado de Santa Catarina.

A sua fundação ocorreu em 1922. Em 1938, em razão das leis da nacionalização do presidente Getúlio Vargas, seu nome passou a ser Sociedade Instrutiva e Recreativa Rui Barbosa.

5. SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA RUI BARBOSA EM ERECHIM

A atual Sociedade Instrutiva e Recreativa Rui Barbosa é sucessora da Sociedade Nicolau Copérnico, fundada em 12 de abril de 1931¹⁸.

Os estatutos sofreram a adequada adaptação no dia 28 de outubro de 1938, de acordo com as exigências legais introduzidas pelo presidente Getúlio Vargas. Uma nova reforma dos estatutos ocorreu em 1953¹⁹.

6. PLACA PARA HONRAR A MEMÓRIA DE RUI BARBOSA NA SOCIEDADE POLÔNIA EM PORTO ALEGRE

A Sociedade Polônia, originária da Sociedade “Zgoda” (Concórdia), fundada em abril de 1896 é uma sociedade civil, sem caráter político ou econômico, sendo seus fins puramente sociais, culturais, desportivos e beneficentes, com sede na cidade de Porto Alegre.

Na entrada da sede encontra-se uma placa de mármore dedicada à memória de Rui Barbosa. Na placa foi colocado o seu retrato, bem como uma dedicatória com o seguinte conteúdo: “Em homenagem a Rui Barbosa, a ‘Águia de Haia’, jurista, diplomata, político e escritor brasileiro, amigo e defensor da Polônia durante a Conferência Internacional em Haia MCMLXXVI”.

7. SOCIEDADE POLONO-BRASILEIRA EM VARSÓVIA (ANTERIORMENTE: SOCIEDADE BRASILEIRO-POLONESA RUI BARBOSA EM VARSÓVIA)

A Sociedade Brasileiro-Polonesa Rui Barbosa em Varsóvia surgiu com o objetivo de intensificar os contatos entre ambos os países, principalmente em razão da presença de uma numerosa imigração polonesa no Brasil.

A sessão inaugural da Sociedade e a primeira assembleia geral realizaram-se em novembro de 1929, num salão do Senado da República da Polônia, sob a presidência do seu primeiro presidente, o Prof. Juliusz Szymański, presidente do Parlamento nos anos 1929-1930. Foi Juliusz Szymański “professor oftalmologista, fundador da cátedra de oftalmologia na Universidade Federal em Curitiba, condecorado com a maior distinção nacional do Brasil, a Ordem do Cruzeiro do Sul.

A Sociedade é a mais antiga organização social na Polônia, popularizando o conhecimento sobre o Brasil, a sua cultura, as relações polono-brasileiras e a comunidade polônica brasileira. No entanto a recriação da história inicial dessa Sociedade é praticamente impossível, porquanto a maior parte dos documentos foi totalmente destruída durante o Levante de Varsóvia em 1944²⁰.

O primeiro presidente da Sociedade, Juliusz Szymański, reativou a sua atividade após a guerra, e entre os novos sócios encontraram-se personalidades significativas da vida científica e cultural do país.

Em período posterior, especialmente nos difíceis para a Polônia anos 80, a Sociedade continuou a desenvolver a sua atividade, popularizando o conhecimento sobre o Brasil, organizando concertos, mostras de cinema, o ensino da língua portuguesa, bem como oferecendo uma biblioteca e uma sala de leitura de livros brasileiros e da imprensa brasileira. As comemorações do cinquentenário da Sociedade realizaram-se em 1984 envolvendo, apesar da grande crise econômica, um simpósio científico, publicações, concertos, encontros. Foi então que o famoso artista gráfico polonês, Jan M³odożenic, projetou o logotipo da Sociedade.

Nos anos 90 a sede da Sociedade foi transferida para o Liceu de Educação Geral Rui Barbosa em Varsóvia, onde se encontra até este momento. A Sociedade, por muitos anos sob a direção do presidente Stanisław Pawliszewski, ex-embaixador da Polônia no Brasil, continua a sua atividade em colaboração com diversas organizações, como o Liceu Rui Barbosa (a colaboração envolve a promoção do conhecimento sobre o Brasil entre os jovens através da organização de um concurso anual de conhecimento sobre o país, encontros com eminentes personalidades brasileiras, organização do ensino da língua portuguesa para os alunos da escola), o Museu da História do Movimento Popular Polonês, o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Varsóvia, a Associação “Wspólnota Poska” (Comunidade Polonesa) e a Câmara de Comércio Brasil-Polônia, mantendo também estreitos contatos com a Embaixada da Polônia no Brasil, com os Consulados da Polônia no Brasil, com a Embaixada do Brasil na Polônia e com organizações polônicas no Brasil, por exemplo com a Sociedade Beneficente Polônia, com a Associação dos Combatentes no Rio de Janeiro, com os núcleos da Representação Central da Comunidade Brasileiro-Polonesa no Brasil (BRASPOL), com a Sociedade Polônia em Florianópolis e com o editor de publicações polônicas no Brasil “o Pe. Dr. Zdzisław Malczewski SChr.

A Sociedade Polono-Brasileira tem organizado igualmente, até a presente data, muitos eventos culturais, simpósios científicos e comemorações de datas importantes para as relações polono-brasileiras, p. ex. o 500 centenário do descobrimento do Brasil, os 80 e os 85 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre ambos os países, os 75 anos de atividade da Sociedade, os 90 anos da morte de Rui Barbosa. A Sociedade promove

igualmente exposições dedicadas às relações polono-brasileiras, apresentadas na Polônia e no exterior.

8. LICEU DE EDUCAÇÃO GERAL RUI BARBOSA EM VARSÓVIA

A história do Liceu remonta ao ano de 1908. Naquele período foi aberta a escola particular feminina. Após o término da II Guerra Mundial, a escola funcionou brevemente como instituição de ensino particular, mas as autoridades decidiram a sua estatização em 1949. Em junho de 1959, a escola foi transferida para um novo prédio, situado na Rua Burdzińskiego nº 4, e recebeu no dia 1 de setembro de 1959 o nome de Rui Barbosa. Com a participação do ministro da cultura e da educação e do embaixador do Brasil, foi descerrada então uma placa comemorativa. Naquele mesmo ano a escola estabeleceu contatos com uma escola brasileira no Rio de Janeiro que leva o nome de Polônia.

No dia 5 de novembro de 1969, a escola tornou-se o lugar das comemorações do centenário da imigração polonesa no Brasil. Em 1985 ocorreu um acontecimento importante para a escola: foi o descerramento de um monumento ao patrono da escola, com a participação do embaixador do Brasil.

Em setembro de 1997, as funções do diretor foram assumidas por Wiesław Włodarski, que as exerce ininterruptamente até hoje (exercendo ao mesmo tempo a função do vice-presidente da Sociedade Polono-Brasileira).

O Liceu de Educação Geral Rui Barbosa é atualmente uma das mais modernas escolas de Varsóvia e, há vários anos, sede da Sociedade Polono-Brasileira²¹.

CONCLUSÃO

Como demonstramos, já os contemporâneos de Rui Barbosa (não somente poloneses) percebiam os atributos dele, como o brilho, a eloquência e a sabedoria na percepção da essência dos assuntos e na interpretação dos fenômenos. Pelos poloneses sempre têm sido enfatizadas as suas irrepreensíveis maneiras, a sua enorme erudição, os amplos horizontes e a multiplicidade de interesses - um deles, ao que parece, veio a ser justamente a “causa polonesa”, que, aliás, transformou-se rapidamente numa verdadeira paixão cognitiva e numa transparente compaixão demonstrada a uma nação que havia perdido a sua Pátria.

Um testemunho da percepção de Rui Barbosa como amigo da Polônia e da simpatia que lhe demonstravam os poloneses contemporâneos são

com certeza os pronunciamentos apresentados e os trechos de artigos *in memoriam* publicados após a sua morte.

No entanto, não foi apenas a colônia polonesa no Brasil, mas também os poloneses na Pátria finalmente renascida que procuraram, através de variadas demonstrações de gratidão, prestar-lhe homenagem, o que foi demonstrado tanto por escritores e jornalistas, professores e eminentes intelectuais poloneses como por políticos (inclusive deputados, senadores, presidentes do Senado da Polônia). Mas faziam-no também, por conta própria, pessoas simples, descendentes dos imigrantes no Brasil, quando, ao instituírem sociedades de ajuda mútua, denominavam-nas com o seu nome e escolhiam justamente Rui Barbosa como o seu patrono.

Até o dia de hoje Rui Barbosa é visto na Polônia como um “elo” importante das relações mútuas “interpretadas de forma positiva” entre as nações polonesa e brasileira, que, embora fisicamente estejam tão afastadas, têm condições de sentir e cultivar fortes vínculos.

No que diz respeito aos vínculos especiais de Rui Barbosa com a Polônia, o ministro Rodrigo Otávio²² escreveu já em 1933 um artigo interessante, um trecho do qual é citado abaixo:

[...] A Polônia, com a sua difícil História, no decorrer dos séculos teve o privilégio de possuir personalidades grandes e muito respeitadas no mundo. Com o correr do tempo, os seus poderosos vizinhos, por alienada ambição de possuir as suas terras e delas tomar posse, multiplicavam as ações de destruição, usurpação e ocupação. Tudo isso contra aquela nação em cujo espírito residiam sentimentos da justiça e de respeito aos direitos do outro. Infelizmente, foi ela colocada numa situação difícil, sem meios de deter as ambições daqueles que se encontravam ao lado da Polónia enfraquecida. [...] Com a alma aberta a todas as aspirações nobres e elevadas, agindo sempre a serviço de todos os ideais da liberdade, de todas as reivindicações da justiça, o grande brasileiro (Rui Barbosa) nunca perdeu a ocasião de, da tribuna ou nos meios de comunicação, no parlamento ou nas praças públicas, lembrar o sofrimento da Polónia subjugada, para condenar essa grande transgressão diante da civilização. Por isso, pela perseverança desse sentimento, pela persistência nessa atividade, pelo grande significado e efeito, que tinha a sua fonte na grande palavra de Rui Barbosa, o seu nome se emoldurou, como uma

preciosa joia, no sensível coração dessa nação, que não se esquecerá do bem que lhe foi feito²³.

Sem dúvida, embora a luta pela independência da Polônia fosse conhecida das elites brasileiras em razão dos bons contatos com os ambientes culturais e políticos da França (onde se estabeleceu a fina flor da emigração intelectual polonesa engajada politicamente), bem como do sucessivo surgimento no Brasil de ondas de imigrantes poloneses das áreas ocupadas e de refugiados políticos “, foi sobretudo Rui Barbosa que envolveu a sua energia, o seu prestígio e a sua autoridade no sistemático apoio à causa da independência da Polônia. Graças a ele, o Brasil se tornou o primeiro país da América do Sul que reconheceu formalmente a existência do renascido Estado polonês e estabeleceu com ele relações diplomáticas.

Isso explica, certamente, não apenas o permanente interesse na Polônia pelo Brasil (e pela sua cultura), mas também os laços da amizade entre as duas nações, e a existência, na atual Varsóvia, tanto da Sociedade Polono-Brasileira Rui Barbosa, como do Liceu de Educação Geral sob o seu patronato, no qual aos jovens poloneses, numa Pátria já livre, continua a ensinar-se quem foi esse brasileiro e o que significou outrora a voz da “Águia de Haia” para as gerações dos antepassados.²⁴

NOTAS

¹ Rui Barbosa de Oliveira (1849 – 1923), político, advogado, jornalista. Envolvido nas questões do abolicionismo. Depois da proclamação da República em 1889, o Ministro das Finanças (temporariamente, o da Justiça), bem como substituto do chefe do governo provisório até 1890. Era responsável por redigir os primeiros decretos do governo, assim como pelo projeto da constituição republicana baseado no modelo norte-americano. Em 1907 participou da II Conferência da Paz em Haia, como delegado do Brasil, onde foi lhe concedido o título de ‘Águia da Haia’. Algumas vezes apresentou a sua candidatura à presidência, mas, tendo perdido as eleições, continuou a sua atividade como político, advogado e jornalista, famoso pela sua arte oradora e o conhecimento de línguas - em 1908 foi eleito presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1914 foi eleito presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

² A primeira partilha da Polónia (entre os vizinhos: Rússia, Prússia e Austria) ocorreu em 1772; a segunda, depois da guerra terminada com a capitulação - em 1793. O levante que eclodiu em 1794 sob o comando de Tadeu Kościuszko não teve sucesso e, em 1795, resultou em mais uma (e definitiva) partilha do território e da população da Polónia. No decorrer dos 125 anos seguintes (até o ano de 1918) os poloneses empreenderam uma luta constante em prol da recuperação da liberdade perdida, assim por meio dos levantes como também pela preservação da cultura e da identidade polonesa frente a uma sistemática política de desnacionalização (russificação ou germanização). As repressões das potências ocupantes contra a nação polonesa eram muito rígidas - as prisões, o confisco de bens, as deportações. Os poloneses não puderam contar com a ajuda de fora - as potências europeias utilizavam a “questão polonesa” nas negociações políticas entre si. Por isso, a opinião de Rui Barbosa, relacionada com a necessidade da ressurreição da Polónia expressa no foro internacional era

uma iniciativa rara, especialmente no tempo de intensificação da onda dos refugiados políticos e o surgimento da emigração maciça dos poloneses por razões econômicas, que tinha por destinação também o Brasil (assim chamada “febre brasileira”).

- ³ Skowroński 1942, p. 43.
- ⁴ Malczewski, 1995, p. 65.
- ⁵ Idem, p. 69.
- ⁶ Idem, p. 65.
- ⁷ Nasceu no dia 24 de novembro de 1872 em Woronez. Escritor, articulista, líder polônico no Brasil. Faleceu em 28 de maio de 1943 em Konstancin. Cf. Wachowicz, Malczewski, 2000, p. 405-410; Malczewski, 2000, p. 143-144; Mazurek, 2013.
- ⁸ *Rzeczpospolita*, n. 105 (19/4/1923), p. 1-2
- ⁹ Nascido no dia 29 de julho de 1901 em W¹brzeźno. Poeta, escritor, líder social, ativista polônico no Brasil. Faleceu no dia 10 de fevereiro de 1935 em Rio Azul (Paraná). Cf. Malczewski, 2000, p. 141.
- ¹⁰ Stanczewski, 1933, p. 168-170.
- ¹¹ Nesse período era o responsável pela condução dos contatos comerciais com o Brasil e residia no Rio de Janeiro. Cf. *Brasil-Polónia*, n. 10-11/1933, p. 168.
- ¹² Wagner, 1933, p. 167-168.
- ¹³ *Kalendarz Polski „Przyjaciela Rodziny”*, Curitiba, 1923, p. 82.
- ¹⁴ *Lud*, 9/3/1923, p. 1.
- ¹⁵ Ibidem.
- ¹⁶ *Kalendarz “Ludu”*. Curitiba, 1933, p. 35.
- ¹⁷ *Brasil-Polónia*, n. 4-6/1933, p. 82.
- ¹⁸ *Estatutos da Sociedade Instrutiva e Recreativa Rui Barbosa*. Erechim “RS. Oficinas Gráficas da Livraria e Tipografia Modelo, p. 3.
- ¹⁹ Idem, p. 16-17.
- ²⁰ Pawliszewski, 2006, p. 8.
- ²¹ <http://lo50.edu.pl>
- ²² Nascido a 11 de outubro de 1866 em Campinas. Ministro do Supremo Tribunal Federal, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Sociedade Polono-Brasileira do Rio de Janeiro. Faleceu a 28 de fevereiro de 1944 no Rio de Janeiro. Cf. Revista *Brasil-Polónia*, onde se apresenta como membro ativo da Sociedade acima mencionada.
- ²³ Octavio, 1933, p. 167.
- ²⁴ A Polónia independente surgiu novamente no mapa da Europa 11 de novembro de 1918, ao que conduziram não apenas as ações diplomáticas, mas também o sangue derramado pelas Legiões Polonesas - é justamente o Marechal Józef Piłsudski, o seu comandante, que é oficialmente considerado o criador do independente Estado Polonês. Em 1918 Piłsudski foi nomeado Chefe Supremo do Estado e Ignacy Paderewski criou o primeiro governo - pela primeira vez desde 125 anos.

BIBLIOGRAFIA

- MALCZEWSKI, Z. *Obecność Polaków i Polonii w Rio de Janeiro*. Lublin, 1995.
- MALCZEWSKI, Z. *Słownik biograficzny Polonii brazylijskiej*. Warszawa, 2000.
- MAZUREK. *Piórem i czynem. Kazimierz Warchałowski (1872-1943) “pionier osadnictwa polskiego w Brazylii i Peru*. Warszawa, 2013.

OCTAVIO, R. "Ruy Barbosa" em: *Brasil-Polônia*, n. 10-11/1933.

PAWLISZEWSKI, S. (Ed.). *75 lat dzia³alnoœci Towarzystwa Polsko-Brazylijskiego. Sympozjum w Warszawie (3 listopada 2004)*, Warszawa 2006.

SIUDA-AMBROZIAK, R., Z. MALCZEWSKI. "Tributo dos poloneses à Aguia de Haia no 90 aniversário da morte de Rui Barbosa" em: *Polonicus. Revista da reflexão Brasil-Polônia*. Edição especial, complementar. Ano 4, n.7-8, (jan/dez 2013), Curitiba, Missão Católica Polonesa, Consulado da República da Polônia em Curitiba p. 7-62.

SKOWRONSKI, T. *Páginas brasileiras sobre a Polônia*. Rio de Janeiro, 1942.

STANCZEWSKI, J. "Ruy, apóstolo de liberdade" em: *Brasil-Polônia*, 10-11/1933, p. 168-170.

WACHOWICZ, R.C., Z. MALCZEWSKI. *Perfis polônicos no Brasil*. Curitiba, 2000.

WAGNER, J. "A homenagem da Polônia a Rui Barbosa" em: *Brasil-Polônia*, n. 10-11/1933, p. 167-168.

RESUMEN

El artículo se ocupa de la relación poco conocida entre los inmigrantes polacos en Brasil a comienzos del siglo XX y uno de los estadistas brasileños más reconocidos a nivel mundial - Rui Barbosa. Los autores, basándose en fuentes de la época, describen cómo evolucionaba la visión mutua de inmigrantes polacos y el famoso abogado y político, quién, a través del Atlántico, acompañaba por muchos años la dolorosa historia de la nación sin patria y esperaba el renacimiento del estado polaco libre. Los autores también muestran ejemplos de la gratitud a Rui

Barbosa expresados por parte de los polacos, después de su muerte.

Palabras clave: inmigración polaca, Brasil, Rui Barbosa

ABSTRACT

The article deals with the little-known relationship between the Polish immigrants in Brazil at the turn of the twentieth century and one of the most globally recognized Brazilian statesmen - Rui Barbosa. The authors, basing on historical sources, describe how the mutual vision of Polish immigrants and the famous lawyer and politician evolved, and how Rui Barbosa, across the Atlantic, accompanied for many years the painful history of the nation without a homeland and hoped for the rebirth of the free Polish state. The authors also show examples of gratitude towards Rui Barbosa on the part of the Polish nation, some of them expressed only after his death.

Keywords: Polish immigration, Brazil, Rui Barbosa



Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras=chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitas no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.